

Veículo: Site A Tarde	
Data: 11/10/2020	Caderno: Notícias
Assunto: Tenista baiano Natan Rodrigues é vice-campeão de duplas em Roland Garros – cita a Sefaz .	

A TARDE

Dom , 11/10/2020 às 13:38 | Atualizado em: 11/10/2020 às 13:41

Tenista baiano Natan Rodrigues é vice-campeão de duplas em Roland Garros

Da Redação



O tenista baiano Natan Rodrigues e o mineiro Bruno Oliveira conquistaram o vice-campeonato na chave de duplas do torneio juvenil de Roland Garros, disputada em Paris, na França. A final foi realizada neste sábado, 10, contra o italiano Flavio Cobolli e o suíço Dominic Stricker, que venceram os brasileiros por 6/2 e 6/4.

"Foi um jogo muito difícil, mas a gente teve muitas chances, muitos 40-iguais. E a minha análise é quando o Bruno estava muito bem, eu estava cometendo alguns erros bobos. Depois essa situação se inverteu. Foi uma semana fantástica. Eles jogaram muito bem. Um deles [Stricker] foi campeão de simples", disse Natan, em entrevista ao canal por assinatura SporTV após a partida.

Com apenas 18 anos, ele é atualmente o número sete do ranking mundial de sua categoria. Esta foi a sua terceira participação no Grand Slam. Natan e Bruno tentavam dar o terceiro título para o Brasil na chave de duplas do juvenil em Paris e o segundo consecutivo.

Gustavo Kuerten foi campeão ainda em 1994, junto do equatoriano Nicolas Lapentti. Já na temporada passada, o paulista Matheus Pucinelli venceu ao lado do argentino Thiago Tirante. Entre os vic campeonatos, Edison Mandarino, Thomaz Koch e Luis Felipe Tavares já foram finalistas de simples, enquanto Guilherme Clezar e Beatriz Haddad Maia já decidiram torneios de duplas.

FazAtleta

Natan Rodrigues é patrocinado pelo FazAtleta - Iniciativa do Governo da Bahia, por meio das **secretarias da Fazenda (Sefaz)** e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), o programa funciona através da concessão de abatimento **no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, que é concedido às empresas, situadas no estado da Bahia e que apoiam financeiramente projetos esportivos que são aprovados pela Comissão Gerenciadora do Programa.

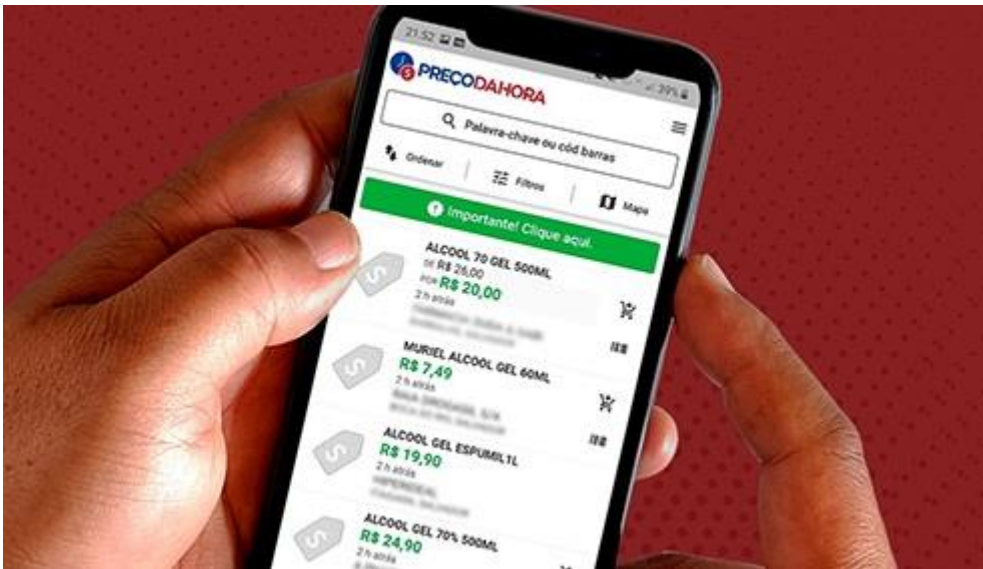
O programa é destinado para propostas enquadradas na categoria de Esporte Amador Olímpico e Paralímpico, e que têm o objetivo de promover o incentivo ao desenvolvimento do esporte amador baiano. O aporte do programa para este ano é de R\$ 4,5 milhões.

Veículo: Bahia de Valor

Data: 08/10/2020

bahiadevalor

Usuários do ‘Preço da Hora Bahia’ crescem 50,4% desde junho



Baixado por mais de 328,8 mil pessoas, o aplicativo Preço da Hora Bahia registrou um aumento de 50,4% no total de usuários desde junho. Neste período, o app passou a ser utilizado por nada menos que 110 mil novos usuários. Implantado pelo Governo do Estado em abril, por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, o Preço da Hora Bahia pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas, permitindo que o usuário só precise deslocar-se após identificar o estabelecimento onde foi encontrada a melhor oferta.

O app tem a maior parte dos usuários na capital, mas vem crescendo bastante também em cidades do interior. Os 20 municípios que contam com maior número de usuários são: Salvador (170.981), Feira de Santana (23.151), Lauro de Freitas (15.039), Camaçari (11.681), Vitória da Conquista (6.671), Itabuna (5.666), Santo Antônio de Jesus (5.348),

Ilhéus (4.490), Alagoinhas (4.401), Teixeira de Freitas (3.491), Jequié (3.295), Porto Seguro (3.255), Simões Filho (3.112), Barreiras (2.980), Cruz das Almas (2.851), Candeias (2.648), Dias D'Ávila (2.297), Paulo Afonso (2.150), Eunápolis (1.978) e Juazeiro (1.752). Os demais municípios contam, ao todo, com um total de 51.574 usuários.

O Preço da Hora está disponível para celulares com sistemas operacionais Android e iOS e também no site precodahorabahia.ba.gov.br. Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além do telefone e da rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

O aplicativo dispõe ainda de canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Economia para o usuário

“Quem conhece acaba adotando o aplicativo, em função da utilidade e da extrema facilidade de uso”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. Ele lembra que muitas pessoas ficam sabendo do aplicativo a partir da indicação de amigos e conhecidos. “Basta experimentar para ver que se trata de uma ferramenta destinada a fazer parte do dia a dia”, observa.

Vitório ressalta que a base de dados do aplicativo é alimentada pelas mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente, a partir destas informações, é possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos à venda no varejo em toda a Bahia.

O **diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt**, enfatiza:

“Quem ainda não usa o Preço da Hora está perdendo uma grande oportunidade de economizar”. O app vem inclusive sendo apontado pelo Procon-Ba como uma alternativa eficaz para os consumidores diante da alta de alimentos que tem o arroz como o destaque do noticiário, mas atinge também itens como feijão, óleo de soja, carne e pão.

Veículo: Site Farol News	
Data: 11/10/2020	



Usuários do Preço da Hora Bahia crescem 50,4% desde junho

out 11, 2020 | [Economia](#)



Baixado por mais de 328,8 mil pessoas, o aplicativo Preço da Hora Bahia registrou um aumento de 50,4% no total de usuários desde junho. Neste período, o app passou a ser utilizado por nada menos que 110 mil novos usuários. Implantado pelo Governo do Estado em abril, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o Preço da Hora Bahia pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas, permitindo que o usuário só precise deslocar-se após identificar o estabelecimento onde foi encontrada a melhor oferta.

O app tem a maior parte dos usuários na capital, mas vem crescendo bastante também em cidades do interior. Os 20 municípios que contam com maior número de usuários são: Salvador (170.981), Feira de Santana (23.151), Lauro de Freitas (15.039), Camaçari (11.681), Vitória da Conquista (6.671), Itabuna (5.666), Santo Antônio de Jesus (5.348), Ilhéus (4.490), Alagoinhas (4.401), Teixeira de Freitas (3.491), Jequié (3.295), Porto Seguro (3.255), Simões Filho (3.112), Barreiras (2.980), Cruz das Almas (2.851), Candeias (2.648), Dias D'Ávila (2.297), Paulo Afonso (2.150), Eunápolis (1.978) e Juazeiro (1.752). Os demais municípios contam, ao todo, com um total de 51.574 usuários.

O Preço da Hora está disponível para celulares com sistemas operacionais Android e iOS e também no site precodahorabahia.ba.gov.br. Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia

e a hora de realização da última venda da mercadoria, além do telefone e da rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

O aplicativo dispõe ainda de canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Economia para o usuário

“Quem conhece acaba adotando o aplicativo, em função da utilidade e da extrema facilidade de uso”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. Ele lembra que muitas pessoas ficam sabendo do aplicativo a partir da indicação de amigos e conhecidos. “Basta experimentar para ver que se trata de uma ferramenta destinada a fazer parte do dia a dia”, observa.

Vitório ressalta que a base de dados do aplicativo é alimentada pelas mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente, a partir destas informações, é possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos à venda no varejo em toda a Bahia.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, enfatiza: “Quem ainda não usa o Preço da Hora está perdendo uma grande oportunidade de economizar”. O app vem inclusive sendo apontado pelo Procon-Ba como uma alternativa eficaz para os consumidores diante da alta de alimentos que tem o arroz como o destaque do noticiário, mas atinge também itens como feijão, óleo de soja, carne e pão.

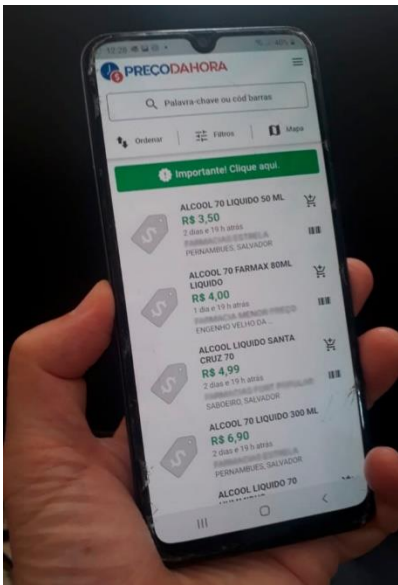
Veículo: Blog do Thame

Data: 09/10/2020



Usuários do Preço da Hora Bahia crescem 50,4% desde junho

9/out/2020 . 8:20 | Autor: [Editor](#)



Baixado por mais de 328,8 mil pessoas, o aplicativo Preço da Hora Bahia registrou um aumento de 50,4% no total de usuários desde junho. Neste período, o app passou a ser utilizado por nada menos que 110 mil novos usuários. Implantado pelo Governo do Estado em abril, por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba)**, o Preço da Hora Bahia pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas, permitindo que o usuário só precise deslocar-se após identificar o estabelecimento onde foi encontrada a melhor oferta.

O app tem a maior parte dos usuários na capital, mas vem crescendo bastante também em cidades do interior. Os 20 municípios que contam com maior número de usuários são: Salvador (170.981), Feira de Santana (23.151), Lauro de Freitas (15.039), Camaçari (11.681), Vitória da Conquista (6.671), Itabuna (5.666), Santo Antônio de Jesus (5.348), Ilhéus (4.490), Alagoinhas (4.401), Teixeira de Freitas (3.491), Jequié (3.295), Porto Seguro (3.255), Simões Filho (3.112), Barreiras (2.980), Cruz das Almas (2.851), Candeias (2.648), Dias D'Ávila (2.297), Paulo Afonso (2.150), Eunápolis (1.978) e Juazeiro (1.752). Os demais municípios contam, ao todo, com um total de 51.574 usuários.

O Preço da Hora está disponível para celulares com sistemas operacionais Android e iOS e também no site precodahorabahia.ba.gov.br. Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além do telefone e da rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

O aplicativo dispõe ainda de canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Economia para o usuário

“Quem conhece acaba adotando o aplicativo, em função da utilidade e da extrema facilidade de uso”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. Ele lembra que muitas pessoas ficam sabendo do aplicativo a partir da indicação de amigos e conhecidos. “Basta experimentar para ver que se trata de uma ferramenta destinada a fazer parte do dia a dia”, observa.

Vitório ressalta que a base de dados do aplicativo é alimentada pelas mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente, a partir destas informações, é possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos à venda no varejo em toda a Bahia.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, enfatiza: “Quem ainda não usa o Preço da Hora está perdendo uma grande oportunidade de economizar”. O app vem inclusive sendo apontado pelo Procon-Ba como uma alternativa eficaz para os consumidores diante da alta de alimentos que tem o arroz como o destaque do noticiário, mas atinge também itens como feijão, óleo de soja, carne e pão.

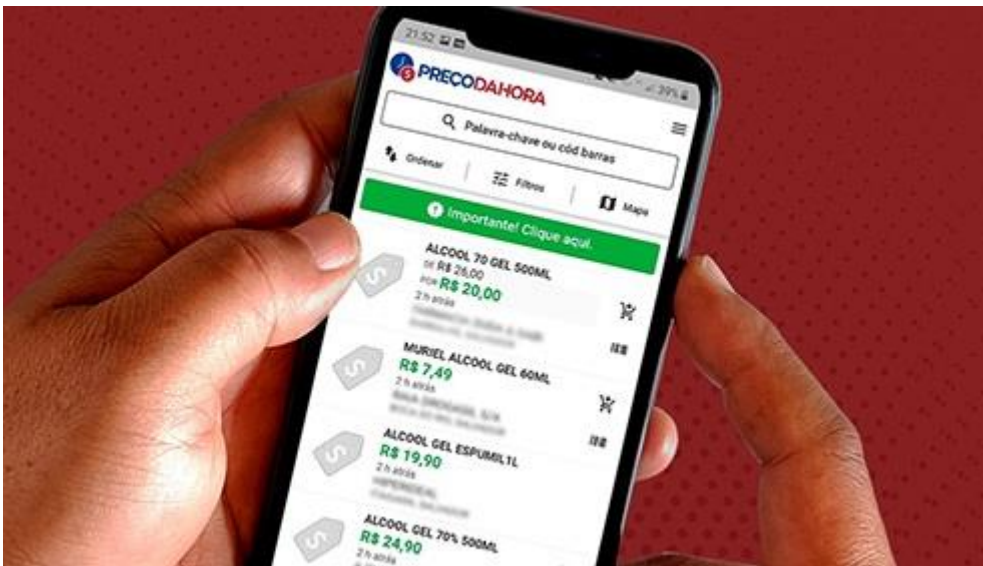
Veículo: Informe Baiano

Data: 08/10/2020

**informe
baiano** **ib**
a notícia rápida e imparcial

ÚLTIMAS NOTÍCIAS NOTÍCIAS ▾

Usuários do Preço da Hora Bahia crescem 50,4% desde junho



Baixado por mais de 328,8 mil pessoas, o aplicativo Preço da Hora Bahia registrou um aumento de 50,4% no total de usuários desde junho. Neste período, o app passou a ser utilizado por nada menos que 110 mil novos usuários. Implantado pelo Governo do Estado em abril, por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba)**, o Preço da Hora Bahia pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas, permitindo que o usuário só precise deslocar-se após identificar o estabelecimento onde foi encontrada a melhor oferta.

O app tem a maior parte dos usuários na capital, mas vem crescendo bastante também em cidades do interior. Os 20 municípios que contam com maior número de usuários são: Salvador (170.981), Feira de Santana (23.151), Lauro de Freitas (15.039), Camaçari (11.681), Vitória da Conquista (6.671), Itabuna (5.666), Santo Antônio de Jesus (5.348), Ilhéus (4.490), Alagoinhas (4.401), Teixeira de Freitas (3.491), Jequié (3.295), Porto Seguro (3.255), Simões Filho (3.112), Barreiras (2.980), Cruz das Almas (2.851), Candeias (2.648), Dias D'Ávila (2.297), Paulo Afonso (2.150), Eunápolis (1.978) e Juazeiro (1.752). Os demais municípios contam, ao todo, com um total de 51.574 usuários.

O Preço da Hora está disponível para celulares com sistemas operacionais Android e iOS e também no site precodahorabahia.ba.gov.br. Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além do telefone e da rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

O aplicativo dispõe ainda de canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Economia para o usuário

“Quem conhece acaba adotando o aplicativo, em função da utilidade e da extrema facilidade de uso”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. Ele lembra que muitas pessoas ficam sabendo do aplicativo a partir da indicação de amigos e conhecidos. “Basta experimentar para ver que se trata de uma ferramenta destinada a fazer parte do dia a dia”, observa.

Vitório ressalta que a base de dados do aplicativo é alimentada pelas mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente, a partir destas informações, é possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos à venda no varejo em toda a Bahia.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, enfatiza: “Quem ainda não usa o Preço da Hora está perdendo uma grande oportunidade de economizar”. O app vem inclusive sendo apontado pelo Procon-Ba como uma alternativa eficaz para os consumidores diante da alta de alimentos que tem o arroz como o destaque do noticiário, mas atinge também itens como feijão, óleo de soja, carne e pão.

A TARDE

Contrato da ponte com chineses já tem nova data: 20 de novembro

Circulando por mais de 20 municípios durante o feriadão, em campanha pelos aliados, João Leão (PP), vice-governador e secretário do Desenvolvimento Econômico, anunciou sábado em Tancredo Neves, onde foi apoiar o prefeito Toim do Bó (PP): dia 20 de novembro o start da ponte Salvador-Itaparica será dado.

A agenda da ponte atrasou por conta da pandemia. O contrato deveria ter sido assinado em fevereiro e as obras no mar, com uma frente na direção Salvador-Itaparica e outra no sentido oposto, tinham início pre-

visto para janeiro próximo. A Covid travou-as para a China.

— Nesse período da pandemia os chineses deixaram aqui 17 técnicos, que passaram o tempo todo estudando. Uma das conclusões é a de mudar um pouco o traçado original, um desvio de uns 100 metros. Isso reduz a profundidade de 60 para 40 metros.

PREPARAÇÃO — Segundo Leão, da assinatura do contrato até o início das obras ainda há uma série de ações preliminares, como a mon-

tagem de galpões para a fabricação de pilares e fundações. A previsão agora é que o início seja no fim de 2021.

Diz Leão que hoje terá uma reunião com Rui Costa para tratar do Fundo Garantidor, a parte de R\$ 1,5 bilhão que cabe ao governo baiano. A ponte Salvador-Itaparica integra o projeto Sistema Viário do Oeste, o SVO, um complexo que interconecta o litoral baiano com o Porto Sul e a Fiol, formando o eixo do redesenho econômico da Bahia. Agora vai?

A TARDE

Agro

A TARDE JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupotarde.com.br

Vice-presidente do Sistema Faeb/Senar: “A mulher na gestão compartilhada”

As mulheres são verdadeiras “aceleradoras da inovação”, assim podemos constatar nas suas atitudes e no protagonismo que estão efetivando no agro nacional. E aqui na Bahia? Entrevistamos a Carminha, uma líder nata. Sempre desde sua adolescência esteve ligada aos movimentos dos Sindicatos rurais, e também me disse: “nasci na terra, sou da terra e sempre serei da terra”.

Carminha se disse desafiada ao assumir essa vice-presidência, e diz que “aprendi a sonhar grande”. De uma agricultura de subsistência, hoje toda família e

membros reunidos plantam cerca de 22 mil ha no oeste baiano, baseados em LEM. Agregam valor na produção de grãos e algodão, com a sementeira OILEMA, cujas sementes significam aproximadamente 3% da soja do país. E com muita emoção, Carminha assinala. “É o nome do nosso patriarca ao contrário: Amelio.”

Os trabalhos em andamento na Faeb incluem um mapeamento da presença das mulheres na Bahia. Quantas na atividade da terra, gerando renda e empregos. E quantas nos serviços, comércio e indústria em tor-

no da agropecuária.

Também conheci a Tatiane Souza, outro exemplo de uma jovem que lidera o setor de manutenção de máquinas da SLC em São Desidério, comandando 35 homens. E afirma: “coragem é tudo na vida, e reconhecimento aos pais”.

As pequenas propriedades, algo próximo de 600 mil ha na Bahia, da mesma forma significam um foco importante de atenção para gerar treinamento, conscientização, associativismo, cooperativismo e profissionalização.

O cuidado do detalhe é al-

go notável das mulheres no agro. Na manutenção, na digitalização, e na operação das inovações, como os drones, por exemplo. Com a alta tecnologia, o serviço precisa ser realizado com excelência. Nada menos que isso.

Carminha também considera injusta essa separação de agricultura familiar X comercial. E eu concordo. Toda atividade exige que possamos fazer dela um negócio com resultados positivos, mesmo aqueles sem fins lucrativos, como me disse a dona Jô Clemente, fundadora da Apae São Paulo: “sou uma marketeira.”

E no campo da agrossociabilidade, as mulheres aparecem nas nossas pesquisas como preocupadas com sucessão, meio ambiente, bem-estar animal, e com uma visão de um sistema de saúde, e isso está alinhado com a modernidade, a última visão do professor Ray Goldberg, de Harvard, criador do conceito de Agribusiness. Carminha também realiza ações de cidadania com a Apae nas suas iniciativas. A agrocidadania.

“Gestão compartilhada é o futuro para o agro”, afirma a VP da Faeb. Os dons reunidos e diferentes de homens e mulheres formam o

ideal da diversidade. E com isso ganharemos na biodiversidade e nas exigências de qualidade dos consumidores finais.

A VP do sistema Faeb/Senar terá sua gestão até o final de 2022, e ela afirma: “muita coisa irá mudar até lá, e iremos ver cada vez mais a inserção feminina na terra e nos serviços em torno da terra, o mapeamento das mulheres do agro na Bahia será essencial para termos métricas, isso está em andamento”. Na Bahia, mulheres despontam como protagonistas e líderes do novo agronegócio.

A TARDE

MIRIAM HERMES

A implantação do Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco, projetado para a margem direita do Velho Chico na região oeste do estado, está mobilizando equipes do governo baiano, empresas privadas e instituições de fomento econômico.

A expectativa é chegar a 15 empreendimentos agrícolas, pecuários e agroindustriais, com usinas de etanol e açúcar, processadoras de frutas e frigoríficos.

O projeto abrange os municípios de Barra e Muquém do São Francisco, onde a primeira usina está sendo construída pelo Grupo Sérgio Paranhos Agroindustrial, com previsão de iniciar a produção de etanol e energia de biomassa a partir de julho de 2021.

No processo de atração de grupos interessados em se instalar no polo, nos primeiros dias de outubro a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE) coordenou uma visita técnica para a região, com empresários de São Paulo (RC Agro) e da Cooperativa de Fornecedores de Cana de Pernambuco (Coaf). Participaram da comitiva também representantes da Sudene e do Banco do Nordeste, que reconheceram o potencial da região para novos empreendimentos.

Com clima semiárido e baixa precipitação pluviométrica, se comparada com outras regiões da Bahia, como o cerrado no extremo oeste e o litoral, os dois municípios contam ainda com poucos empreendimentos para promover o desenvolvimento econômico e social, prevalecendo ainda a agropecuária de subsistência.

Potencial produtivo

"Nós queremos transformar este território em uma nova fronteira agrícola, industrializada, da Bahia. O Médio São Francisco apresenta condições climáticas ideais para o desenvolvimento de projetos agroindustriais, baseados no uso da irrigação e de tecnologias de ponta", disse o vice-governador e titular da SDE, João Leão, coordenador do projeto.

Ele destacou também oferta de "terras férteis de baixo custo, baixíssima inclinação e disponibilidade hídrica. Precisamos realmente elevar o número de projetos para melhorar a qualidade de vida das pessoas, gerando emprego e renda", enfatizou.

A viabilidade agrônômica



Em Juazeiro, a Agrovale tem usina processadora de cana

NEGÓCIOS Perspectiva é implantar usinas, processadoras e frigoríficos no Médio São Francisco

Projeto prevê a instalação de 15 agroindústrias na Bahia

do polo já foi comprovada, de acordo com o secretário estadual de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, Lucas Costa.

Ele enfatizou que a partir dos experimentos com 14 cultivares de cana-de-açúcar foram selecionadas variedades adaptadas a esta região. "Com média de 300 toneladas por hectare (t/ha) em irrigação, alcançamos mais que o dobro da média de São Paulo, que produz entre 120 e 140 t/ha", disse entusiasmado. A média nacional de 80 t/ha.

"Ampliar e diversificar as atividades, intensificando a pecuária através da utilização dos subprodutos da indústria sucroalcooleira", definiu o empresário Sérgio Paranhos Filho, para explicar a motivação de começar um novo empreendimento em Muquém do São Francisco.

O investimento previsto é de R\$ 107 milhões, com perspectiva de gerar 921 empregos diretos e até três mil indiretos. A capacidade anual da agroindústria é de 120 mil metros cúbicos (m³) de etanol e 180 mil toneladas de açúcar, a depender do mix, atendendo à demanda do mercado.

Pernambucano, o grupo já

tem fazendas de agropecuária no município desde a década de 1970. As lavouras de cana vão ocupar inicialmente seis mil hectares de áreas já abertas para as demais atividades. O projeto prevê também a aquisição de cana de parceiros fornecedores.

Segundo o prefeito de Muquém do São Francisco, Márcio Mariano, com cinco comunidades quilombolas, cinco aldeias indígenas e cinco assentamentos de reforma agrária, o município tem carência de vagas de trabalho para a população.

Além da geração de emprego e renda para os municípios, disse Mariano, o polo também vai gerar receita com aumento do ICMS e PIB, "o que deve impactar na melhoria dos serviços públicos".

Secretário de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR), Josias Gomes também enalteceu a geração de empregos com a concretização do projeto. "Estamos interessados na agenda do desenvolvimento regional, agregando os agricultores familiares neste processo, que está sendo conduzido pela SDE".

Ao citar a importância não apenas econômica, mas social do projeto, o superintendente do BNB na Bahia,

José Gomes da Costa, disse que o banco está disponível para apoiar a iniciativa.

Animado com as perspectivas de desenvolvimento da região, o superintendente da Sudene, Evaldo Cruz Neto, afirmou que a instituição está aberta para incentivar propostas que estão dentro das linhas de incentivo do órgão.

Prefeito de Barra, Deonísio Ferreira de Assis pontuou que, embora ladeado pelos rios Grande e São Francisco, somando mais de 300 km de margem, "Barra ainda não tem um projeto estatal de irrigação, como em outras regiões da bacia do São Francisco, que favorecem a produção irrigada durante o ano todo".

Para o prefeito, "tudo que vem para somar é positivo", enfatizou Deonísio, destacando que o potencial natural, com terras férteis, muita luminosidade e disponibilidade de água para irrigação, permitirá a formação de um novo celeiro agropecuário.

Capiteado pela SDE, o projeto está sendo implementado por um grupo de trabalho criado pelo governo do estado, contando ainda com representantes das secretarias da Agricultura

(Seagri), Desenvolvimento Rural (SDR) e Educação (SEC), Planejamento (Seplan) e Infraestrutura (Seinfra), dentre outras.

Além de atrair empreendedores, o grupo está atuando para dar suporte técnico, de estradas, energia e comunicações. João Leão destacou que, para preparar a população, em Barra já tem um campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), com os cursos de agronomia e medicina veterinária.

Para a formação técnica está em implantação uma Escola Modelo no Centro Estadual de Educação Profissional (Ceep) Águas. O projeto tem estrutura para desenvolver técnicas agropecuárias irrigadas, de sequeiro e agroindustriais formando mão de obra capacitada para trabalhar no polo.

Em implantação

Conforme a SDE, além do Grupo Sérgio Paranhos, com agroindústria já em implantação, dois grupos já confirmaram participação e há interesse de outros, como a Cooperativa de Unai, RC Agro e Coaf, focados em produção sucroalcooleira.

Com foco em outras atividades agropecuárias e in-

dustriais, foram mapeados pela secretaria no município de Barra cinco grupos empreendedores: Euroeste Agroindustrial (gado e suínos), Fazenda Barracatu (grãos), Fazenda Canto da Salina (gado, capim e grãos), Fazenda Canaã (grãos) e Fazenda Desterro (projeto agroindustrial).

No estado as regiões Sul e Norte já tem experiências positivas com cana-de-açúcar e produção dos derivados. Em Juazeiro a Agrovale é a maior produtora de açúcar, etanol e bioeletricidade da Bahia.

A agroindústria tem mais de cinco mil funcionários e contabilizou produtividade de 2,8 milhões de sacos de açúcar (50 kg), 67 milhões de litros de etanol e geração de 20 mil MW de energia a partir do bagaço da cana, na última safra (2019).

No extremo sul estão as usinas Santa Cruz, em Santa Cruz Cabralia, e Santa Maria, em Medeiros Neto, pertencentes ao Grupo São Luiz. Há dois meses o grupo assinou protocolo de intenções com a SDE para ampliar as unidades. O investimento previsto é de R\$ 192,4 milhões, para área agrícola e as unidades industriais (etanol anidro e hidratado).

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 10/10/2020	Página: A2

A TARDE

Riqueza do campo em alta

O Produto Interno Bruto (PIB) dos negócios agrícolas apresentaram crescimento de quase 7% de janeiro a julho de 2020 na comparação com o mesmo período do ano passado. A safra recorde de grãos, noticiada em manchete na edição de ontem de A TARDE, é a melhor explicação para os dados divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O sucesso do setor, especialmente a soja, tem atendido à crescente demanda internacional, tendo a China como um dos principais compradores. O alcance social do resultado, no entanto, não pode ser mensurado pelo PIB, pois, na soma dos rendimentos, uma grande corporação de poucos investidores pode apresentar números muito mais expressivos em relação à maioria de pequenos e microprodutores.

● A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) divulgou ontem análise do nono Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do ano, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicando que a produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas deve ser de 9,9 milhões de toneladas para este ano. O número representa uma expansão de 20,3% na comparação com 2019. No levantamento do mês de agosto deste a projeção feita foi de 9,7 milhões de toneladas.

A TARDE

INPC

Inflação para famílias com renda mais baixa fica em 0,87%

AGÊNCIA BRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para famílias brasileiras com renda até cinco salários mínimos, teve alta de preços de 0,87% em setembro deste ano. A taxa ficou acima do 0,36% registrado pelo INPC em agosto e é o maior índice de inflação para um mês de setembro desde 1995 (1,17%).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o resultado de setembro, o INPC passou a acumular taxas de 2,04% no ano e de 3,89% em 12 meses. As taxas do INPC ficaram acima daquelas observadas pela inflação oficial (IPCA), que foram de 0,64% em setembro, 1,34% no ano e 3,14% em 12 meses.

A TARDE

DIA DAS CRIANÇAS

Presentes e serviços sobem 3,2%

AGÊNCIA BRASIL

O preço dos produtos e serviços mais procurados para o Dia das Crianças subiu 3,21% entre outubro de 2019 e setembro de 2020. O aumento ficou abaixo da inflação média medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que foi de 3,6%. A informação foi dada ontem à Agência Brasil pelo coordenador do IPC do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), André Braz.

Algumas despesas comuns na data, porém, superaram a

inflação acumulada no período. É o caso dos computadores e periféricos, que subiram 9,24% nos últimos 12 meses. "Subiram muito de preço em função da prática do home office (trabalho em casa), do uso desses equipamentos para ensino a distância e, também, para entretenimento", explicou Braz. Segundo ele, a desvalorização do real frente ao dólar também contribuiu para a alta de preços.

Braz citou ainda hábitos mais ligados a serviços que também subiram acima da inflação média, entre os

quais comer fora de casa (3,4%), tomar sorvetes fora de casa (5,9%); refrigerante (4,9%). Quanto aos presentes, tiveram aumento acima da inflação os preços de bicicletas (4,9%) e calçados (4,3%). Os aumentos foram menores em telefones celulares (2%), roupas (2,6%), instrumentos musicais (2,9%) e bonecas (2%). O único item em que os preços baixaram foi o de artigos esportivos (-3,9%).

Queda

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC) projeta queda de vendas de 4,8% dos produtos e serviços relativos ao Dia das Crianças em todo o país em relação aos números do ano passado. A queda fica, porém, abaixo dos 8,1% registrados em 2016, quando o Brasil enfrentava também uma crise econômica.

Segundo a CNC, o Dia das Crianças, que é a terceira data mais importante do varejo brasileiro, depois do Natal e do Dia das Mães, deve movimentar no país cerca de R\$ 6,2 bilhões este ano.

PETROBRAS

Gasolina e diesel ficam mais caros a partir de hoje

AGÊNCIA BRASIL

A Petrobras aprovou ontem um reajuste médio de 4% no preço da gasolina em suas refinarias, o que equivale a R\$ 0,07 por litro. O aumento vale a partir de hoje. Também será reajustado o diesel vendido pela Petrobras. O combustível ficará 5% mais caro, o que equivale a 0,08 centavos.

Com o novo reajuste, o litro da gasolina passará a custar R\$ 1,82 nas refinarias, enquanto o diesel,

R\$ 1,76. Após ser vendido pela Petrobras aos distribuidores, o combustível aumenta de preço até chegar ao consumidor final devido a imposto estaduais e federais, custos de distribuição e revenda e adição de biocombustível.

O preço praticado pela Petrobras em suas refinarias correspondeu, entre julho e agosto, a 30% do preço final da gasolina e a 49% do preço final do diesel vendidos nos postos de combustíveis.

Inflação em Salvador é a menor do país em setembro

IPCA O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial da inflação brasileira, ficou em 0,23% na Região Metropolitana de Salvador (RMS) em setembro. O resultado acelerou em relação a agosto, quando a taxa foi de 0,13%. Superou também o registro de setembro de 2019, que foi de 0,14%.

Ainda assim, a inflação da RMS no mês passado foi a menor dentre as 16 áreas investigadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficando abaixo também do indicador nacional, que ficou em 0,64%.

Com o resultado de setembro, o IPCA da RMS acumula alta de 1,71% no ano de 2020 (janeiro a setembro), mantendo movimento de aceleração nesse indicador frente ao acumulado até agosto - 1,48%. A inflação acumulada no ano na RMS está acima da verifi-

0,23%
foi a taxa do IPCA na Região Metropolitana de Salvador no mês passado. Em agosto foi de 0,13% e 0,14% em setembro de 2019

cada no Brasil como um todo, 1,34%.

Nos 12 meses encerrados em setembro (outubro de 2019 a setembro de 2020), a inflação acumulada na Grande Salvador também seguiu em aceleração, chegando a 3,31% - frente a 3,23% no acumulado até agosto - e também se manteve acima do índice nacional, que acumula 3,14%.

A inflação de setembro na RMS foi resultado de aumentos verificados em cinco dos nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA. Os preços dos alimentos aceleraram de forma significativa e tiveram aumento de 1,97%, o maior dentre os grupos, após terem registrado leve deflação em agosto (-0,19%). Reassumiram, assim, a liderança como principal pressão inflacionária na região, puxados pelos produtos consumidos em casa (2,70%), sobretudo as carnes (7,72%).

A costela (15,10%) foi o

item que, individualmente, mais contribuiu para a alta da inflação de setembro, na RMS. Arroz (11,33%), óleo de soja (28,55%), leite longa vida (6,66%) e tomate (13,55%) também pressionaram o indicador.

Com o terceiro maior aumento médio em setembro, o grupo habitação (0,87%) teve a segunda maior contribuição para o IPCA do mês em Salvador, puxado pelo gás de botijão (4,18%)

Dentre os quatro grupos de produtos e serviços com quedas médias de preços, os que mais ajudaram a conter a inflação de setembro na Região Metropolitana de Salvador foram transportes (-1,38%, recuo mais intenso) e saúde e cuidados pessoais (-0,59%).

A RMS foi a única das 16 áreas investigadas no IPCA que teve queda no preço médio da gasolina (-6,04%), item que deu a maior contribuição individual para segurar a alta do índice.

GASOLINA E DIESEL SOBEM NESSE SÁBADO

PETROBRAS Os preços da gasolina e do óleo diesel vão subir a partir desse sábado (10) nas refinarias. Os reajustes anunciados pela Petrobras são de 4% (R\$ 0,07) da gasolina e de 5% (R\$ 0,08) no diesel. Com essa alta, o litro da gasolina será vendido às distribuidoras a R\$ 1,82, em média, e o do diesel, a R\$ 1,76. O valor cobrado nos postos aos consumidores depende ainda de outros fatores e não é possível dizer se também será reajustado e em que percentual. Em comunicado, a Petrobras informa que, de janeiro até este último reajuste, a gasolina acumula queda de 5,3%, e o diesel, de 24,3%.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO FICA EM 13,7%

PNAD COVID A taxa de desocupação ficou em 13,7% na semana de 13 a 19 de setembro, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Covid (Pnad Covid), divulgada nesta sexta-feira (9/10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o instituto, a baixa em relação aos 14,1% da semana anterior (6 a 12 de setembro) não é uma variação significativa. Eram 13,3 milhões de desempregados na semana de 13 a 19 de setembro, indicando que 200 mil trabalhadores saíram do desemprego na comparação com a semana anterior.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 10 e 11/10/2020	Página:

Correio

MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



OS ALIMENTOS FORAM RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 70% DA INFLAÇÃO DE SETEMBRO

Inflação em alta na pior hora

A inflação subiu em má hora e voltou a preocupar. O país ainda vive o pior da recessão no mercado de trabalho, mesmo que tenha atenuado parte de seus efeitos com as políticas de governo e o auxílio emergencial. Os preços sobem nos produtos que os pobres mais consomem. Os índices do atacado dispararam, criando um problema no mercado de imóveis alugados que só será superado com muita negociação. A inflação acelerou num momento de dúvida sobre os juros futuros. De um lado, a economia precisa de estímulos, de outro, os sinais confusos do governo na área fiscal pressionam o custo da dívida. O

IPCA está baixo, mas a natureza desta inflação, a hora em que ocorre, o peso sobre os alimentos, tudo isso se tornou um complicador.

A inflação de setembro foi a mais alta para o mês desde 2003. Se a análise sobre os índices de preços não pode se concentrar no dado de um único mês, também não dá para ignorar o que diz a trajetória. É a taxa acumulada em 12 meses também voltou a acelerar. Saiu de 1,88% em maio para 3,14% em setembro. É verdade que está bem abaixo da meta do ano, de 4%, mas esse movimento surpreendeu os economistas e deve aumentar a cau-

tela do Banco Central. A possibilidade de um novo corte da Selic já era baixa e agora ficou praticamente descartada. Ontem foi dia de revisões para cima nas projeções de inflação em bancos e consultorias.

Os alimentos foram responsáveis por mais de 70% da inflação de setembro. Isso tira renda das famílias porque são itens essenciais de compra. Mas os economistas dizem que esse choque será temporário e tem pouca capacidade de se espalhar para outros produtos. Ou seja, está muito concentrado, o que é uma boa notícia. Ainda assim, o departamento econômico do Bradesco chamou

atenção para a inflação dos serviços, que saiu de -0,47% em agosto para 0,17% em setembro. Esse dado será monitorado com lupa nos próximos meses.

Em situações normais, a inflação no patamar atual preocuparia pouco, porque a taxa em 12 meses permanece abaixo da meta. Mas ela ocorre em uma conjuntura de piora dos indicadores fiscais, de aumento do dólar, risco de rompimento do teto de gastos e estresse de vários ativos financeiros. Já não se trata apenas de números ligados à bolsa de valores, mas sim de aumento do custo da dívida do Tesouro. Nessa circunstância, voltar a falar de inflação é tudo que o Brasil não precisava.

RISCO DE INDIGESTÃO

Pelas projeções do banco ABC Brasil, a inflação dos alimentos vai continuar acelerando em 12 meses, até 18,71% em novembro, para fechar ao ano em 14,11%. Muito elevada.

EMPREGO PREJUDICA TRUMP

A economia americana sempre surpreendeu na abertura de vagas em períodos pós-crise, mas isso não está acontecendo agora. Segundo levantamento

do economista Marcel Balassiano, do Ibre/FGV, as duas principais pesquisas de emprego nos EUA mostram que o país perdeu cerca de 20 milhões de vagas, mas só recuperou em torno de 11 milhões. Esses dados podem atrapalhar as chances de reeleição do presidente Donald Trump. No mercado financeiro, uma vitória folgada de Biden também seria bem recebida, porque diminui a chance de Trump questionar o resultado judicialmente. O pior cenário seria uma vitória apertada do democrata. Isso poderia estressar as bolsas.

NEM PENSAR

O mercado financeiro não quer nem ouvir falar na prorrogação do auxílio emergencial no ano que vem. Pelas palavras de um gestor, a reação seria "horrorosa" caso o governo e o Congresso acionem novamente o orçamento de guerra, dentro do pacto federativo, para driblar o teto de gastos. De um jeito ou de outro, a despesa irá pressionar o déficit e a dívida bruta, ainda que legalmente não descumpra a regra do teto.

POR ALVARO GRIBEL. A COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS

Mais*

ÁREA PLANTADA QUE JÁ CRESCER 10 VEZES DE 2015
A 2019 PODE SER MULTIPLICADA POR QUATRO



PRODUÇÃO DE TRIGO GANHA MAIS INCENTIVO

Donaldson Gomes

REPORTAGEM
donaldson.gomes@reddebahia.com.br

Há cinco anos, a produção de trigo na Bahia ocupava uma área 500 hectares (ha), que rendiam 3 mil toneladas anuais. Em 2019, a área plantada e a produção foram multiplicadas por 10 vezes, mas o estado ainda está distante de atingir o seu potencial para a matéria-prima básica do pão nosso de cada dia. Um estudo da Embrapa indica que a Bahia tem condições de sair dos atuais 5 mil ha para 20 mil ha nos próximos anos com o uso de tecnologias de manejo e variedades atuais, principal-

mente no oeste do estado.

Um indicativo de que este potencial deve começar a se tornar realidade em breve é a instalação de um moinho para o beneficiamento do trigo no município de Luís Eduardo Magalhães. As dificuldades de comercializar a produção sempre foram o grande gargalo para o desenvolvimento da cultura na região. Por outro lado, a favor da cultura estão os preços no mercado, as condições do terreno e os benefícios que o trigo representa na rotação do plantio com o milho e a soja.

O avanço do trigo no oeste deve contribuir na busca da autossuficiência do Brasil em relação ao cereal. Atualmente, pouco mais da metade das

Região oeste vai ganhar moinho para beneficiar o cereal e a safra baiana deve quadruplicar nos próximos anos

cerca de 12,5 milhões de toneladas do produto que são consumidas anualmente no país são produzidas nacionalmente. O oeste baiano já é responsável por grande parte da produção nacional de grãos como soja e milho, e de fibras como o algodão.

Na região, o trigo é plantado em sistema irrigado e atua quebrando ciclos de pragas e doenças, além de reduzir a infestação de plantas daninhas e de deixar, após a colheita, uma palhada de boa qualidade. Já o trigo em sistema de sequeiro, apesar de ser pontualmente testado por alguns produtores, praticamente não é cultivado devido ao maior risco, segundo informações da Embrapa.

A empresa responsável pela construção da estrutura para o beneficiamento do trigo baiano é a Moinho Mercosul, de Campo Mourão, no Paraná. A reportagem tentou contato com a empresa, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. De acordo com informações da Secretaria da Agricultura (Seagri) e da Associação de Produtores e Irrigantes da Bahia (Alba), a implantação da unidade de produção no município de Luís Eduardo Magalhães está bem adianta-

da e deve ser concluída ainda este ano.

Atualmente, os moinhos mais próximos de Luís Eduardo Magalhães estão no Distrito Federal, a 550 km, e em Salvador, a 960 km, o que encarece o frete.

SEGURANÇA

Há cerca de cinco anos, o empresário João Ramos, presidente do Grupo Limiar, chegou a estudar a possibilidade de construir um moinho na região. O investimento previsto era em torno de R\$ 80 milhões. Porém, o projeto foi suspenso pois ele conta que não sentiu segurança em relação à oferta da matéria-prima. "Normalmente os moinhos são montados próximos aos portos para permitir trazer o produto de qualquer lugar do mundo, como os preços oscilam bastante, é importante ter essa flexibilidade", avalia João Ramos.

"A Bahia hoje é deficitária nesta área. Só nós aqui (Grupo Limiar) gastamos entre 35 e 40 toneladas de farinha de trigo por dia. Agora, você imagina todo o estado da Bahia. Estamos falando de milhares de toneladas", exemplifica. "É muito dinheiro que vai embora da Bahia porque o trigo vem de fora. O Brasil co-

ACM Neto lidera ranking dos prefeitos de capital mais bem avaliados do país, afirma Ibope

PÁG. 15

Apesar do combate, incêndios florestais ainda ameaçam a Chapada Diamantina

PÁG. 14

mo um todo é deficitário nessa área".

Ainda que o projeto do moinho tenha ficado distante, Ramos continua atento à produção do cereal no oeste. "Com a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), para nós a construção de um moinho em Ilhéus se torna uma opção bem interessante pela possibilidade de aproveitar o trigo da Bahia e o porto da região", avalia.

Eduardo Rodrigues, superintendente da Política de Agronegócios da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia (Seagri), lembra que o trigo chegou a ser utilizado como rotação em plantações de batatas até 2008, porém, sempre em uma área plantada relativamente pequena. A partir de 2015, o plantio foi retomado e numa proporção maior. "Essa cultura é importante. Ela pode não ser muito rentável se comparada à de algodão e soja, mas não apenas ajuda o produtor a rentabilizar mais a terra", explica Rodrigues.

Este ano está prevista a produção de 18 mil toneladas de trigo, mas Rodrigues projeta que o início da operação do moinho deve levar a produção no oeste a outro patamar. "A estimativa de produção da safra este ano é de 18 mil toneladas de trigo, mas com o moinho, a tendência é que a produção aumente muito. O grande problema hoje é a comercialização, pois os portos são muito distantes e o frete encarece a produção", diz. "A gente ainda não se destacou muito por conta da questão logística".

O assessor de agronegócios Luiz Stahlke, membro do Conselho Técnico da Associação de Produtores e Irrigantes da Bahia (Aiba), conta que a região oeste da Bahia chegou a registrar um pico de produção há alguns anos, mas houve uma redução no ritmo justamente por conta das dificuldades no processo de comercialização. "O trigo vai muito bem nos nossos solos, contudo, na hora de vender o produtor tem dificuldades. É por isso que há uma expectativa em relação à chegada do moinho", explica.

Segundo ele, o empreendimento terá capacidade para absolver toda a produção atual da região e ainda vai precisar levar trigo produzido em outras áreas para se viabilizar. "Com certeza é um estímulo porque o produtor vai ver que terá como escoar a produção aqui mesmo na região. Além disso, haverá o incentivo da assessoria técnica e a oferta de variedades", complementa. "Qualidade do nosso trigo tem. A produtividade da região é excelente, ninguém tem dúvidas de que é viável produzir aqui".

Cereal é alternativa de cultura rápida e tranquila

Osvino Fábio Ricardi, proprietário da Fazenda Savana, em Riachão das Neves (BA), acredita no crescimento da área plantada de trigo no oeste da Bahia nos próximos anos. "A tendência é de aumento porque a área com agricultura irrigada está aumentando e o trigo é uma opção para a rotação de culturas. Não é a cultura mais rentável, mas é rápida e tranquila", afirma, destacando a qualidade do grão colhido na região.

Em 2020, foram plantados 1.625 hectares de trigo na sua propriedade. "Este ano, a realidade climática foi mais favorável", justifica. A expectativa do produtor é colher 6 ton/ha (ou 100 sc/ha) na atual safra, superando as 5,8 ton/ha (ou 96,66 sc/ha) obtidas em 2019.

Para o próximo ano, ele espera plantar entre 800 e 1.200 hectares, conforme o planejamento de rotação de culturas estabelecido pela fazenda. "Muitos produtores tiveram sucesso este ano e há o interesse em continuar plantando", comenta, lembrando que, como o ciclo da cultura na região varia de 90 a 110 dias, o rendimento médio fica em torno de 1 sc/ha/dia. Ele avalia que o maior desafio para a expansão da cultura passa pelo investimento em variedades mais produtivas e pela oferta de financiamento.

Consultor em trigo na fazenda, o engenheiro agrônomo Pedro Matana Jr. conta que o primeiro plantio do cereal na propriedade ocorreu na safra de 2010, em uma área de algodão com soja e milho em rotação sob pivô de irrigação. Ele explica que a opção se deveu à presença de nematoides, um tipo de praga. "Avaliamos táticas de controle químico e biológico e decidimos colocar uma planta nova. Hoje, sabemos que o trigo tem baixo fator de reprodução de nematoides, de acordo com avaliações", comemora.

Ele lembra que a elevada produtividade média obtida naquele ano, de 7,5 ton/ha (ou 125 sc/ha), estimulou vizinhos a investirem no trigo nas safras seguintes. "Nós mesmos não continuamos plantando porque o preço do algodão ficou mais atrativo, mas ficamos com a boa lembrança do trigo".

●● É muito dinheiro que vai embora da Bahia porque o trigo vem de fora. O Brasil como um todo é deficitário nessa área
João Ramos
presidente do Grupo Linhar

●● A estimativa de produção da safra este ano é de 18 mil toneladas de trigo, mas com o moinho, a tendência é que a produção aumente muito. O grande problema hoje é a comercialização, pois os portos são muito distantes e o frete encarece a produção
Eduardo Rodrigues
superintendente da Política de Agronegócios da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia (Seagri)

Região baiana tem características favoráveis ao cultivo

A produtividade média conseguida no Oeste é de 5,66 ton/ha (ou 94,4 sc/ha), bem superior à média nacional de 2,9 ton/ha (ou 48,3 sc/ha). "Mas há produtores que chegam a produzir 7 ton/ha (116,6 sc/ha) seguindo as recomendações de manejo e plantando variedades mais modernas", aponta o pesquisador Julio Albrecht, da Embrapa Cerrados (DF).

"A região tem um clima bastante favorável ao desenvolvimento do trigo tropical, tem produtores bastante qualificados, o sistema de produção irrigado necessita do trigo para fazer a rotação de cultura e nas avaliações que fizemos, vimos uma produtividade alta, com qualidade excelente para panificação", destaca.

Ele lembra que a Embrapa atua com o trigo na região desde meados da década de 80, com o plantio de ensaios de valor de cultivo e uso (VCU) em áreas de produtores. Exigidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os ensaios de VCU são realizados para comprovar, em condições de cultivo, o valor agrônomo de linhagens candidatas a cultivares, segundo normas elaboradas pelo próprio Ministério.

A Embrapa tem conduzido e avaliado experimentos com novas variedades e linhagens de trigo na região. As variedades também são avaliadas pelos produtores em campos experimentais e lavouras comerciais, observando as recomendações de manejo prescritas pela pesquisa científica. "Na medida em que fomos lançando novas variedades, a área cultivada foi aumentando, sobretudo de 2005 para cá", diz Albrecht.

As condições climáticas e geográficas favoráveis ao trigo irrigado no oeste baiano são semelhantes às do Brasil Central (Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais), local onde foram selecionadas as cultivares da Embrapa para o Bioma Cerrado. Temperaturas elevadas durante o dia e amenas à noite, dias com alta luminosidade e altitudes de 600 a 1.000 metros são fatores que influenciam positivamente na produtividade e na qualidade industrial dos grãos, considerada uma das melhores do mundo.

●● A região (oeste) tem um clima bastante favorável ao desenvolvimento do trigo tropical, tem produtores bastante qualificados, o sistema de produção irrigado necessita do trigo para fazer a rotação de cultura e nas avaliações que fizemos, vimos uma produtividade alta, com qualidade excelente para panificação
Julio Albrecht
pesquisador da Embrapa Cerrados (DF)

3 MIL
toneladas por ano era a produção de trigo no oeste da Bahia em 2015, realizada em 500 hectares de área plantada

18 MIL
toneladas é a produção do cereal prevista para este ano

20 MIL
hectares de área plantada é o potencial do oeste baiano para o plantio do trigo no próximos anos com o uso de tecnologias de manejo e de variedades de sementes. Atualmente, esta área é de 5 mil hectares

Plantio do cereal é alternativa para rotatividade de culturas nas fazendas da região. Quase a totalidade da produção é irrigada

MARCA: STUDIO CRIATIVO



DECRETO O decreto estadual que suspende as aulas das redes públicas e privadas e eventos com mais de 100 pessoas vai continuar em vigor, pelo menos até 25 de outubro. A prorrogação do decreto, que venceria hoje, foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de sábado.

Com o decreto, ficam proibidas atividades que envolvem aglomerações com o número determinado de pessoas. A determinação vale para shows, feiras, apresentações de circo, eventos científicos e passeatas. Também fica proibido abertura de zoológicos, museus, teatros e afins.

As atividades escolares estão suspensas desde o dia 19 de março, graças a um decreto com validade de 30 dias, com possibilidade de prorrogação. Essa semana, o governador Rui Costa afirmou que não é hora ainda de retomar as aulas.

“Nós conversamos sobre o protocolo de retorno e continuamos com a ideia de dividir as salas em duas. Estamos acompanhando os números para entender como se pode voltar e não temos um diagnóstico muito claro de como tá a doença pra gente saber como voltar para as aulas. O número de mortes cria uma sensação de que

Aulas e eventos estão suspensos na Bahia até dia 25

a doença ainda tá forte. Não dá pra tomar decisão burocrática. Precisa reduzir os números ainda”, disse o governador, na última segunda-feira. O governador citou o diálogo que tem mantido com o prefeito de Salvador, ACM Neto.

Também na semana passada, ACM Neto afirmou que iria se reunir com Rui para discutir a volta da Educação em Salvador. Ele afirmou que seu desejo é de que as aulas voltem ainda este ano. “Eu vou solicitar uma reunião com o governador porque todas essas decisões que temos tomado são em conjunto com o governo do estado. Eu pretendo ter essa harmonia até o dia 31 de dezembro, quando eu for passar meu bastão ao meu sucessor. Eu entendo que ela vem sendo fundamental para a nossa cidade”, disse.

Mesmo com todas as ressalvas, o prefeito acrescentou que, no entanto, acha que já é possível começar a construir uma perspectiva de retorno das aulas. “Com

muitos cuidados, critérios, regras, prazos e condicionantes, é claro. Mas já está na hora da gente sentar pra começar a ver a questão da retomada da Educação”, ponderou Neto.

Em conversa com o CORREIO, o secretário de Educação de Salvador, Bruno Barral, adiantou que existe um desenho definido de como será o processo de retomada do calendário estudantil.

“Temos tudo pronto para a volta às aulas na cidade, de ponto de vista da estrutura, protocolos de saúde e planejamento pedagógico, resultado de um trabalho realizado em completa parceria com o governo estadual, como tem sido desde o início da pandemia. Só falta o prefeito dizer a data”, afirmou Bruno Barral.

A princípio, destacou, o plano prevê o retorno seriado, dos níveis mais altos para os mais baixos. Assim, universidades e faculdades reabririam em um primeiro momento. Em seguida, seriam liberadas as unidades do Ensino Médio. Depois, viria o Ensino Fundamental. “A Educação Infantil ficará para um segundo momento”, acrescentou Barral, ao indicar a probabilidade de que essa faixa escolar só seja liberada a partir de 2021.

Estamos acompanhando os números para entender como se pode voltar e não temos um diagnóstico muito claro de como tá a doença pra gente saber como voltar às aulas
Rui Costa

Governador

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

Quando vou a um país, não examino se há boas leis, mas se as que lá existem são executadas, dizia Montesquieu. Existe lei no Brasil para soltar chefe do tráfico? Se existe, foi executada
Otto Alencar

Senador da Bahia pelo PSD, sobre a soltura de um chefe do crime pelo Supremo Tribunal Federal

Com a boca na butija

A Polícia Federal mantém em curso um novo boate contra suspeitos de participar da venda de sentenças no Judiciário baiano, esquema investigado pela Operação Faroeste. Em manifestação ao relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, a subprocuradora-geral da República, Lindóira Maria Araújo, pede que seja negado, à defesa de seis réus presos por envolvimento na rede de corrupção montada no TJ da Bahia, acesso a detalhes de uma ação controlada realizada pela Faroeste com foco em demais integrantes do esquema. O termo "ação controlada" se refere à técnica pela qual a polícia, mesmo diante de delito, retarda a intervenção para coletar provas mais robustas ou identificar membros de uma quadrilha.

LONGE DOS OLHOS

"A ação controlada abraça, no momento, diligência não finalizada, razão pela qual não pode ser publicizada a qualquer dos acusados, sob pena de restar frustrado o êxito da técnica especial de investigação em questão", diz Lindóira, em parecer enviado a Fernandes no último dia 7.

Código da Faroeste

Além do parecer, a Satélite teve acesso ainda a um relatório sigiloso de inteligência, encaminhado ao relator da Faroeste no STJ como anexo ao pedido feito pela subprocuradora-geral no qual a PF destaca que investigados pela Faroeste usaram ferramentas de criptografia para esconder mensagens trocadas entre eles pelo WhatsApp. A informação foi obtida a partir de análise de celulares apreendidos em endereços da desembargadora afastada Maria do Socorro Barreto Santiago e seu genro, o advogado Márcio Duarte Miranda, ambos presos desde o fim de 2019 pela operação.

Entre família

"Tem-se, ainda, que Maria do Socorro e Márcio Duarte usavam, possivelmente, Mariana Santiago e Luciana Santiago, a primeira esposa daquele e ambas filhas dela, como vias de captação de vantagens indevidas, demonstrando preocupação com a incorporação de bens em nome de Maria do Socorro, como se percebe do conteúdo de mensagens de WhatsApp, com orientações inclusive para uso de criptografia nas conversas existentes nos aparelhos telefônicos apreendidos", cita a subprocuradora, ao se referir a trechos do relatório de inteligência.

Roda presa

Em plena queda de braço contra a Via Bahia, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, levará parte da bancada de deputados federais do estado para ver hoje as reais condições da BR-116, administrada em regime de concessão pela empresa. Apesar de participar da inauguração do primeiro trecho duplicado pela concessionária, Freitas quer aproveitar a visita para mostrar aos parlamentares e à imprensa local o verdadeiro estado das rodovias baianas geridas pela Via Bahia, que controla ainda a BR-324.

Top five

O PSD foi o partido com a maior quantidade de candidatos a prefeito, vice e vereador na Bahia, com 5.068 concorrentes. Logo abaixo, vêm PP (4.155), PT (3.845), DEM (2.805) e PSB (2.630).

Sesab recomenda proibição de comícios e passeatas no estado

ELEIÇÕES O Centro de Operações de Emergência em Saúde da Bahia, coordenado pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), recomendou neste sábado medidas sanitárias mais rigorosas neste período eleitoral, como proibição de comícios, passeatas e caminhadas, além do acompanhamento de pessoas a pé durante carreatas. O secretário da Saúde Fábio Vilas-Boas diz que as recomendações já foram enviadas à Justiça Eleitoral, que tem a competência nesta questão: "O objetivo é evitar o crescimento acelerado de casos de covid e redobrar atenção em diversas localidades, a exemplo das regiões Sudoeste, Sul, Norte e Nordeste que tem permanecido com um platô elevado de infectados e taxas de ocupação de leitos em percentuais de atenção".

O secretário lembra que atividades com mais de 100 pessoas estão proibidas na Bahia e cita também a curva epidemiológica do estado atingiu um platô, com queda no número de novos casos, mas em cenário epidemiológico que ainda exige cuidado. Os eventos presenciais, como comícios e caminhadas, provocam aglomerações. Para carreatas, a orientação é permitir desfile de candidato com carro aberto e que esteja acompanhado de no máximo 3 pessoas. Não deve ser permitido acompanhamento a pé. Medidas de proteção individual devem ser observadas. Os veículos devem manter as janelas abertas. Após e antes do uso, o veículo deve ser desinfetado. Deve haver álcool em gel à disposição dos passageiros. Outras orientações incluem evitar compartilhamento de objetos como microfones e celulares, redobrar cuidados com a alimentação, se houver. Se for necessário formar fila para algum local fechado, é preciso respeitar distanciamento de 1,5m entre as pessoas e evitar distribuição de panfletos e similares.

Carreatas estão permitidas desde que cumpridas medidas de segurança, como desfile em carro com janelas abertas e sem gente na rua

Fieb cobra celeridade ao TCU em análise de processo sobre a Fiol

INFRAESTRUTURA A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) encaminhou uma carta ao tribunal de Contas da União (TCU) pedindo a conclusão do processo que tramita na corte sobre o processo de licitação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), no trecho que vai de Caetitê, na região sudoeste do estado, a Ilhéus, no sul.

No documento, endereçado ao ministro Aroldo Cedraz, a Fieb ressalta a importância da ferrovia para a economia baiana por estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade; interligar a malha ferroviária brasileira, com sua futura conexão com outras ferrovias - Centro-Atlântica (FCA), de Integração do Centro-Oeste (FICO), e a ferrovia Norte-Sul -, incentivar e viabilizar investimentos que irão incrementar a produção e induzir a processos produtivos modernos em todo estado.

A autorização do TCU é apontada como o último obstáculo para que a licitação possa ser realizada e abrir uma perspectiva de funcionamento para o equipamento. Esta é a segunda vez que a Fieb encaminha ofício com este pedido ao TCU. A primeira carta foi encaminhada no mês de

abril deste ano.

"Como é do conhecimento de V. Exa., a Bahia aguarda há mais de uma década pela conclusão da Fiol, que atenderá, num primeiro momento, à exploração de minério de ferro em Caetitê (mas, viabilizando em consequência o escoamento da produção mineral do sudoeste baiano e do norte de Minas Gerais), além da produção de grãos do Oeste baiano e do Centro-Oeste brasileiro, após a conclusão de suas etapas 2 e 3", diz a segunda carta, assinada pelo presidente da Fieb, Ricardo Alban, e datada de 6 de outubro último.

O traçado da Fiol via de Ilhéus até a cidade de Tocantópolis, no estado do Tocantins, até o município de Ilhéus, na Bahia, e onde será construído o Porto Sul. Essa estrutura logística vai beneficiar a produção mineral e agropecuária da Bahia ao reduzir custos de escoamento.

No documento, a Federação das Indústrias ressalta a importância da ferrovia para a Bahia

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 13/10/2020	Página:

Correio*

Trump impõe tarifas sobre alumínio do Brasil e de 17 países

135,63% O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, anunciou na sexta-feira, 9, a imposição de novas tarifas na importação de folhas de alumínio de 18 países, entre eles Brasil e Alemanha.

Segundo ele, a decisão é resultado de um estudo preliminar do governo de Do-

nald Trump que concluiu que os 18 países exportariam seus bens a preços inferiores aos valores de mercado. A prática conhecida como dumping estaria prejudicando os produtores americanos. As tarifas serão aplicadas imediatamente, mas o parecer final será concluído em fevereiro de 2021.

A tarifa imposta ao Brasil pelo governo Trump deve pular de 48,33% para 135,63%. Segundo o Departamento de Comércio dos EUA, o país importou US\$ 97 milhões em chapas de alumínio brasileiro no ano passado, do total de US\$ 1,96 bilhão importados dos 18 países

Bahia cai em ranking da inovação e é o 16º entre os estados brasileiros

ESTUDO A Bahia caiu uma posição no ranking nacional de inovação, de acordo com a segunda pesquisa da Federação de Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). De 2019 para 2020, os baianos saíram da 15ª para a 16ª colocação entre todos os estados do Brasil. E está em 5º lugar em relação aos vizinhos do Nordeste: Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte ocupam, respectivamente, os primeiros lugares.

O Amazonas, que teve a pior classificação entre as cinco regiões do país, ultrapassou a Bahia e encontra-se em 8º lugar na avaliação nacional. São Paulo, Santa Catarina e Paraná são os estados mais inovadores, segundo o estudo. O Nordeste é a 4ª colocada entre as regiões.

O Índice de Inovação dos estados objetiva identificar as principais categorias relacionadas ao tema, para que cada unidade federativa possa desenvolver políticas públicas direcionadas. O índice elaborado pela FIEC é composto por dois outros indicadores, o de Capacidades e o de Resultados. A Bahia recuou três casas no primeiro, saindo da 15ª para 18ª posição, e permaneceu no 11º lugar no segundo.

Isso significa que o estado conseguiu dar mais resultados que seu cenário permite, segundo a pesquisadora do Observatório da FIEC Eduarda Mendonça. “De modo geral, a Bahia tem resultados acima do esperado do que

seu ambiente pressupõe, pois mesmo estando em 18º lugar em Capacidade, ocupa o 11º lugar em Resultados. Mas não estar entre os 10 primeiros estados do Brasil o coloca como um estado de desempenho mediano”, avaliou.

Pensando em reverter esse cenário, o diretor de Inovação da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis), Ivan Euler, ressaltou mudanças implementadas pela prefeitura de Salvador nos últimos anos, como a própria criação da secretaria, em 2017, do Hub Salvador e do Colabora, centros de aceleração e incubadoras de Startups, e a lei de incentivos fiscais. A legislação foi sancionada pelo prefeito ACM Neto em agosto deste ano e reduz os principais impostos.

“A gente visitou algumas cidades referência como Florianópolis e Recife e aprendemos com cada uma. Vimos que era interessante uma lei de regimentos e incentivos fiscais para startups e empresas de base tecnológica. Além do turismo, a área de tecnologia e inovação é nosso foco para poder gerar emprego, renda e melhorar a qualidade de vida”, diz Euler.

Entre as medidas de incentivo fiscal para empresas tecnológicas, está a redução de até 40% no IPTU e na TRSD (Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares) para os centros de distribuição de empresas que se ins-

talarem ou ampliarem suas atividades em Salvador.

Além disso, a prefeitura reduziu o Imposto Sobre Serviços (ISS) de 5% para 2% para as empresas que atuam em plataformas digitais que queiram ter a base em Salvador. Empresas de base tecnológica e startups também podem se beneficiar disso. Se elas quiserem se estabelecer no bairro do Comércio, as vantagens são ainda maiores: todas terão o IPTU reduzido à metade por cinco anos, além da isenção de algumas taxas.

Procuradas pelo CORREIO neste feriado, a Federação de Indústrias da Bahia (Fieb), a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) não responderam até o fechamento desta edição.

RANKING DO NORDESTE

1º Pernambuco

2º Ceará

3º Paraíba

4º Rio Grande do Norte

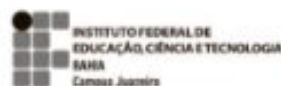
5º Bahia

6º Sergipe

7º Piauí

8º Alagoas

9º Maranhão



MINISTÉRIO
EDUC.

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência nº 01/2020 UASG 156

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA 10.764.307/0020-85 torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade UASG 156061. **Objeto: A cessão de uso do espaço físico da cantina do IFBA Campus Juazeiro.** Abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta, no dia 16 de novembro de 2020, às 14h, no endereço: Rodovia BA 210, nº 3599, Bairro Nova Juazeiro, Juazeiro-BA. O interessado encontra-se à disposição dos interessados através do site <http://portal.ifba.edu.br/juazeiro>. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Processo: 23845.000593/2020-20

DÉBORA RODRIGUES FREITAS
Presidente da CPL
CAMPUS JUAZEIRO

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Erros fiscais criam armadilha

Muitos economistas têm minimizado a alta da inflação, mas para o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, esse é um problema que precisará ser monitorado com atenção daqui para a frente. Mesquita estima que o IPCA continuará acelerando nos próximos meses, até 4,5% em maio do ano que vem, para só então começar a cair. O problema é que muita coisa pode dar errado até lá, especialmente na política fiscal. Uma nova disparada do dólar pode deixar o Banco Central pressionado para aumentar os juros em plena recuperação. "O ambiente se tornou mais delicado para a inflação do que era há alguns meses", explicou.

A inflação vem subindo mesmo na recessão e, por mais que se diga que ela está concentrada nos alimentos, não é boa notícia. O governo sairá desta crise muito endividado, e isso tem provocado aumento na cotação do dólar. Mesmo que o repasse de preços para muitos produtos seja menor, pela ociosidade da economia, isso pode acabar batendo mais fortemente nos índices.

Podemos ter depreciação sobre depreciação (do real) e aí, mesmo com ociosidade, tudo

fica mais intenso. Se o dólar for para R\$ 6 no final do ano, o BC pode ter que iniciar o movimento de alta dos juros no início de 2021 para atingir a meta de 3,75% em dezembro.

Por ora, as expectativas de inflação continuam "ancoradas". Mas tudo vai depender do fiscal - explicou.

Esse é mais um ingrediente na discussão do Renda Cidadã. O governo não sabe de onde cortar para viabilizar o programa e qualquer medida que aumente o déficit no ano que vem será mal recebida pelo mercado, com reflexo no câmbio. Acionar o orçamento de guerra para driblar o teto de gastos teria o mesmo efeito negativo, porque vai significar aumento de despesa, de qualquer forma. Mesquita acha que o Banco Central não hesita-

O governo federal ainda não sabe de onde cortar para viabilizar o Renda Cidadã

ria em elevar a Selic, em caso de piora das expectativas.

Sobre o ritmo da recuperação, o Itaú estima que o PIB deste ano cairá 4,5%, para crescer apenas 3,5% no ano

que vem. Ele explica que três pontos dessa alta em 2021 já estão assegurados pelo chamado "carregamento estatístico". Ou seja, o crescimento, de fato, será pequeno.

Na prática, se a economia não crescer nada no ano que vem ela já garante um crescimento de 3% na média, por efeito estatístico. Então a alta de verdade será pequena, parecida com a que a gente já vinha tendo antes da pandemia - afirmou.

O país ainda está longe de uma recuperação plena na economia. E agora ganhou um complicador a mais, o risco de aumento da inflação e da taxa básica de juros.

ENDIVIDAMENTO EM ALTA

A dívida das famílias com o

setor financeiro bateu recorde em julho. Segundo dados do Banco Central, ela chegou a 47,45% da renda anual, o maior percentual desde 2005, quando começou a série histórica. Parte da alta no mês foi provocada pelo financiamento imobiliário, que subiu de 27,27% para 27,63%. Durante a pandemia, muitos bancos adiaram o pagamento das prestações, que foram incorporadas ao saldo devedor.

Essa tendência de alta do endividamento total, no entanto, já vem desde dezembro de 2017. Assim como o governo federal, as famílias estão com mais dívidas a pagar.

PIB E PANDEMIA

A consultoria Oxford Economics tem cortado as projeções para o PIB mundial do ano que vem. Há uma combinação de fatores: aumento de casos de covid, fim dos estímulos fiscais e crescimento mais forte no final deste ano, o que aumenta a base de comparação. "Nos últimos meses ficou claro que as medidas de isolamento continuarão necessárias, especialmente em países que não fazem testes e rastreamentos de forma efetiva." Fica o alerta.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 13/10/2020	Página:



IGREJAS PRESSIONAM CONGRESSO PARA AMPLIAR VERBA DO FUNDEB

EDUCAÇÃO Igrejas, instituições religiosas, comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos se uniram para pressionar o Congresso a fixar um percentual de recursos do Fundeb (Fundo da Educação Básica) para custear vagas de alunos nos ensinos fundamental e médio em escolas ligadas a essas entidades.

No projeto de lei que regulamenta o novo Fundeb - o fundo foi promulgado em agosto -, há a previsão de que essas instituições possam receber recursos para matrículas na educação infantil, educação do campo (rural), pré-escola e educação especial.

Com as receitas afetadas pelo aumento da inadimplência devido a pandemia, as entidades redobram os esforços para tentar incluir os ensinos fundamental e médio na regulamentação.

O tema, inclusive, esteve nas discussões da PEC (proposta de emenda à Constituição) que tornou o Fundeb permanente.

Auxílio emergencial reduziu a pobreza em 23%

AKEMI NITAHARA DA AGÊNCIA BRASIL

Em meio à pandemia da covid-19, o auxílio emergencial contribuiu para a queda temporária da pobreza no Brasil. Segundo o estudo Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até Agosto de 2020, divulgado ontem pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), 15 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza até agosto de 2020, uma queda de 23,7%. De acordo com a definição usada pela FGV, a pobreza é caracterizada pela renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo (R\$ 522,50).

Segundo o coordenador da pesquisa, Marcelo Neri, apesar de o país ainda registrar 50 milhões de pobres após esta queda, este é o nível mais baixo de toda a série estatística.

"De maneira geral, a gente observou um boom social inédito, mesmo comparando com períodos pós-estabilização, que foram períodos de boom social. Em toda a série estatística a pobreza nunca esteve num nível tão baixo, são 50 milhões de brasileiros. A queda foi realmente inédita, de acordo com as séries estatísticas".

A redução de pobreza



ALERTA

Mas o país ainda registra 50 milhões de pobres

chegou a 30,4% na Região Nordeste e a 27,5% no Norte do país. No Sul, a redução foi de 13,9%; no Sudeste de 14,2% e no Centro-Oeste a queda na pobreza chegou a 21,7%.

Segundo a FGV Social, essas regiões têm maiores parcelas do público-alvo do Auxílio Emergencial. "O Brasil, nos nove meses do auxílio emergencial, até o final do ano, pretende gastar R\$ 322 bilhões, cerca de nove meses são nove anos de Bolsa Família, uma injeção de recursos bastante substantivo", destaca o pesquisador.

MERCADO DE TRABALHO

Por outro lado, Neri dis-

se que as camadas com renda acima de dois salários mínimos per capita perderam 4,8 milhões de pessoas na pandemia e os dados do mercado de trabalho demonstram forte retração.

"Houve uma queda de renda de 20%. O índice de Gini teve um aumento muito forte, que é o índice de desigualdade. A renda do trabalho da metade mais pobre caiu 28%. Então guarda um certo paradoxo na pesquisa. As rendas de todas as fontes tiveram um aumento espetacular, principalmente na base da distribuição, enquanto a renda do trabalho, que deveria ser a principal renda das pessoas, teve uma queda igualmente es-

petacular, especialmente também na base da distribuição. O que explica esse paradoxo é a atuação do auxílio emergencial, que atingiu no seu pico com 67 milhões de brasileiros".

Com a queda no topo e a subida na base das classes de renda, as camadas intermediárias tiveram um aumento de 21,4 milhões de pessoas, o que equivale à quase metade da população da Argentina. Neri lembra que a diminuição na pobreza é temporária e tende a ser totalmente revertida após o fim do auxílio emergencial.

"O boom social ocorrido em plena pandemia é surpreendente, mas enseja uma preocupação, porque a sua principal causa, que é o auxílio emergencial, generoso, que foi concedido, ele cai à metade agora em outubro, e depois é totalmente extinto em 31 dezembro. Então, a nossa estimativa é que esses 15 milhões que saíram da pobreza vão voltar à velha pobreza de maneira relativamente rápida. Isso equivale a cerca de meia Venezuela em termos populacionais", disse o pesquisador.

A pesquisa aponta também que ainda não foram definidos novos programas sociais para contornar a crise atual, bem como há "cicatrizes trabalhistas de natureza mais permanente abertas pela crise".

SE LIGUE

Puxada por alimentos e gasolina, inflação sobe 0,64%

DANIELA AMORIM, GREGORY PRUDENCIANO E CÍCERO COTRIM, O ESTADO DE S. PAULO

Sob pressão da disparada dos preços dos alimentos, a inflação oficial no País subiu 0,64% em setembro, maior resultado para o mês desde 2003, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados nesta sexta-feira, 9, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Carnes, arroz e óleo de soja pesaram no bolso das famílias, assim como os combustíveis. Passagens aéreas e alguns itens ligados ao turismo também esboçam reação. O resultado veio acima do previsto até pelos economistas mais pessimistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que estimavam um IPCA médio de 0,54%. A inflação acumulada em 12 meses alcançou 3,14%, ante uma meta

de 4% perseguida pelo Banco Central.

"É uma inflação (de setembro) preocupante, mas não tem nenhum risco para este ano, quando é provável que o IPCA fique em 2,5%. A questão mesmo está em 2021, quando devemos ter câmbio pressionado, commodities pressionadas e a China com um crescimento forte", afirmou o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale. O economista João Fernandes, da Quantitas, acredita que a inflação mais elevada de setembro não ameace a condução da política monetária. Ele argumenta que o IPCA foi impulsionado por fatores pontuais, enquanto que o risco para o quadro de juros baixos no País permanece sendo fiscal.

"Não tem comparação da importância desse IPCA com a incerteza fiscal de curto prazo. A inflação mais alta reduz a chance de um novo corte da Selic, mas é um efeito limitado. O que

poderia suscitar uma alta de juros agora seria o governo romper o compromisso com o teto, não uma reação a essa inflação", opinou Fernandes.

Em setembro, as famílias gastaram 2,28% a mais com alimentação. O grupo alimentação e bebidas contribuiu com 0,46 ponto porcentual para a taxa do IPCA no mês, o equivalente a 72% da inflação.

Segundo Pedro Kislakov, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, houve uma disseminação maior de produtos alimentícios com aumentos de preços, o que levou a uma inflação de alimentos também mais elevada que o habitual para meses de setembro. "Tem dois componentes influenciando preços. Tem a questão do auxílio emergencial, uma vez que os recursos são direcionados pelas famílias mais pobres para a compra de alimentos, e a do câmbio, que torna mais atraente a exportação e acaba restringindo a oferta desses produtos no mercado doméstico", justificou Kislakov.

Os alimentos para consumo no domicílio subiram 2,89%. O óleo de soja aumentou 27,54%, enquanto o arroz ficou 17,98% mais caro. No ano, o óleo de soja já acumula uma alta de 51,30%, e o arroz subiu 40,69%.

"De fato, houve alta na exportação de arroz e de soja, que pode ajudar nessa maior restrição (de oferta) no mercado doméstico", apontou Kislakov.

As famílias também pagaram mais em setembro pelo tomate (11,72%), leite longa vida (6,01%) e carnes (4,53%).

"Entre os cinco maiores impactos no IPCA de setembro, quatro são alimentos. De fato, a gente teve alta significativa em alimentos bastante representativos na cesta de consumo das famílias", afirmou o gerente da pesquisa.

DESCONTROLE?

Inflação lança desconfiança na situação fiscal

ALEXANDRE CALAIS*, O ESTADO DE S. PAULO

Ainda está longe de se configurar um sinal de descontrole, mas a alta da inflação acende mais um sinal de alerta para o governo. O IPCA de setembro ficou em 0,64%, a maior alta para o mês desde 2003. O aumento foi puxado pelos alimentos e combustíveis, produtos que têm um componente forte do câmbio na sua formação de preços - ou são importados, ou são cotados internacionalmente. E, nesses casos, não custa lembrar que o real foi a moeda que mais perdeu

valor perante o dólar neste ano.

No ano, o IPCA acumulado é de 1,34%. Em 12 meses, de 3,14%. Levando-se em conta a meta de inflação para o ano, de 4% (com tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo), ainda está em um patamar confortável. É possível que dê uma aceleração, porque os índices de preços no atacado estão muito altos e devem ser, em parte, repassados para o varejo. Mas ninguém ainda acredita em um descontrole imediato. O problema é o futuro.

Nesta semana, o pre-

sidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, chamou a atenção para isso.

"Não tem como ter juro baixo e inflação baixa com o fiscal desorganizado", afirmou, em uma entrevista à rádio Jovem Pan. Ele já havia sinalizado que as tentativas de romper a regra do teto de gastos - que impede os gastos públicos de crescerem acima da inflação - seriam prejudiciais para a política econômica.

O nome do jogo é confiança. Para se manter um cenário como o que temos hoje no País, com os juros em um patamar historicamente baixo de 2% ao ano

e inflação ainda bem comportada, os agentes econômicos precisam confiar que as regras serão cumpridas.

Quando as discussões no governo envolvem tentativas de burlar uma regra como a do teto - como foi feito na busca de fontes de financiamento para o novo programa de renda básica do governo -, essa confiança começa a se esvaír. As dificuldades de se avançar com reformas como a administrativa e a tributária também não ajudam em nada. A inflação controlada, os juros baixos e o câmbio podem ser as vítimas desse jogo.

BOLSONARO

"Auxílio emergencial não é para sempre, tenham isso"

AGÊNCIA O GLOBO

Em meio às discussões sobre o novo programa assistencial que o governo planeja criar para substituir o Bolsa Família, o Renda Cidadã, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o "auxílio emergencial não é para sempre". Segundo ele, o benefício é de "momento" e é oneroso demais para a União, apesar de ser "pouco para quem recebe".

"O auxílio emergencial não é para sempre, tenham isso na cabeça. É um momento, até porque é muito

caro para a União, é pouco até para quem recebe, eu reconheço, mas é caro demais para a União", afirmou Bolsonaro em Breves (PA), na ilha do Marajó, durante apresentação do programa Abrace o Marajó. O ministro da Economia, Paulo Guedes, também negou a possibilidade de prorrogar a concessão do auxílio emergencial para 2021. Guedes garantiu que o plano emergencial criado por conta da pandemia de Covid-19 irá até dezembro deste ano, sem extensão.

Mais cedo, Bolsonaro e o presidente da Caixa, Pe-

dro Guimarães, participaram de um atendimento bancário em uma agência-barco, na cidade. Sem máscara, os dois conversaram com uma família beneficiária do auxílio emergencial.

"Hoje eu senti a emoção também de realizar o pagamento de mais uma família do auxílio emergencial. Sabemos os efeitos dessa pandemia. Lamentavelmente, alguns obrigaram vocês a ficarem em casa, eu não tive participação nisso por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), mas fizemos tudo possível para

minimizar a dor, em especial o sofrimento dos mais humildes", afirmou o presidente durante a cerimônia.

Apesar da afirmação de Bolsonaro, na decisão do Supremo em abril, os ministros concordaram que o governo federal também poderia tomar medidas para conter a pandemia, mas em casos de abrangência nacional.

Sem citar quais, o presidente disse ainda que as outras medidas tomadas pelo governo durante a pandemia devem fazer com que o país volte à normalidade "brevemente".

PERDA INESTIMÁVEL

Morre o ator Cecil Thiré, aos 77 anos. Enquanto dormia

JORNAL O GLOBO

O ator Cecil Thiré morreu ontem enquanto dormia, em sua casa no Humaitá. Ele enfrentava o mal de Parkinson há alguns anos. Além de dirigir obras no cinema e no teatro, Cecil ficou marcado por seus papéis na televisão, como Mário Liberato em "Roda de Fogo" (1987) e Adalberto em "A próxima vítima" (1995).

Filho único da atriz Tônia Carrero com o diretor de cinema e artista plástico Carlos Arthur Thiré, o ator assumiu a tradição artística da família desde cedo. Seu primeiro trabalho foi aos 18 anos, como assistente de direção de Ruy Guerra, no filme "Os Fuzis". Aos 19, Cecil dirigiu seu primeiro curta-metragem, "Os mendigos".

O ator estava ausente da vida artística desde 2012, após participar da novela "Máscaras", de Lauro César Muniz, na Record, onde estava desde 2006. Foi com

um personagem escrito pelo autor que Cecil teve seu maior momento na televisão, quando interpretou o vilão homossexual Mário Liberato, em "Roda de Fogo" (1986). Ao todo, foram mais de 20 papéis, em tramas como "Top model" (1988), "A próxima vítima" (1995) e "Celebridade" (2004).

Durante a cerimônia de cremação da mãe, em março de 2018, Cecil já havia chamado a atenção devido ao avanço de sua doença. À época, Leonardo Thierry, sobrinho de Tônia, contou que o ator havia perdido a capacidade de andar.

"Ele perdeu a capacidade de andar e em certas horas do dia fala muito mal. Cecil ficou muito abalado com a morte da mãe. As fotos que foram feitas no velório refletem a tristeza do momento. Os pacientes com Parkinson reagem muito mal ao estresse emocional", disse Leonardo ao EX-TRA. Cecil deixa sete netos e quatro filhos, dos quais três são atores: Luísa, Carlos, Miguel.

JUSTA HOMENAGEM

Programa Mundial de Alimentos da ONU ganha Nobel da Paz

O Prêmio Nobel da Paz foi concedido, ontem, ao Programa Mundial de Alimentos (ou Programa Alimentar Mundial) da ONU - anunciou o Comitê Nobel norueguês, destacando que a necessidade de soluções multilaterais é "mais visível do que nunca".

O PMA (ou PAM) foi recompensado por "seus esforços de luta contra a fome, por sua contribuição para a melhoria das condições de paz nas zonas atingidas por conflitos e por ter desempenhado um papel de liderança nos esforços, visando a impedir o uso da fome como arma de guerra", declarou a presidente do Comitê Nobel, Berit Reiss-Andersen.

Este é o 12º Prêmio Nobel da Paz concedido a uma organização ou personalidade da ONU, ou que seja ligada às

Nações Unidas. O PMA foi fundado em 1961, tem sede em Roma e é financiado exclusivamente por doações voluntárias.

A agência diz que distribuiu 15 mil toneladas de alimentos no ano passado e ajudou 97 milhões de pessoas em 88 países. Os números podem parecer altos, mas representam apenas uma fração muito pequena das necessidades do mundo.

O Programa se define como "a maior organização humanitária" em um mundo onde 690 milhões de pessoas, ou seja, uma em cada 11, sofreram de falta crônica de alimentos em 2019. Números que, sem dúvida, pioraram este ano com a pandemia dos novos coronavírus. No total, 211 indivíduos e 107 organizações foram candidatas ao Prêmio Nobel da Paz em 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
 PREF. MUN. MATA DE SÃO JOÃO/AVISO Nº 111/20, PE Nº 8320 RP, aquisição de utensílios de cozinha para utilização na copa e cozinha, carrinhos de carga tipo armazém e transpaletes. **Abertura:** 23/10/2020 às 09h. **PE Nº 84/20 RP,** Aquisição do implemento pá carregadeira (concha frontal). **Abertura:** 23/10/2020 às 13h.

NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A.
 CNPJ/MF nº 41.980.319/0001-08 - NIRE 293000327-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ficam os senhores acionistas do NÚCLEO DE ONCOLOGIA DA BAHIA S.A. ("Companhia") convocados, na forma do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") e da Cláusula 3.3 do Acordo de Acionistas celebrado em 13 de março de 2018 ("Acordo de Acionistas"), a integrar a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") que se realizará às 12:00 horas do dia 19 de outubro de 2020, por meio digital a ser informado aos senhores acionistas por e-mail, conforme autorizado pela Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, a fim de deliberar a seguinte matéria: examinar, discutir e votar a proposta da diretoria executiva para a prestação de garantia fiduciária, sob a forma de aval, em benefício da Oncoclinica – Centro de Tratamento Oncológico S.A. ("COTC") em Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco BTG Pactual S.A. **Observações Gerais:** Nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1975 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Companhia disponibiliza aos Acionistas os documentos relacionados aos itens incluídos na ordem do dia mencionada acima. Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, solicita-se aos Acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega de mandato e dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal, preferencialmente com antecedência de 5 (cinco) dias da data de realização da AGE. 1. Recomendamos aos Acionistas e representantes estarem disponíveis na plataforma eletrônica escolhida com, pelo menos, 30 (trinta) minutos de antecedência para o devido cadastramento na AGE. Salvador, 09 de outubro de 2020. Luis Roberto Natel de Almeida - Diretor Administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2020
Processo Administrativo Nº 058/2020

O Pregoeiro Oficial do Município de Conde-BA, comunica aos interessados em participar da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2020 – BB nº 839897 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE BOMBONIERIA, FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE/BA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, que a abertura das propostas de preço do referido certame será no dia 27/10/2020 às 10:00 horas (Horário da Bahia) e que a sessão de abertura da disputa do referido certame será no dia 27/10/2020 às 13:00 horas (Horário da Bahia) através do site: www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital devidamente atualizado e seus anexos através do site: www.licitacoes-e.com.br e/ou http://pmconde.ba.gov.br/portal/. Maiores informações no E-mail: licitacoes@pmconde.ba.gov.br. Conde-BA, 09 de setembro de 2020. Nathalli de Carvalho Goes Soares de Souza - Pregoeira Oficial

AVISO RESUMIDO ELEIÇÃO 2020/2024

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITÓRIOS DAS EMPRESAS E AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO, EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE LOGÍSTICAS E PORTO SECOS, OPERÁRIOS NAVAIS, EMPREGADOS EM ORGÃO GESTORES DE MÃO DE OBRA-OGMO E EMPREGADOS EM TERRA DE EMPRESAS DE APOIO MARÍTIMO E PORTUÁRIO DO ESTADO DA BAHIA – TEEEA/BA, CNPJ.33.964.396/0001-46, no uso de suas atribuições, torna público que foi registrada nesta entidade, a chapa única "Unidos Somos mais Fortes", que concorrerá as eleições para o quadriênio de 2020/2024, que será realizada no dia 30/10/2020, na forma do aviso resumido anteriormente publicado, composta da seguinte forma: Diretoria Efetiva: Presidente: Paulo Cesar Marques de Matos, Diretor Secretário Geral: Manoel Paixão dos Santos Filho, Diretor de Finanças e Patrimônio: Roberto Schen, Diretor de Relação do Trabalho: Josemar Souza Santos, Diretor de Divulgação e Formação Sindical: Ivonildo Souza da Silva, Diretor Administrativo: Daniela de Lima Palmeira, Diretor Social: Eraldo Santana Sales, SUPLENTE DA DIRETORIA: Marcelo da Silva Costa, Diretor Social: Humildes, Jailson Santana, Flávio Gomes Martins, Paulo Roberto Gomes dos Santos, Emerson Silva de Araújo, Deilton Santos Souza, Conselheiro Fiscal: José Calcinio Rios Carneiro, Renato Jorge Soares da Hora, Eliângela Meneses Conceição de Oliveira, Suplentes do Conselho Fiscal: Pedro Manot Serrat Filho, Paulo Henrique Oliveira de Souza, Carlos Roberto Miranda da Silva, Representantes Junto a Federação: Paulo Cesar Marques de Matos, Suplente: Manoel Paixão dos Santos Filho; Ficando aberto prazo de 5 dias para impugnação de candidatura contado inclusive com esta data. Salvador 10 de outubro de 2020. PAULO CESAR MARQUES DE MATOS – Presidente.

Por Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Pela Lava Jato

Até a Igreja Católica resolveu intervir e condenar o extermínio da Lava Jato, a primeira operação efetiva contra a corrupção e a impunidade no Brasil. Durante a missa de celebração do dia de Nossa Senhora Aparecida, na manhã de ontem, dom Orlando Brandes, arcebispo de Aparecida, criticou o fim da Lava Jato. Para ele, falta diálogo e união para "salvar o futuro da humanidade". Em entrevista coletiva, após a missa, dom Orlando fez um apelo para a continuidade do combate à corrupção: "Está claríssimo que a impunidade está voltando e nós deveríamos salvar a Lava Jato, porque ali estamos vencendo o dragão da corrupção, que não deve voltar". A citação ao "dragão" da corrupção já havia aparecido no sermão de dom Orlando, durante a celebração solene.



Dom Orlando Brandes

Infância

Candidata a prefeita de Salvador pela 'Coligação que Cuida de Gente', formada por PT e PSB, a Major Denice Santiago (PT) afirmou ontem, data marcada pelo Dia das Crianças, que "investir na infância e na adolescência é responder às questões colocadas no presente e, ao mesmo tempo, lançar bases para a construção do futuro". A postulante petista frisou que garantir boas condições de vida para as crianças, um dos papéis do município, faz muita diferença na construção dos indivíduos.

Olha o corona aí...

Estudos da Agência Nacional de Ciências da Austrália descobriram que o coronavírus pode sobreviver por até 28 dias em várias superfícies comuns, como cédulas de dinheiro, aço inoxidável e o vidro encontrado nas telas de celular. A pesquisa consta do Virology Journal, edição da última quarta-feira.

Falecimento

O secretário de Desenvolvimento Urbano de Camaçari, Genival Seixas, morreu neste domingo (11), vítima de câncer, aos 53 anos. O prefeito da cidade, Elinaldo Araújo (DEM), decretou luto de três dias. "Genival era um técnico de excelência, era concursado da prefeitura há mais de 27 anos e conhecia como poucos a área do Desenvolvimento Urbano de Camaçari. Como secretário, deu uma contribuição muito grande ao nosso município. É, sem dúvidas, uma perda inestimável para Camaçari. Meus sinceros sentimentos aos amigos e familiares, e que Deus conforte o coração de todos", disse o democrata em nota.

Turismo baiano

Para fortalecer o importante turismo baiano, a Secretaria do Turismo (Setur) mantém no ar o portal Observatório do Turismo da Bahia com informações, dados, indicadores e pesquisas sobre o turismo baiano, voltado para gestores, investidores, pesquisadores, acadêmicos e profissionais da imprensa. "É uma ferramenta muito importante para captar e entender as lacunas, desejos e as necessidades de nosso setor. Nele é possível observar o fluxo e a movimentação de todas as concessionárias que atendem o Estado. Com isso, conseguimos ter um diagnóstico mais apurado dos momentos mais e menos intensos e observar a movimentação das atividades ligadas ao turismo", explica o secretário da Setur, Fausto Franco.

Reabertura

Após reunião com barraqueiros e ambulantes que atuam nas praias de Salvador, o vereador Toinho Carolino (Podemos), defendeu a abertura das praias que ainda não estão liberadas, mediante cautela e ações preventivas de trabalhadores e banhistas. "Nossa indicação é para que a dinâmica que envolve a atividade seja restabelecida, em função das dificuldades financeiras geradas pelos graves impactos da pandemia no setor".

BR-116

O Ministério da Infraestrutura (MInfra) entregou ontem o primeiro trecho de duplicação da BR-116 após a retomada das obras pelo Governo Federal. O trecho aberto ao tráfego vai do Km 403,8 ao Km 413, no acesso a Santanópolis. A rodovia é um importante eixo de ligação entre os municípios do noroeste baiano e as obras de duplicação vão promover mais segurança aos usuários e melhorar o escoamento da produção.

Se pegar um dia, não fique preocupada. A gente evita. Estou com 65 anos. Não senti nada. Nem uma gripezinha. Zero

Bolsonaro, em conversa com devotos em praia de São Paulo

Carreata

Durante mais de quatro horas de carreata que começou às 9h de ontem, os candidatos a prefeito e vice da coligação "Vamos Cuidar de Gente" - 70, Pastor Sargento Isidório e Eleusa Coronel arrastaram veículos pelas ruas de Cajazeiras. A dupla inovou desfilando em um minitrio elétrico. Isidório cheio de energia e sempre com sua Bíblia nas mãos, em vários momentos desceu do caminhão para cumprimentar as pessoas e caminhou por entre os carros, recebendo o carinho dos populares.

Importância

O deputado federal João Roma (Republicanos) participou ontem da entrega do primeiro trecho duplicado da BR-116, entre Feira de Santana e Santanópolis, e destacou a importância da obra não apenas para a região, mas também para o desenvolvimento do estado. O parlamentar integrou a comitiva liderada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, responsável por tocar a obra do Governo Federal.

Conversa

Os candidatos a prefeito e vice da coligação "Salvador Não Pode Parar", Bruno Reis (Democratas) e Ana Paula Matos (PDT), apresentaram as propostas da chapa para a capital baiana, ao conversarem com os moradores das comunidades da Baixa do Soronha e da Rua Camuripeba, em Itapuã, ontem. A ação teve a presença de poucos apoiadores, todos de máscaras, e seguiu os protocolos de segurança para evitar aglomerações.



Bruno Reis

RODRIGO DANIEL SILVA

A guilhotina na Câmara de Salvador

Amigos, cerca de 20 vereadores da Câmara de Salvador vão acordar no dia 16 de novembro sabendo que não terão mandato a partir de janeiro de 2021. Obviamente, se repetir neste ano o que aconteceu nas três últimas eleições municipais na capital baiana. A renovação no Legislativo soteropolitano é alta, como constatou a pesquisadora Gelma Messias em sua dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciência Sociais da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Segundo o estudo, entre os pleitos de 1996 e 2008, a rotatividade na Casa soteropolitana foi maior do que nas Câmaras de Vereadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

"Dados mostram que as carreiras na CMSA não são longas e que poucos parlamentares estiveram em todas as legislaturas analisadas, é plausível entender que os vereadores soteropolitanos perceberam vantagens em permanecer no cargo e que, em face de uma possível competitividade eleitoral, parte significa deles fracassou na

reeleição", diz a autora na pesquisa *Carreira política e ambição progressiva: o caso da Câmara Municipal de Salvador (1996 a 2012)*. Uma parte significativa dos legisladores soteropolitanos deixa a Casa ainda no primeiro mandato, por razões diferentes. Neste ano, Cezar Leite (PRTB) é um dos vereadores de primeiro mandato que abandonará a Câmara no dia 31 de dezembro, já que decidiu ser candidato à prefeitura de Salvador.

Na eleição de 2016, tivemos uma renovação menor do que nos dois pleitos anteriores. Foi de 35%. Já, nas corridas eleitorais de 2008 e 2012, foi de 46,34% e de 50%, respectivamente. Ao ver que houve uma queda no número de vereadores que perderam o mandato, os atuais podem até dar um suspiro de alívio. No entanto, ficarão logo apreensivos ao saber que em 2020 temos 49,4% candidatos a vereador a mais do que há quatro anos. Em 2016, foram 1.056 postulantes a uma cadeira no Legislativo da capital e, neste ano, são 1.578. Só o grupo de ACM Neto tem um exército de 900 soldados com o desejo de entrar no quartel.

O principal motivo para a explosão de candidaturas é o fim



Torneio

Por mais um ano consecutivo, a candidata à Prefeitura de Salvador pela coligação "Experiência, Amor e Raça" (PCdoB/PP), Olívia Santana, visitou a Boca do Rio durante o 37º Torneio do Dia das Crianças, realizado pela Liga de Futebol do bairro, no Campo do Marão. Olívia aproveitou a oportunidade para relembrar que a reforma do campo, inaugurada em agosto deste ano, foi resultado do trabalho que ela desenvolveu à frente da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do estado da Bahia (Setre).



Olívia Santana

Ipiaú

A campanha eleitoral em Ipiaú beira o ridículo. Na noite de sábado, servidores da Sesab que lá operavam o "carro fumacê" para combater o mosquito Aedes aegypti, registraram um boletim de ocorrência no Complexo Policial acusando de vandalismo cabos eleitorais da oposição, que teriam abordado o veículo e os ameaçado com violência se o serviço continuasse. O trabalho de pulverização visa evitar o aumento de casos de dengue, chikungunya e outras doenças que têm no Aedes aegypti o seu principal vetor. Integram a turma do "quanto pior, melhor".

Sob controle

O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia decretou a extinção dos incêndios florestais na região da Chapada Diamantina. Após o sobrevoo realizado no final da tarde de ontem, não foi identificado nenhum foco de incêndio na área atingida e que vinha sendo monitorada. Segundo o capitão Murilo Rocha, comandante da operação, o prazo inicial de 72 horas para decretação do encerramento das atividades foi antecipado devido à conjugação de fatores, incluindo os 53 milímetros de chuva que caíram na região na última noite e madrugada de hoje. "Já no primeiro monitoramento que realizamos hoje por volta de meio-dia, foi possível constatar que toda a extensão atingida pelo incêndio está completamente encharcada e os rios estão bastante cheios", afirmou.

Suspensão mantida

O decreto estadual que suspende as aulas das redes pública e privada na Bahia foi prorrogado no final de semana pelo governador Rui Costa (PT). A publicação também mantém a proibição de eventos com mais de 100 pessoas. O primeiro decreto foi publicado no mês de março, e desde então vem sendo renovado cada vez que vence, como medida de prevenção da Covid-19. O prazo do último decreto encerraria ontem.

Punição

A Internacional Travessias, empresa que administra o sistema ferry boat em Salvador e na Ilha de Itaparica, recebeu 555 autos de infração, de 2014, quando assumiu o transporte, até 2020, segundo informações da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba). As infrações mais recorrentes estão ligadas ao descumprimento de horários e condições de higiene. "O nosso papel é regular e fiscalizar o trabalho da concessionária. Só esse mês, foram expedidos 18 autos de infração e mais 8 notificações", disse Vírgina Castro, especialista em regulação da Agerba.

Mortes

A média móvel de mortes por Covid-19 no Brasil ficou em 562, de acordo com dados reunidos pelo consórcio de veículos de comunicação. O número elimina distorções e registra com mais precisão as oscilações dos últimos sete dias. No total, o Brasil chegou a 150.709 mortes e 5.102.603 casos confirmados de Covid-19.

Casos

A Bahia registrou ontem 677 casos de Covid-19 (taxa de crescimento de +0,2%) e 852 curados (+0,3%). Dos 326.634 casos confirmados desde o início da pandemia, 312.921 já são considerados curados e 6.554 encontram-se ativos. Os casos confirmados ocorreram em 417 municípios baianos, com maior proporção em Salvador (27,16%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 100.000 habitantes foram: Ibirataia (7.183,91), Almadina (6.551,98), Itabuna (6.252,61), Madre de Deus (6.220,07), Apurema (5.661,66).

*Jornalista. Twitter: @rodansilva

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/10/2020	Caderno: Notícias



Terça, 13 de Outubro de 2020 - 08:40

Mudança climática é ameaça significativa ao crescimento global, diz FMI



Mudanças no clima representam sérias ameaças ao crescimento global, declarou a chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), nessa segunda-feira (12). A diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, se reuniu com ministros da Economia e fez um apelo aos principais emissores do mundo que concordem com um piso para os preços do carbono.

Em reunião sobre mudança climática, o FMI também pediu que os países garantam investimentos verdes. O orçamento deve ser incluído no dinheiro gasto para conter a pandemia de covid-19 e reduzir seu impacto econômico.

Segundo o FMI, o aporte na geração de energia sustentável pode representar aumento do Produto Interno Bruto (PIB) global em 0,7% em média nos primeiros 15 anos de recuperação. "Mesmo enquanto estamos no meio da crise de covid, devemos nos mobilizar para evitar a crise climática", disse Georgieva na reunião de ministros da Economia de 52 países que trabalham para integrar as mudanças climáticas em suas políticas econômicas.

De acordo com a Agência Brasil, o grupo criado em abril de 2019 é liderado pelos ministros do Chile e da Finlândia. O encontro promoveu um encontro virtual, paralelamente às reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial. China e Estados Unidos, os maiores emissores mundiais de gases que retêm calor, não fazem parte da coalizão.

Juntos, eles respondem por 43% das emissões mundiais.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/10/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 12 de Outubro de 2020 - 16:40

Serasa identifica redução da inadimplência durante pandemia

Mesmo com a elevação do desemprego, fechamento de empresas e com a crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19, no Brasil, os níveis de inadimplência recuaram no país. Dados apurados por reportagem do Estadão mostram que a redução ocorreu tanto em relação às pessoas físicas, quanto jurídicas.

A redução da inadimplência é relacionada diretamente ao auxílio emergencial por especialistas. Além dele, os programas de socorro às pequenas e microempresas e também da taxa de juros no piso histórico contribuíram, ressalta a reportagem. De acordo com especialistas ouvidos pelo Estadão, os programas permitiram um forte movimento de renegociação de dívidas por parte dos bancos. No auge da pandemia, as instituições financeiras também permitiram o adiamento dos pagamentos por 60 dias.

Diante do quadro, economistas levanta questionamentos sobre o que acontecerá quando os programas deixarem de existir. O temor é que haja uma explosão da inadimplência no início do ano que vem, ressalta a matéria.

“A queda da inadimplência é algo inédito”, afirma o economista Luiz Rabi, da Serasa Experian, empresa que monitora a situação financeira de consumidores e empresas no País.

De acordo com os dados sobre inadimplentes da Serasa, no mês de julho eram 63,5 milhões no Brasil, enquanto em abril deste ano o número era de 2,5 milhões de pessoas a mais. Também o número de empresas com dívidas em atraso recuou em julho para o menor nível do ano: 5,8 milhões. É exatamente a mesma quantidade de companhias inadimplentes registrada em julho do ano passado.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/10/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 10 de Outubro de 2020 - 07:40

Pelo Renda Cidadã, governo avalia desindexar aposentadorias e pensões acima do mínimo

Mesmo com previsão de que as discussões sobre o Renda Cidadã só sejam retomadas após as eleições municipais, técnicos do governo continuam trabalhando em alternativas para financiar o programa. De acordo com o Blog do Camarotti, do G1, a mais forte delas, atualmente, é a proposta de desindexação das aposentadorias e pensões superiores a um salário mínimo.

A legislação federal determina que as aposentadorias e pensões daqueles que recebem valor superior ao do salário mínimo sejam reajustadas anualmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior – neste ano, por exemplo, ficou em 4,48%. A proposta seria acabar com esta vinculação porque estudos apontam que mais da metade dos gastos públicos são corrigidos automaticamente por algum indicador.

Ainda de acordo com a publicação, esta seria a melhor medida para encontrar o espaço no orçamento necessário para custear o programa – a avaliação de um parlamentar que acompanha esse debate aponta que a solução para financiar o Renda Cidadã passa necessariamente por cortes de despesas.

Pelo menos outras duas medidas estão em estudo na área técnica do governo. Uma delas é aprovar, no Congresso Nacional, o projeto que proíbe os chamados "supersalários" dos funcionários públicos. Pela proposta, os penduricalhos recebidos por servidores, que fazem com que seus proventos superem o teto constitucional de R\$ 39,3 mil, seriam todos encaixados dentro deste valor. No entanto, a medida não geraria o espaço fiscal suficiente nos cofres da União porque a maior parte do funcionalismo já recebe abaixo do teto.

Estudos que estão sendo analisados pelo Poder Legislativo indicam, ainda, outras possíveis fontes de recursos para abastecer o Renda Cidadã. Uma delas é a possibilidade de destinar emendas parlamentares impositivas ao programa social. Neste caso, só em 2021, o governo poderia empregar até R\$ 9,7 bilhões das emendas individuais e outros R\$ 6,7 bilhões das emendas de bancada.

Outros R\$ 10 bilhões poderiam vir da proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que trata dos "gatilhos" para garantir o respeito ao teto de gastos. Essa proposta inclui, entre outras medidas, a redução proporcional de jornada e remuneração no serviço público para cortar despesas da União.

Veículo: bahia.ba	
Data: 13/10/2020	Caderno: Economia



Indústria cresce em 12 locais em agosto e seis superam pré-pandemia

Dados foram divulgados hoje pelo IBGE



Por Ana Cristina Campos

O setor industrial nacional teve alta em 12 dos 15 locais analisados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM-Regional), na passagem de julho para agosto. O resultado mostra que seis locais já superaram o patamar pré-pandemia da covid-19: Amazonas (7,6%), Pará (5,5%) Ceará (5%), Goiás (3,9%), Minas Gerais (2,6%) e Pernambuco (0,7%) estão acima do nível de produção de fevereiro de 2020. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção industrial nacional cresceu 3,2% em agosto, quarta alta seguida. O gerente da pesquisa, Bernardo Almeida, explicou que esse resultado está ligado à reabertura e à flexibilização do isolamento social. “A pesquisa reflete, em grande medida, a ampliação do movimento de retorno à produção de unidades produtivas, após paralisações e interrupções por conta da pandemia”.

Na comparação com agosto de 2019, a produção industrial apresentou queda de 2,7%, com retração de nove dos 15 locais pesquisados.

A PIM-Regional apontou que o Pará teve a maior alta na produção em agosto, com 9,8%. A taxa dá ao estado o segundo lugar em influência no resultado geral. “É a terceira taxa positiva consecutiva do Pará, com ganho de 18,2% nesse período”, disse, em nota, Almeida, acrescentando que o índice foi influenciado pelo desempenho do setor de extração mineral, que equivale a aproximadamente 88% da produção industrial paraense.

Segundo o IBGE, a indústria de São Paulo continua como maior influência da série de altas do setor. Em agosto, o aumento foi 4,8%. “O setor de veículos puxa o resultado, já que é bastante atuante na indústria paulista”, afirmou Almeida, citando também o bom desempenho do setor de máquinas e equipamentos. São Paulo acumula a quarta taxa positiva consecutiva, somando 39,8% no período. Entretanto, ainda está 0,6% abaixo do período pré-pandemia,

O Rio de Janeiro apresentou alta de 3,3%, a sétima maior taxa no mês, mas a terceira maior influência no resultado nacional. “Este índice foi puxado pelo setor de derivados do petróleo, mais especificamente, o refino. A metalurgia também ajudou”, disse o gerente da pesquisa.

Também é a quarta taxa positiva consecutiva da indústria fluminense, com acumulado de 19,1% no período. Segundo a pesquisa, o Rio está quase alcançando o patamar de fevereiro de 2020, estando 0,1% abaixo do nível de produção pré-pandemia.

Por outro lado, Pernambuco (-3,9%) e Espírito Santo (-2,7%) tiveram as maiores quedas no mês. A produção industrial pernambucana, após três meses de altas que somaram 40,3%, caiu por conta do resultado mais baixo do setor de bebidas, muito atuante dentro do estado. Ainda assim, Pernambuco está na lista de locais que superaram o nível de fevereiro. Minas Gerais, com variação de negativa de 0,4%, completa a lista de quedas.

Veículo: bahia.ba	
Data: 13/10/2020	Caderno: Economia

bahia.ba

ECONOMIA

Publicado em 09/10/2020 às 16h57.

IBGE estima safra baiana de grãos em 9,9 milhões de toneladas

Volume, 20,3% maior do que a produção de 2019, é recorde; na área plantada, há uma redução de 0,7%

Redação



No nono Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), o IBGE estimou a safra baiana de grãos este ano em 9,9 milhões de toneladas. O levantamento é referente a dados de setembro. Responsável por sistematizar as projeções regionais, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) ressaltou que o volume esperado, se confirmado, se constituirá em recorde, com aumento de 20,3% na comparação com 2019.

Em agosto, o levantamento apontava uma safra anual de 9,7 milhões de toneladas. Em relação a área colhida, o IBGE projeta uma redução de 0,7% na comparação anual, registrando, em ambos os casos, uma extensão aproximada de 3,1 milhões de hectares (ha). Dessa forma, a produtividade média estimada dos grãos é de 3,1 toneladas por hectare, cerca de 17,7 % superior à do ano passado, acrescenta a SEI.

A soja, cuja colheita está finalizada, teve sua estimativa atualizada para 6,1 milhões de toneladas, inferior apenas à de 2018 (6,2 milhões de toneladas). Com isso, houve variação de 15,3% em relação ao volume produzido em 2019, com área colhida de 1,6 milhão de ha (2,6% acima da safra anterior) e rendimento médio de 3,8 ton./ha (12,4% maior que 2019).

“A safra de milho foi novamente revisada, desta vez para 2,4 milhões de toneladas, em 614 mil ha plantados, representando uma alta de 47,1% em relação a 2019. A primeira safra do cereal foi responsável por 1,8 milhão de toneladas (31,8% acima de 2019), em 363,5 mil ha. “, destaca Pedro Marques, economista da SEI.

Veículo: bahia.ba	
Data: 13/10/2020	Caderno: Economia

ECONOMIA

Publicado em 11/10/2020 às 08h30.

Brasil registra maior aumento de gasto público entre 2008 e 2019

Levantamento da Folha com base em dados do FMI considera 20 países com economias mais importantes, exceto China, Índia e Argentina



O Brasil é o país que registrou maior aumento do gasto público em dez anos. Entre 2008, ano da crise financeira que atingiu o mundo, e 2019, a despesa conjunta da União, estados e municípios avançou de 29,5% para 41% do PIB. A conta não inclui encargos com juros.

As informações constam em levantamento da Folha de S.Paulo, com base de dados do Fundo Monetário Internacional. O estudo leva em conta os 20 países com mais importantes economias globais e da América Latina, com exceção de China, Índia e Argentina, porque não possuía informações no banco de dados.

A década passada teve alta do gasto governamental em boa parte do mundo, mas, no caso particular do Brasil, a crise financeira deu início à política intervencionista das administrações petistas. Os benefícios sociais são considerados o principal motivo para a escalada: os gastos saltaram de 9,8% para 18,4% do PIB.

Também influenciam no resultado brasileiro os encargos com servidores. As despesas com funcionalismo ultrapassam o patamar de 13% do PIB, atrás apenas da Arábia Saudita e da África do Sul.

Segundo a Folha, a adoção do teto constitucional nas despesas federais em 2016 desacelerou esse aumento. Ainda de acordo com a publicação, a alta da dívida inspira desconfiança do mercado credor e incorre em alta das taxas cobradas.

Veículo: Bahia Já

Data: 13/10/2020

Coluna: Política



GOVERNO FEDERAL SALVA A ECONOMIA NORDESTE COM R\$85.9 BILHÕES INJETADOS

A Bahia recebeu R\$22 bilhões



Supermercados tiveram impulso de 27.8% nos negócios

Foto: BJA

Segundo dados do Portal de Transparência Federal, a Quase 31 milhões de Nordestinos recebem diretamente do Governo Federal R\$85,9 bilhões em 2020, e o ano ainda não terminou

Auxílio Emergencial, Bolsa Família, BPC e Seguro Defeso turbinam economia nordestina e popularidade do Presidente.

A imensa injeção de recursos federais no bolso do nordestino, diretamente sem intermediários, salvou a economia nordestina de um desastre econômico e social no meio do fechamento dos comércios que provocaram a maior crise de desemprego.

Somando-se todos os Auxílios o Nordeste recebeu 85,9 bilhões de reais, sendo Bahia 22,5 bilhões, Pernambuco 14,3 bilhões, Ceara 13.4 bilhões, Maranhão 11,2 bilhões, Paraíba 6.0 bilhões, Piauí 5,1 bilhões, Alagoas 5.0 bilhões, Rio Grande do Norte 4,7 bilhões e Sergipe 3,3 bilhões.

São 30,9 milhões de pessoas que receberam diretamente os recursos Bahia 8.17 milhões, Pernambuco 5,13 milhões, Ceara 4,86 milhões, Maranhão 3,96 milhões, Paraíba 2,19 milhões, Piauí 1,87 milhões, Alagoas 1,76 milhão, Rio Grande do Norte 1,74 milhão e Sergipe 1,23 milhão.

Na Bahia 59.19% da população recebe algum auxílio federal (Auxílio Emergencial, Bolsa Família, BPC e Seguro Defeso), no Nordeste a média é de 58,42% da população esteja recebendo algum benefício.

Veículo: Metro1	
Data: 09/10/2020	Caderno: Economia



Economia

Petrobras eleva preços da gasolina em 4% e diesel em 5% a partir deste sábado

Reajuste é o terceiro aumento consecutivo da gasolina e o segundo para o diesel desde o final do mês passado



Foto : Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 09 de Outubro de 2020 · 17:00

A Petrobras informou que elevará os preços médios da gasolina em suas refinarias em 4% a partir de amanhã (10), enquanto o diesel terá aumento de 5%. O reajuste é o terceiro aumento consecutivo da gasolina e o segundo para o diesel desde o final do mês passado.

Há uma semana, a Petrobras anunciou elevação de preços médios da gasolina em suas refinarias em 5% e do diesel em 3%.

A Petrobras defende que sua fórmula de preços tem como base a 'paridade de importação', que leva em conta os preços do petróleo no mercado internacional e o câmbio, entre outros fatores.

Veículo: Site da Varela Notícias	
Data: 13/10/2020	Caderno: Política



Contrato da ponte Salvador-Itaparica será assinado dia 20 de novembro, diz João Leão

Anúncio foi feito durante excursão do vice-governador no interior



Foto: reprodução/Instagram

Redação VN

redacao@varelanoticias.com

O vice-governador João Leão (PP), anunciou no último sábado (10), que o contrato da ponte Salvador-Itaparica vai ser assinado no dia 20 de novembro. As informações são da coluna do jornalista Levi Vasconcelos, do jornal A Tarde. A novidade foi informada durante visita do progressista a Tancredo Neves.

A assinatura deveria ter acontecido em fevereiro, mas a pandemia causada pelo novo coronavírus atrasou as negociações. No dia 15 de julho, o Governo do Estado publicou no Diário Oficial a [prorrogação na assinatura por 90 dias](#), válido a partir de 24 do mesmo mês. O pedido havia sido feito pelas empresas chinesas CCCC e CR 20, que formam o Consórcio Ponte Salvador-Itaparica.

Ainda segundo a publicação, Leão informou que a assinatura do contrato até o início das obras ainda há uma série de ações preliminares, como a montagem de galpões para a fabricação de pilares e fundações. A previsão agora é que o início da obra seja no fim de 2021.

O vice-governador ainda informou ao jornal que hoje (16) terá uma reunião com o governador Rui Costa para tratar do Fundo Garantidor, a parte de R\$ 1,5 bilhão que cabe ao governo baiano.

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Anteparo

Paulo Skaf, presidente da Fiesp e apoiador de Bolsonaro, anunciou nessa sexta-feira (9) que a entidade defende a indicação de Kassio Nunes Marques para o STF (Supremo Tribunal Federal), mas a mensagem foi vista entre empresários como uma tentativa de mitigar a repercussão negativa que o nome do juiz federal tem gerado no setor privado. A preocupação é que a escolha feita por Bolsonaro para a vaga atrapalhe a imagem de governança do Brasil entre investidores.

UM POR TODOS Para o presidente da Fiesp, o desembargador tem "qualidades intelectuais e trajetória irretocável como jurista e magistrado". Em sua defesa pelo nome de Marques, Skaf também diz que o meio empresarial e as forças produtivas do Brasil têm confiança de que o juiz desempenhará as funções com independência e equilíbrio.

OUVIDO Crítico da atuação de Skaf no comando da Fiesp, José Ricardo Roriz, que é vice-presidente na entidade, diz que o empresariado não foi consultado sobre a necessidade de fazer uma defesa pública de Marques agora.

VOTO Roriz é adversário de Skaf e entrou na Justiça para questionar o processo eleitoral da sucessão na presidência da Fiesp. Ele tentou inscrever uma chapa para competir com o candidato apoiado por Skaf, mas foi indeferida neste mês.

CONTRA O TEMPO Roriz afirma que teve pouco prazo para montar a chapa de oposição porque o lançamento do edital para a eleição foi antecipado. A Fiesp responde que os 20 dias determinados no mês passado são um período padrão, estabelecido nos estatutos da entidade.

TATO As defensorias públicas da União e do Distrito Federal enviaram à Justiça Federal de SP uma ação pedindo para tirar as notas de R\$ 200 de circulação. Segundo a Organização Nacional de Cegos, as cédulas têm o mesmo tamanho das de R\$ 20, o que dificulta a identificação de quem tem deficiência visual, conforme o PAINEL S.A. antecipou.

CARTEIRA Segundo os autores da ação, não houve consulta às entidades que representam o grupo, e as marcas em relevo no canto inferior das notas são insuficientes porque se apagam com o uso.

LOBO-GUARÁ O Banco Central diz que definiu a marca tátil como elemento de acessibilidade, por considerá-la mais viável a todos do que a diferenciação por tamanho, que, segundo o órgão, exigiria um gabarito para comparação das notas.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CIFRAS & LETRAS



Discussão na comissão de orçamento do Senado. Edilson Rodrigues - 6.out.20/Agência Senado

Entender o orçamento é fundamental para monitorar os governos

Livro mostra por que popularizar o conhecimento sobre essa ferramenta ajuda a sociedade a ter um país menos desigual

ANÁLISE

Laura Kapurska

Doutora em Economia pela Stony Brook University, é pesquisadora de pós-doutorado na FGV/IEESP

Em 2018, às vésperas da última eleição presidencial, brasileiros ouvidos pela Datafolha apontaram saúde, segurança pública e educação como áreas mais problemáticas no país. A crise trazida pela Covid-19 deve amplificar nosso sentimento de que, no Brasil, falta tudo isso e mais um pouco.

Como a maior parte da população sofrendo com a crise econômica que se agrava com as crises sanitária e política, debates superficiais e populistas podem ser tentadores, ganhando espaço nas discussões.

Cabe a nós, cidadãos, monitorar, cobrar nossos representantes e estimular instituições independentes e técnicas que nos ajudem nesse trabalho. Mas como fazer isso no meio de tanta informação complexa e, até, de desinformação?

Comecemos por entender o orçamento público. Ele evidencia as escolhas passadas de um povo, revelando suas prioridades até aquele momento. Discussões sobre políticas públicas necessariamente levam em conta o orçamento. Não há política pública sem verba e não há processo de accountability (prestação de contas) político sem a compreensão de que o que é público, não é de graça.

A desigualdade no Brasil é de acesso e representatividade — a pobreza é multidimensional. Quando é preciso fazer um ajuste recessivo, elites, políticas e econômicas, privilegiadas por definição, dificilmente fazem sua contribuição.

Países com baixa habilidade em prover benefícios pessoais — que não respondam a um limitado grupo de interesse — são países que não sustentam uma boa provisão de bens públicos e seguridade social, ficando sujeitos a populismo e políticas macroeconômicas instáveis.

Como não ceder a isto? Evitamos o debate raso e populista nos educando sobre o orçamento público.

"Contas Públicas no Brasil", organizado por Felipe Scudeler Salto e Josué Alfredo Pel-

legrini, é leitura obrigatória para exercermos nosso papel de cidadão vigilante. Popularizar o entendimento do orçamento coletivo é essencial para que a gente possa ter um projeto de país claro, factível e que reduza desigualdades.

Estudar contas públicas é difícil, mas o livro chegou para nos ajudar a exercer nosso papel de vigilantes do Estado. Conta com 15 capítulos escritos por especialistas de forma técnica e acessível. Fica aqui a minha recomendação de leitura para estudiosos, políticos, defensores de políticas públicas ou cidadão e cidadã engajados com o Brasil.

A crise atual ajudou a escancarar os problemas sociais do Brasil, reacendendo o debate sobre políticas sociais. No capítulo 6, Pedro Juçá Maciel e Guilherme Ceccato mostram que nossos gastos sociais acabam tendo sua potência reduzida pela regressividade do sistema tributário e indicam a falta de políticas públicas que foquem especificamente nos mais pobres e nos mais jovens.

Náercio Menezes Filho, no capítulo 7, mostra que fomos bem sucedidos em colocar crianças na escola, mas que a aprendizagem dos alunos ainda é baixa. Náercio mostra então a importância de um bom desenho de políticas públicas e da vinculação de recursos orçamentários.

Vemos que não há política pública de qualidade sem um sistema sério de desenho, monitoramento e avaliação. No capítulo 14, Rebeca Regatieri destrincha conceitos, problemas, avanços recentes no Brasil e boas práticas internacionais na avaliação de políticas públicas. No 15, Dayson Pereira Bezerra de Almeida e Paulo Roberto Simão Bijos discutem indicadores — chance de desempenho do orçamento — fundamental para accountability.

Fica claro que precisamos gastar melhor, usar sistemas de monitoramento e pesos e contrapesos. Quais reformas podem nos ajudar? O livro traz capítulos que discutem quatro frentes: reformas previdenciárias, por Pedro Fernando Nery, administrativas, por Ana Carla Abrão, tributárias, por José Roberto Rodrigues Afonso e Kleber Pacheco de Castro, e do federalis-

OUTROS LANÇAMENTOS

Economia do bem comum
Jean Tirole

Economia do Bem Comum
Autor: Jean Tirole
Ed.: Zahar, 552 pgs.
Vencedor do Nobel explora o papel da economia na sociedade

O Mito da Austeridade
Org.: Antonio Corrêa de Lacerda
Ed.: Contracorrente, 144 pgs.

Especialistas discutem variáveis para mensurar o crescimento econômico

A Economia com Rigor
Org.: Ilan Goldfajn e Fernando Dantas
Ed.: Portofólio, 160 pgs.

Artigos e entrevista inédita discutem a trajetória e o legado de Afonso Celso Pastore

Contas Públicas no Brasil
Autores: Felipe Salto e Josué Pellegrini
Ed.: Saraiva, 513 pgs.

mo fiscal, por Marcos Mendes. Desenhar boas políticas públicas é fundamental mas, para sua eficácia, é preciso um orçamento saudável.

No segundo capítulo, Alexandre Andrade e Rafael Bacchiotti mostram que alto nível de endividamento compromete a eficácia da política fiscal. Como então evitar então que o endividamento fique alto "demais"?

Guilherme Tinoco, no capítulo 12, discute a importância de regras fiscais e como, no Brasil, inúmeras delas ativas não foram suficientes para evitar uma trajetória crescente de dívida. Instituições técnicas independentes — como é o caso da IFL, em que Salto e Pellegrini são diretores — são cruciais no bom processo de monitoramento do orçamento, como é discutido por Leonardo Ribeiro no capítulo 13.

Para os curiosos por dados orçamentários, Felipe Salto, no capítulo 3, faz um "guia prático das principais estatísticas e indicadores de contas públicas no Brasil". No capítulo 11, escrito por Pellegrini e Salto, os autores focam na importância da dívida pública, nos seus indicadores e na evolução recente.

Temos urgência em educação, saúde e segurança pública, mas estamos com alto nível de endividamento. Por que então não aumentamos tributação? No primeiro capítulo, Bráulio Borges mostra que mais importante que o tamanho do estado, é como ele arrecada e no que ele gasta seus recursos.

Enfim, "Contas Públicas no Brasil" mostra um duro retrato da realidade do orçamento brasileiro, que não espelha as preocupações com educação, saúde e segurança cidadãs no começo deste texto.

Um projeto de país se sustenta a partir de pesos e contrapesos e parte importante desse accountability passa por entender o orçamento público. Saídas fáceis, muitas vezes politicamente convenientes, facilmente "marqueteadas" após sucessivas crises econômicas devem ser combatidas para que não caiamos em populismos — fiscais ou não.

Contas Públicas no Brasil
Autores: Felipe Salto e Josué Pellegrini
Ed.: Saraiva, 513 pgs.

Guedes insistirá em medidas já descartadas por Bolsonaro

Equipe econômica deve retomar discussão de propostas após a eleição

Bernardo Caram e Bruno Boghossian

BRASÍLIA Após as eleições, que suspenderam debates sobre programas sociais e medidas para a retomada da atividade, o ministro Paulo Guedes (Economia) deve insistir em propostas estudadas pela pasta já vetadas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O pacote defendido por Guedes ainda inclui reduzir benefícios como o abono salarial —que foi classificado pelo presidente como “tirar de pobres para dar a paupérrimos”— e possibilidade de congelamento de benefícios, além da criação de um imposto nos moldes da CPME.

Ele diz a auxiliares que há saídas simples para equilibrar o Orçamento e ampliar o Bolsa Família. Para ele, só falta decisão política para adotar as medidas, já consideradas excessivamente amargas pela ala política do governo.

Guedes afirmou a interlocutores que a base da ampliação do programa deve consolidar 27 benefícios já existentes e deve ser feita dentro do teto de gastos. Sem isso, ele declara que o novo programa não será criado.

A equipe econômica decidiu manter planos de mudar o abono —espécie de 14º salário pago a quem ganha até dois salários mínimos. Em conversas, o ministro disse que o benefício poderia ser incorporado ao novo programa, rendendo até R\$ 20 bilhões. Uma alternativa é limitar o pagamento a quem recebe até 1,4 salário mínimo —com resultado de

R\$ 8 bilhões nas contas. Propostas de mudança no benefício, entretanto, já provocaram choques públicos entre o presidente e a equipe econômica.

Após a ideia, em agosto, Bolsonaro mandou suspender o novo programa.

Guedes estuda outras medidas para ampliar a arrecadação. Uma é extinguir o desconto de 20% a contribuintes que optam pela declaração simplificada do Imposto de Renda.

Nesse caso, ainda teria que cortar em outras áreas para abrir espaço no teto que limita o aumento de despesas públicas à variação da inflação. Guedes insiste na ideia de desvincular, desindexar e desobrigar o Orçamento —também vetada por Bolsonaro. Isso permitiria que o salário mínimo não seja mais corrigido pela inflação e que benefícios previdenciários sejam congelados. Hoje, o reajuste desses valores é automático, determinado pela Constituição.

Essa proposta gerou atrito entre o time de Guedes e Bolsonaro. Em setembro, o presidente barrou a proposta. “Jamais vamos congelar salários de aposentados, bem como jamais vamos fazer com que os auxílios para idosos e para pobres com deficiência sejam reduzidos para qualquer coisa que seja”, disse. “Quem vier propor a mim uma medida como essa, eu só posso dar um cartão vermelho para essa pessoa.”

Em reuniões, porém, Guedes tentava explicar a tendência e o Bolsa Família ficar como está se a mudança não for feita.

Um ministro com trânsito no Palácio do Planalto afirma que o presidente concorda com Guedes em que qualquer nova medida deve respeitar o teto de gastos.

Segundo relatos, Bolsonaro está alinhado a Guedes e diz que só haverá novo programa nos limites da regra fiscal.

Na quarta-feira (7), o presidente disse que não haverá “jeitinho” na ampliação do Bolsa Família e que a palavra final em decisões econômicas é dele e de Guedes.

Contra opositores, Guedes tem argumentado que o sistema econômico exige manter o rigor fiscal, independentemente das razões dos que pressionam por novos gastos.

Ele avalia que ampliar despesas para financiar programas sociais, mesmo que seja um motivo nobre, traria impactos nocivos para o país.

Guedes argumenta que uma eventual quebra do teto de gastos levaria a uma perda de confiança dos mercados no país, com efeito negativo imediato sobre os juros, a inflação e a capacidade do governo de gerir a dívida pública.

O novo programa chegou a ser anunciado como Renda Cidadã, mas gerou forte reação negativa entre investidores e congressistas por bancar a assistência limitando o pagamento de precatórios —dívidas reconhecidas pela Justiça.

Guedes admitiu que essa ideia partiu de sua equipe, mas que não tinha relação com o Renda Cidadã. Mesmo com as críticas, ele mantém a ideia de restringir essas despesas. Argumenta, porém, que

a limitação só atingirá grandes débitos e respeitará a lei.

Na área do emprego, ele vai insistir na troca de encargos trabalhistas por um imposto sobre transações nos moldes da CPME —tributo visto com ressalvas pelo presidente e criticado por congressistas.

Sem ele, Guedes afirma que a redução da tributação sobre as empresas não será feita.

A discussão sobre o novo imposto chegou a ser proibida por Bolsonaro e levou à demissão do então secretário da Receita Federal Marcos Cintra, em setembro do ano passado.

Depois, Guedes conseguiu convencer o presidente a testar a medida, mas a resistência de parlamentares ainda é um entrave à proposta. Sem acordo, a ideia não foi apresentada formalmente.

Em reunião interna, o ministro reconheceu que o imposto não é bom e traz cumulatividade, mas argumentou que os encargos sobre a folha salarial existentes hoje são ainda mais pesados.

No caso da nova CPME, a equipe mantém nos planos um mecanismo politicamente delicado. Os responsáveis pela criação do tributo dizem que deve incidir inclusive sobre operações feitas por igrejas.

Meses antes de ser demitido, Cintra enfureceu líderes evangélicos que apoiam Bolsonaro, por dizer que até os dizimos recolhidos nos templos seriam taxados. O presidente o desautorizou, dizendo que “nenhum novo imposto será criado, em especial contra igrejas”.

BNDES prevê seis leilões de saneamento em 2021 e aportes de R\$ 165 bi

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o governo do Amapá abriram nesta sexta-feira (9) consulta pública para a concessão de serviços de saneamento no estado. Além desse leilão, previsto para ocorrer ainda este ano, há outros seis previstos pelo BNDES para 2021.

Estudo da KPMG calcula que as concessões de saneamento já previstas pelo banco podem injetar até R\$ 165 bilhões na economia, incluindo os R\$ 58 bilhões em investimentos mínimos estabelecidos nos editais e seus efeitos na cadeia produtiva e no emprego.

“Quando se investe em saneamento, há grande impacto na construção civil e na indústria de máquinas e equipamentos”, disse a superintendente técnica da Abcon (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), Ilana Ferreira.

“Tem também o efeito ren-

da, aquele consequente do aumento dos salários por conta de todos os impactos gerados”, completou ela, em seminário virtual sobre o setor promovido nesta sexta.

No Amapá, a concessão tem investimentos estimados em R\$ 3,1 bilhões, para levar os serviços a 16 municípios. Hoje, 38% da população do estado tem água tratada e apenas 8% conta com serviços de esgoto.

O leilão está previsto para o primeiro trimestre de 2021. Antes, no segundo dia 20, o BNDES e o governo do Espírito Santo licitam contrato de parceria público-privada para a prestação do serviço nos municípios de Cariacica e Viana, na grande Vitória.

O banco já recebeu sete propostas, que serão abertas no dia do leilão. Será a segunda oferta após a aprovação do novo marco regulatório do setor, em junho. Na primeira, a BRK Ambiental, venceu a concessão da região metropolitana de Maceió por R\$ 2 bilhões.

Para 2021, além do Amapá, o BNDES prevê licitações para o setor de saneamento no Rio, no Acre, no Rio Grande do Sul (dois projetos diferentes) e no Ceará. O banco negocia ainda com Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Rondônia e com o governo de Alagoas, para a oferta de outros blocos no interior.

Dividida em quatro blocos, a concessão carioca foi apresentada pelo banco como “a maior concessão de infraestrutura do país”, com previsão de R\$ 33,5 bilhões em investimentos. O edital deve ser lançado até novembro e a expectativa é que o leilão seja realizado ainda no primeiro trimestre de 2021.

“A concessão de Maceió prova que existe demanda bem forte para o contrato de concessão bem estruturado”

Mônica Messenberg
diretora de relações institucionais da CNI (Confederação Nacional da Indústria)



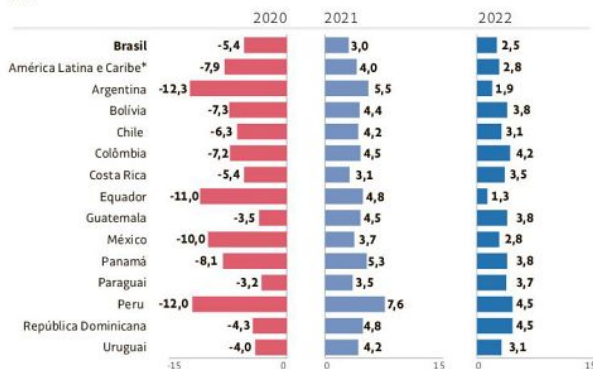
Alan Santos/Divulgação Presidência

BOLSONARO EXALTA AUXÍLIO, MAS DIZ QUE 'NÃO É PARA SEMPRE'

Em viagem a Breves, na ilha do Marajó (PA), o presidente visitou a agência-barco da Caixa ao lado do presidente do banco, Pedro Guimarães, e simulou ser um atendente para auxiliar, no guichê, um casal beneficiário do auxílio emergencial do governo federal. Em cerimônia na cidade, ele voltou a dizer que o benefício custa caro para a União. “Auxílio [emergencial] não é para sempre. É caro demais para a União. É bom para quem recebe, reconheço, mas é caro demais para União”, afirmou. Foram com Bolsonaro a Breves a primeira-dama, Michelle, e ministros como Damarens Alves (Direitos Humanos), Fábio Faria (Comunicações) e Marcelo Álvaro Antônio (Turismo).

Projeções do Banco Mundial para PIB dos países da América Latina e Caribe

Países selecionados
Em %



*Exceto Venezuela. Fonte: Banco Mundial

Banco Mundial vê queda menor do PIB do Brasil

SÃO PAULO O Banco Mundial revisou nesta sexta-feira (9) sua estimativa para o desempenho do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro em 2020 para queda de 5,4%, ante projeção anterior de um tombo de 8%, feita em junho.

A instituição é mais uma a melhorar sua estimativa para o PIB brasileiro, que passa por uma onda de revisões favoráveis em meio à recuperação mais rápida do que o esperado da economia, puxada pelos efeitos do auxílio emergencial sobre o consumo.

Para 2021, a expectativa também melhorou para um crescimento de 3% da economia no próximo ano, ante alta de 2,2% esperada anteriormente. O banco apresentou também pela primeira vez sua previsão para 2022, que é de um avanço de 2,5% do PIB brasi-

leiro, representando, portanto, uma desaceleração em relação ao ano anterior.

Martin Rama, economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe, destacou o efeito do auxílio emergencial sobre a economia brasileira.

“Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, há informações bastante seguras de que a pobreza este ano, apesar da crise, será menor do que no ano anterior”, afirmou.

“Como boa parte do estímulo da resposta de política econômica veio por meio de transferências sociais, e essas transferências são gastas de maneira praticamente imediata, o impacto tem sido muito forte”.

No caso brasileiro, de acordo com Rama, o país pode usar a infraestrutura institu-

cional do Bolsa Família para chegar a um segmento muito grande da população.

Ainda conforme o economista, outro fator que explica a melhora de projeção para o Brasil é a força do agro-negócio no país.

“No caso brasileiro, um elemento que ajuda enormemente é a especialização em produtos agrícolas, para os quais a China oferece demanda. Além disso, outras economias, pelas dificuldades da Covid, não puderam estar presentes nos mercados, e o Brasil aproveitou isso bem”, afirmou.

Para a América Latina e Caribe (exceto Venezuela), a projeção da instituição financeira piorou para este ano, para queda de 7,9%, maior do que o recuo de 7,2% esperado em junho.

Thais Carranço

Alimentos ampliam pressão sobre inflação

Índice em setembro cresce 0,64%, maior para o mês em 17 anos; combustíveis e soja também têm influência

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO Os preços de combustíveis e alimentos voltaram a pressionar o IPCA, índice oficial de inflação no país, que fechou setembro com alta de 0,64%, acima dos 0,24% de agosto. Foi o maior índice para o mês desde 2003, informou nesta sexta (9) o IBGE.

Desde janeiro, o índice acumula alta de 1,34%. Considerando o acumulado dos 12 meses encerrados em setembro, a inflação é de 3,14%, acima da meta estipulada pelo Banco Central, de 2,50% para 2020.

Analistas da Bloomberg esperavam uma alta de 0,54%. O aumento foi impulsionado pelo grupo de alimentação e bebidas, com alta de 2,28% em setembro. Na categoria, a alta foi puxada pelo segmento de alimentos para consumo no domicílio (2,89%), com destaque para altas no óleo de soja (27,54%) e arroz (17,98%).

No ano, esses dois itens acumulam alta de 51,3% e 40,69%, respectivamente. As carnes variaram 4,53% em agosto.

A aceleração do preço dos alimentos prejudica sobretudo famílias de baixa renda, que gastam parte maior do orçamento com essas despesas.

Em setembro, o governo zerou a alíquota do imposto de importação para o arroz em casca e beneficiado até 31 de dezembro, para tentar conter a alta no preço do alimento.

O gerente da pesquisa, Pedro Kislanov, afirma que a alta do arroz e do óleo está ligada à valorização do dólar e à maior demanda na pande-

mia, influenciada principalmente pelo pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600.

"O câmbio num patamar mais elevado estimula as exportações. Ao exportar mais, a oferta para o mercado doméstico cai e, com isso, temos alta nos preços", diz.

No caso do grão de soja, o gerente da pesquisa relacionou a alta à forte demanda da indústria de biodiesel.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, atribui a alta no óleo à pressão no preço da soja decorrente da restrição na oferta. Em relação aos alimentos, a variação se deve a fatores pontuais, como problemas de oferta no caso de arroz e tomate.

Apesar das altas, o economista diz que a evolução da inflação não preocupa, porque a categoria de alimentos, que puxou a alta de preços, apresenta alta volatilidade.

Análise do Banco Inter sobre a inflação apontou que, embora a produção agrícola brasileira tenha apresentado bom desempenho nos últimos meses, parte do excedente tem sido destinado à exportação, mais vantajosa para produtores com o real depreciado e maior demanda da China.

Outros alimentos tiveram aumento em setembro, como o tomate (11,72%) e o leite longa vida (6,01%).

A alta nos preços vem em um momento delicado da economia. Com a reabertura de comércio e dos serviços, a população voltou a procurar trabalho, pressionando a taxa de desemprego, que bateu recor-

de e chegou a 13,8% no trimestre encerrado em julho.

Além de alimentos e bebidas, combustíveis também tiveram destaque na evolução da inflação em setembro, especialmente a gasolina (1,95%) —subitem de maior peso no IPCA, segundo o IBGE. Passagens aéreas (6,39%) também aumentaram, após quatro meses em queda.

Kislanov, porém, ressalva que a coleta de preços das passagens é feita com dois meses de antecedência e, portanto, não corresponde aos valores praticados em setembro.

Os preços subiram em todos os locais pesquisados pelo IBGE. A maior alta foi em Campo Grande (1,26%), impulsionada principalmente pelas categorias carnes, gasolina e energia elétrica.

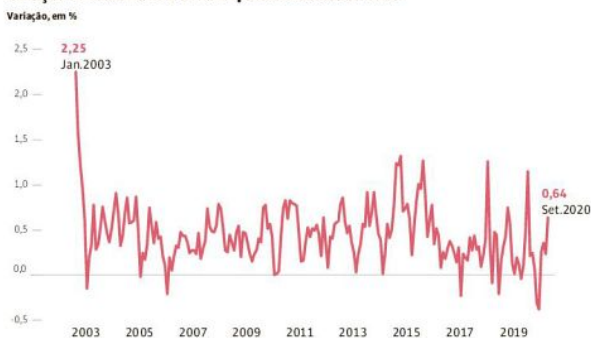
Fortaleza (1,22%), Rio Branco (1,19%), Goiânia (1,03%) e São Luís (1%) também se destacaram entre as altas. Salvador, por outro lado, apresentou a menor variação (0,23%), decorrente da queda nos preços da gasolina (-6,04%).

O INPC, calculado com base em famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos, teve alta de 0,87%, maior resultado para um mês de setembro desde 1995, quando registrou 1,17%.

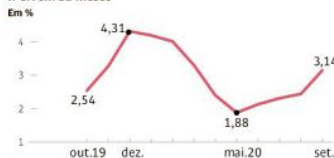
Desde janeiro, o INPC acumula alta de 2,04%. Nos últimos 12 meses, a variação acumulou alta de 3,89%.

A base de cálculo leva em conta dez regiões metropolitanas, além de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e Brasília.

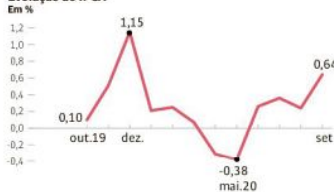
Inflação em setembro é a maior para o mês desde 2003



IPCA em 12 meses



Evolução do IPCA



Principais influências em setembro de 2020



Alimentos seguem com alta acumulada no ano



Fonte: IBGE

COMUNICADO

A Claro S/A, autorizada do STFC na modalidade Local, informa aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) o início da comercialização do Plano Alternativo de Serviço PAS 115 LC, "NETFONE LOCAL FIXO MAIS", da modalidade Local, e respectivas promoções, à zero hora do dia 13/10/2020 nas cidades de Sinop (MT), Itabira (MG), Marabá (PA), Santa Cruz do Rio Pardo (SP), Osório (RS), Alegrete (RS) e Parobé (RS).

PROMOÇÃO - DESCRIÇÃO	VALOR PROMOCIONAL COM TRIBUTOS PARA TODOS OS ESTADOS
PROMOÇÃO ILIMITADO BRASIL TOTAL	R\$ 20,00
PROMOÇÃO ILIMITADO MUNDO TOTAL	R\$ 40,00
TRIBUTOS INCIDENTES: ICMS (AC, ES, RR, SC E SP: 25%; MG E MT: 27%; BA E DF: 28%; AP, GO, MA, MS, PR E TO: 29%; AL, AM, CE, PA, PI, PB, PE, RN, RS E SE: 30%; RJ: 32%; E RO: 35%), COFINS (3%) E PIS (0,65%).	

Observações:

- Promocionalmente, a franquia de minutos será ilimitada para perfil de uso Residencial nas ligações locais destinadas a terminais fixos.
- Promoção Ilimitado Brasil Total – Para assinantes do PAS 115 LC que também sejam assinantes do PAS 224 LD, da modalidade Longa Distância Nacional, a franquia de minutos ilimitados (item 1) incluirá as ligações de longa distância nacional, com o CSP 21, destinadas a terminais fixos, e, promocionalmente, as ligações locais destinadas a terminais do Serviço Móvel Pessoal, incluídas as ligações de longa distância nacional com o CSP 21, serão gratuitas para perfil de uso Residencial.
- Promoção Ilimitado Mundo Total – Para assinantes do PAS 115 LC que também sejam assinantes do PAS 232 LD da modalidade Longa Distância Internacional, a franquia de minutos ilimitados (item 1) incluirá as ligações de longa distância nacional, com o CSP 21, destinadas a terminais fixos, e, promocionalmente, as ligações locais destinadas a terminais do Serviço Móvel Pessoal, incluídas as ligações de longa distância nacional com o CSP 21, serão gratuitas para perfil de uso Residencial e pagará o valor adicional de R\$ 20,00, com tributos, correspondente à franquia mensal do PAS 232 LD, e terão ligações DDI, com o CSP 21, ilimitadas para 35 países (conheça a listagem de países pelo telefone 106-21 ou pelo site www.claro.com.br).

As demais condições do PAS 115 LC permanecem inalteradas, salvo a Promoção Brasil Claro, que se encontra indisponível para as cidades acima mencionadas.

Valores promocionais e promoções válidos por tempo indeterminado; qualquer alteração será precedida de comunicado público.

Mais informações podem ser obtidas na Central de Atendimento Claro, pelo telefone 106-21, ou no site www.claro.com.br

Claro

FOLHA DE S.PAULO

Não devemos aumentar a complexidade tributária

É preciso aperfeiçoar legislações do ICMS e do ISS

Jorge Rachid

Consultor tributário e ex-secretário da Receita Federal (2003-2008, governo Lula; e 2015-2018, governos Dilma e Temer)

É imprescindível promover mudanças estruturais no Brasil para garantir maior estabilidade nas contas públicas e um ambiente favorável ao investimento. A alteração no sistema tributário está na agenda nacional há décadas, mas o que se deseja efetivamente mudar para permitir um melhor ambiente de negócios e propiciar justiça tributária?

A tributação é complexa no Brasil e no mundo, visto que é da natureza do assunto, influenciado por diversos fatores que compõem a relação tributária. E, por óbvio, há ausência de homogeneidade entre os países para permitir um padrão mundial de tributação. Cada nação tem sua peculiaridade cultural, política, econômica, jurídica, social e educacional que moldam a construção de uma sociedade e as relações com o Estado.

A alegação de que a carga tributária deve ser distribuída de forma igualitária não se sustenta, pois, nos projetos priorizados no deba-

te, não constam alterações nas outras bases de incidência, tais como renda e folha de salários. A propósito, não foram apresentados estudos, memórias de cálculos e estimativas que justifiquem nenhuma das propostas priorizadas até o momento.

Com a promulgação de emenda constitucional que autoriza a criação de novo tributo, haverá necessidade de mais deliberações para aprovação de leis e de normas complementares para regulamentar a nova imposição.

Enquanto isso, os atuais tributos permanecem com os conhecidos problemas. O momento exige mecanismos para a superação da crise, e não a adoção de medidas que aumentam a complexidade do sistema tributário brasileiro. Em se tratando de Constituição, quanto mais conciso for o texto, melhor, pois possibilita avanços para o aperfeiçoamento do sistema.

O diagnóstico do sistema tributário brasileiro é conhecido. Por que

não iniciar as mudanças necessárias corrigindo os dispositivos infraconstitucionais que acarretam disputas administrativas e judiciais que afastam o investidor devido à falta de segurança jurídica?

O caminho pode ser o aperfeiçoamento das legislações do ICMS e do ISS, por lei complementar, para estabelecer um padrão nacional. E assim ampliar o conceito de aproveitamento dos créditos para fins de apuração das contribuições sobre o PIS/Cofins, por lei ordinária, permanecendo a forma simplificada de apuração das contribuições para determinados setores.

Adicionalmente, por que não intensificar a unificação das obrigações tributárias acessórias ou mesmo eliminá-las, como ocorreu em alguns estados e no âmbito federal para alguns tributos?

A integração das administrações tributárias dos três níveis de governo está autorizada na Constituição Federal, e os avanços tecnológicos permitem cada vez mais reduzir o custo de cumprimento das obrigações por parte dos contribuintes perante o fisco. Para tanto, são necessários comandos legais e infralegais, e não alterações constitucionais.

O endereçamento da solução passa por processo permanente de conhecer as melhores práticas internacionais e buscar introduzi-las e adaptá-las de acordo com a realidade brasileira para propiciar um ambiente de negócios mais favorável.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benéz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O Estado e o PIB

Comparação internacional indica anomalia do gasto público brasileiro, que deve embasar debate do teto

Contaminado por conveniências políticas e bandeiras militantes, o debate nacional em torno da despesa pública e seus limites não raro deixa de lado uma questão essencial — o gasto do governo é excessivo, adequado ou diminuto?

Inexiste, claro, resposta objetiva e consensual para a questão, dado que o tamanho e o papel do Estado dependem de circunstâncias e escolhas de cada sociedade. Entretanto a experiência internacional permite identificar padrões e estabelecer bases de comparação.

Nas estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), que buscam harmonizar os critérios de contabilidade, verifica-se que, entre as principais economias do mundo, o gasto governamental varia de 15% do Produto Interno Bruto, na Indonésia, a 55%, na França.

A despeito de tamanha disparidade, a distribuição do indicador segue alguma lógica. Os Estados nacionais são claramente maiores na Europa, onde superaram a marca de 40% do PIB, graças às redes de seguridade social. Em outras nações ricas, como EUA, Japão e Austrália, a proporção ronda os 35%.

Países de renda média, em geral, contam com aparatos estatais mais modestos. Os desembolsos dos latino-americanos México, Colômbia, Chile e Peru situam-se num intervalo entre 18% e 28% do PIB. A Argentina, em desordem econômica, não tem dados disponíveis.

Lava Jato no plenário

Espera-se que decisão do STF, embora casuística, dê maior segurança jurídica ao combate à corrupção

Em sessão administrativa do Supremo Tribunal Federal, os ministros deliberaram que as ações criminais em curso na corte voltarão a ser julgadas pelo plenário. Embora não seja o foco único da medida, a Lava Jato parece beneficiada devido à retirada de ações da Segunda Turma da corte, que costumava impor derrotas à operação.

Tomada a partir de proposta do novo presidente do STF, Luiz Fux, a decisão atinge apenas as ações penais com foro privilegiado, não alcançando os recursos provenientes de instâncias inferiores, habeas corpus ou reclamações.

Assim, a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro no julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o caso do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), entre outros processos delicados, continuam a ser julgados nas turmas.

O retrospecto recente do Supremo recomenda cautela diante de mudança de tal envergadura. A nova regra reverte a adotada em 2014, após uma longa paralisação do plenário em decorrência do processo do mensalão. Agora, com a restrição do foro especial em 2018, o número de casos criminais diminuiu.

Não obstante, artifícios processuais no plenário, como pedidos de vista, ainda podem impor atra-

ção. Além do risco da morosidade, converter novamente o plenário do STF em foro criminal pode dificultar o papel essencial de fiscalização do cumprimento da Constituição.

Registre-se também o casuismo da medida. Fux, apoiador da Lava Jato, reage à indicação para a corte de Kassio Nunes, nome associado politicamente ao centrão e de orientação tida como garantista.

Há ainda o efeito decorrente da maior publicidade conferida às ações penais, uma vez que as sessões do plenário são televisadas — pode-se imaginar, nesse ambiente, um desincentivo a decisões que contrariem a opinião pública.

No entanto cabe lembrar que o colegiado já endossou diversas garantias processuais e impôs restrições à Lava Jato, como na limitação de conduções coercitivas.

Tudo considerado, é prematuro tomar a decisão do STF como uma vitória inequívoca da operação, que já perdeu o endosso do bolsonarismo. Espera-se que resulte em maior segurança jurídica nos casos de combate a desmandos, se os magistrados atuarem com prontidão.

Acaba, afinal, a manipulação de competência por vezes observada, por meio da qual ministros podiam deslocar um processo ao plenário para evitar derrota na turma.



As criaturas do pântano

Catarina Rochamonte

FORTALEZA O presidente Jair Bolsonaro e o PT uniram esforços em direção a um mesmo fim. Embora apelem para o antagonismo no nível do discurso ideológico, a necessidade de desmontar a Operação Lava Jato igualou-os como criaturas de um mesmo pântano. Como o discurso que sustentam é falso, traem-se a todo instante, deixando clara a falta de compromisso com a ética, com o estado de direito, com o espírito republicano, com a justiça ou com a própria visão de mundo que dizem defender.

Não é de estranhar, pois, o atafalho do ex-presidente Lula que, em entrevista ao jornal El País, afirmou que não irá "enganar o povo mais uma vez"; ou a cínica declaração de Bolsonaro de que teria acabado com a Lava Jato por não haver mais corrupção no seu governo.

O que causou alguma estranheza foi ver jornalistas antes críticos do que chamavam de imprensa "chapa branca" se prestarem a tratar a referida declaração como sendo uma refinada ironia, como se não houvesse fatos evidenciando o acordo de Bol-

sonaro com as criaturas mais pantanosas da política no sentido de fragilizar o combate à corrupção.

Tais fatos foram didaticamente expostos por Renan Calheiros em entrevista à CNN, na qual defendeu o "grande legado" que Bolsonaro pode deixar para o Brasil: o desmonte da Lava Jato, que teria montado um "estado policialesco". O senador Calheiros lembrou que o presidente "encadeou várias medidas", como a questão do Coaf, da Receita, a nomeação de Aras, a demissão de Moro, e, por fim, "a nomeação do Kassio".

O entusiasmo com essa indicação ao STF foi tão generalizado entre as criaturas do pântano da política quanto o foi a decepção entre aqueles que almejavam uma indicação séria e republicana.

Irritada com as cobranças, o presidente xingou até seus próprios seguidores, chamando os apoiadores que o criticaram de "direita burra". A direita inteligente, presume-se, seria aquela que se cala diante do clamoroso estelionato eleitoral protagonizado pelo mito.

Três negros e uma índia

Ana Cristina Rosa

BRASÍLIA Três personalidades negras e uma indígena estampam as quatro opções de capa que marcam a retomada das edições impressas da revista Elle Brasil: Gilberto Gil, Djamilia Ribeiro, Iza e Katu Mirim. O título é mundialmente associado ao universo da moda, da beleza e do luxo. Por isso a escolha dos personagens que ilustram as capas é bastante simbólica.

Verdade que não é de agora que El- le vem pensando ao jeito de se comunicar com as leitoras. Foi assim com Raí — primeiro homem na capa da publicação, cujo perfil teve a oportunidade de escrever — e em ao menos outras duas ocasiões: as capas de Lea Te e de Valentina Sampaio, primeiras transexuais e mulher transgênera, respectivamente, em capa de revista feminina.

Faça essa ressalva, todo mundo sabe que por estas bandas o padrão de beleza que reina sempre foi, e ainda é, o europeu. As demais estéticas, em geral e quando muito, a associação ao exótico. Recentemente ouvi uma afirmação que resume bem meu sentimento sobre as ca-

pas de Elle: "Nosso estereótipo não é de beleza, é de bandagem"; disse o rapper Dexter, em vídeo sobre preconceito com pretos, pardos e favelados do país.

São palavras fortes, porém fundamentadas em recorrentes exemplos, como o ocorrido em Brasília, onde uma mulher teve indevida a aprovação em cota para negros num certame por ser "bonita". Como se beleza e negritude fossem excludentes entre si.

Além disso, a atual edição da publicação tem a valorização da arte e da cultura como mote. É inegável a contribuição artística e cultural das quatro personalidades retratadas, mas também não é novidade que a cultura afro, apesar de rica, não é contada e muito menos valorizada no Brasil. Nem sei o que dizer sobre as tradições dos povos nativos desta terra de Vera Cruz.

As capas de Elle indicam que, apesar de tudo e com atraso, dois lemas em defesa de direitos civis podem ter se encontrado: Black is beautiful e Black Lives Matter.

Biografia amputada

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Janis Joplin, estrela do rock morta há 50 anos, acaba de ganhar uma biografia de 400 páginas, "Janis Joplin: Sua Vida, Sua Música". A autora, jornalista Holly George-Warren, dedica quatro páginas à sua vinda ao Brasil no Carnaval de 1972, seis meses antes de morrer. Janis ainda não era tão famosa, donde pôde circular com desenvoltura pelo Rio e por Salvador durante semanas. E adorou.

Em entrevista ao repórter Thales de Menezes no dia 4 último, Holly disse que, para Janis, sua estadia sem compromissos entre nós foi "um dos períodos mais felizes de sua vida". Meses depois de voltar para casa "ainda falava a toda hora no Brasil", tanto para a revista Rolling Stone quanto em talk shows de TV. Nem suas trindades excursões a trabalho na Europa tinham-lhe provocado "o mesmo entusiasmo que o Brasil". A escritora não tem dúvida de que, se tivesse sobrevivido, Janis viria morar aqui. "Ela falava isso, estava decidindo em que lugar do Brasil gos-

taria de morar", afirmou.

Puxa! Tanta vibração, euforia e felicidade — a apenas seis meses da morte da biografada por uma overdose de álcool e heroína —, e tudo resumido em quatro páginas num livro de 400? Thales perguntou a Holly sobre isso. Ela admitiu que "tinha muito mais a dizer sobre a viagem", mas seus editores consideraram a versão original "muito longa" e ela teve que fazer "alguns cortes". Modéstia de Holly. Ela amputou seu livro de um período essencial.

Uma biografia submetida a esse tipo de corte torna-se automaticamente suspeita. O que mais a autora deixou de fora?

Há anos, uma importante editora de Nova York interessou-se por minha biografia de Carmen Miranda. Eu só teria de cortar 30% do livro, de preferência "a parte sobre o Brasil". Agradei e recusei. Se aqui devoramos a vida de qualquer roceiro do Utah ou do Idaho, não é justo que os americanos nos considerem tão indignos de suas páginas.

A geografia do voto

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

A geografia do voto é fonte recorrente de erros interpretativos. Discute-se o voto no Nordeste como se ele tivesse um DNA político. O mito do momento é o do Nordeste vermelho. No Brasil Império, o Nordeste sequer existia no léxico político: na narrativa política o país era dividido em Norte e Sul.

Entre nós nunca ocorreu conflitos como nos EUA, em que o Norte e Sul travaram uma guerra sangrenta, que marcou a política e moldou o sistema partidário. Enquanto o partido republicano continua homogêneo, o partido democrata até o início dos 60 era uma coalizão de duas facções: elites conservadoras sulistas (anti-yankee) e de setores de perfil social variado, das grandes áreas metropolitanas.

Apenas na década de 70 (em resposta à chamada Estratégia Partidária para o Sul) os congressistas sulistas conservadores — que apoiaram Nixon e Reagan — reconstruíram a identidade e migraram para o Partido Republicano. Daí derivou um alinhamento entre identidade racial e partidária: o sulista branco finalmente virou republicano. O regionalismo mingau. A polarização ganha forte impulso.

Nada remotamente parecido aconteceu entre nós, onde a mudança reflete apenas a economia e demografia. Até 1889, Bahia e Pernambuco detinham as maiores bancadas na Câmara dos deputados (14 e 13, respectivamente) depois de Minas Gerais (20), maiores que São Paulo (9) ou Rio de Janeiro (12). Em 1866, Alagoas e Paraíba tinham cinco representantes; Rio Grande do Sul, quatro, e o Paraná apenas 1, de um total de 116. Em 1962, a geografia da representação já havia se alterado radicalmente: São Paulo (53) passa a deter seis vezes mais representantes que Alagoas (9). Mas a Constituição de 1964 proibiu os partidos estaduais.

Grande transformação nos últimos 20 anos é a ascensão política do Centro-Oeste. Se o Nordeste como narrativa política foi inventado nos anos 20 e 30, seu auge ocorreu entre os anos 50 e 70. Sua morte foi lenta a partir dos anos 90. Não há mais região, mas estados: a Bahia, o Ceará.

Fatores puramente contingentes — a Era Lula, governos estaduais petistas mais recentemente — produziram a irrupção esporádica da narrativa regional. É claro que lealdades estaduais (mais que regionais) não desapareceram: o voto em Marina no Acre, em Lula em Pernambuco, Ciro no Ceará.

A popularidade crescente de Bolsonaro põe em xeque o mito do Nordeste vermelho. Trata-se apenas de menor velocidade de penetração do nome na região e do qualunquismo que já analisei neste espaço.

Bolsonaro era conhecido no Rio de Janeiro e São Paulo, não era no Nordeste. Se a crítica a este mito estiver correta, podemos prever expressiva expansão do bolsonarismo na região.

entrevista da 2ª



Marlene Bergamo/Folhapress

Adriana Salay, 36

é historiadora. Em seu mestrado, na USP, estudou a presença do feijão no prato dos brasileiros. No doutorado, também na USP, ela se dedica a entender as diferentes representações da fome ao longo da história do Brasil. Desde o início da pandemia do novo coronavírus, ela distribui marmittas e cestas básicas com o marido no restaurante Mocotó, em São Paulo

Adriana Salay

Enfrentamos hoje a volta de um estado de fome epidêmica no Brasil

Historiadora e ativista social vê de perto o agravamento da insegurança alimentar no país; para ela, governo não fará nada sem pressão popular

COTIDIANO

Emílio Sant'Anna

SÃO PAULO Após anos dedicados aos estudos sobre a fome e os hábitos alimentares dos brasileiros, é de sua presença diária nas ruas da zona norte de São Paulo, alimentando uma legião de famintos e desempregados, que a historiadora Adriana Salay, 36, tira suas conclusões.

"Se esse Estado que está hoje colocado não entende que essa população precisa sair da situação de fome, temos que fazer uma mobilização da sociedade civil e criar esse enfrentamento com o Estado", afirma.

Ao lado do marido, Rodrigo Oliveira, chefe do restaurante Mocotó, Adriana criou o projeto Quebrada Alimentada, que distribui 220 marmittas por dia e 222 cestas básicas por mês desde o início da pandemia do novo coronavírus.

Debruçada sobre a obra de Josué de Castro, autor de "Geografia da Fome" e ex-presidente do Conselho Executivo da FAO, o órgão das Nações Unidas para agricultura e alimentação, ela vê a fome epidêmica, causada pela emergência sanitária, se juntar à fome endêmica no país.

Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, 37% das famílias viviam em insegurança alimentar em 2018. Essa porcentagem era de 23% em 2013.

A realidade de 2020 deve se revelar ainda pior. Não à toa, o Relatório Global de Crises Alimentares, do Programa Mundial de Alimentação (PMA), da ONU, apontou que a pandemia pode fazer o número de pessoas em insegurança alimentar duplicar no mundo.

Na última sexta-feira (9), o programa da ONU ganhou o Prêmio Nobel da Paz pelos es-

forços em combater a fome e evitar que ela seja usada como arma em conflitos.

Nesta semana, o projeto de Adriana e Rodrigo fará parte de uma ação batizada de "Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome". Organizada pelo coletivo Banquetaço, a campanha terá programação on-line (genteprabilhar.org) para debater a fome a partir desta segunda (12) até sexta (16). No sábado (17) e no domingo (18), "marmittas" em diferentes capitais devem distribuir refeições nas ruas.

Chefs como Rodrigo, Helena Rizzo, Paola Carosella, Bel Coelho e Bela Gil fazem parte da campanha.

O que mudou na geografia da fome desde que Josué de Castro publicou o livro homônimo? Tivemos avanços importantes. Quando ele publicou (1946), há dados expressivos de que populações periféricas do Recife, por exemplo, usavam 70% da renda em alimentação. Isso era normal. Não que hoje isso tenha passado, mas tivemos avanços como os programas de transferência de renda e de cisternas no sertão, por uma seca importante recentemente não sertão que não gerou retirantes e situações de fome que estavam colocadas na época do Josué de Castro.

Eu encontrei na imprensa, por exemplo, cenas de canibalismo nas secas sertanejas nos anos 30. Cenas como essas e campos de concentração para refugiados das secas, em 1932, não estão mais colocadas hoje.

Josué separa fomes epidêmicas — devido a crises — e endêmicas — estruturais. Agora, temos menos crises de fome, mas temos uma manutenção da fome endêmica.

Hoje, devido à pandemia, temos a volta da fome epidêmica? Sim. Na minha perspectiva, sim. E por isso vem toda essa movimentação. Por causa da Quebrada Alimentada começamos a gravar um documentário com depoimentos de pessoas que procuram o programa. Há depoimentos que são muito representativos desse momento. Algum que ganha um salário mínimo (R\$1.045) e vive com mais três pessoas, por exemplo, está em uma situação de fome estrutural, porque o salário mínimo hoje no Brasil não alimenta adequadamente quatro pessoas com os outros custos de vida. Outras pessoas que não estavam nessa situação são alcançadas a esse lugar porque perderam renda.

Um dos depoimentos, por exemplo, é de uma camêlo que trabalhava no Brás. Com o fechamento do comércio, ela perdeu toda sua renda. Mesmo tendo conseguido R\$1.200 de auxílio emergencial do governo federal, porque ela é responsável pela casa e vive com três filhos, não consegue se alimentar a todos. Ela paga R\$800 de aluguel. Com R\$400 não consegue. Ela passou 15 dias comendo apenas arroz.

A fome é um processo, não é um fato posto. Ela narra exatamente esse processo da fome. Primeiro, começa a diminuir a quantidade das refeições; depois, a mulher que é a pessoa que faz a gestão da fome na maioria dos lares, começa a pular refeições. E só então os filhos deixam de comer. Ela narrou exatamente isso, sem ter conhecimento científico, da entrada na situação de crise de fome por causa da pandemia. Antes, ela não estava nesse lugar e tinha renda suficiente para alimentar a família. Ela mora aqui, na Vila Medeiros, na zona norte. É

“ São três esferas diferentes, mas que estão caminhando juntas no combate à fome fazendo muito aquêdo que deveriam nesse momento

“ Há algumas políticas públicas que deveriam ser implementadas ou mantidas nesse momento, como o programa de aquisição alimentar para o PNAE, que é o programa de alimentação escolar, que praticamente acabou. A escola é um lugar privilegiado para acessar essas famílias em vulnerabilidade

“ Esse Estado que está colocado não vai fazer isso [combater a fome] por conta própria a não ser que tenha uma cobrança

um bairro com algumas vulnerabilidades, mas não é o lugar mais vulnerável. Estamos bem no meio do caminho em termos de IDH na cidade.

É isso que encontram nas ruas quando distribuem marmittas e cestas básicas? Há duas figuras importantes aí. Fiz entrevistas com 220 famílias que se cadastraram no programa de cestas básicas para entender o que estava acontecendo. Há um perfil de famílias que já estavam em situação difícil e outro muito grande de famílias em que alguém perdeu emprego. Das 220 famílias, 180 estão nesse perfil. O que temos que pensar numa sociedade monetizada como a nossa, é que a renda é fator decisivo para comer ou não.

É só olhar para POF de 2018, que saiu no mês passado, os números de fome aumentaram muito. E São Paulo é o estado, em números absolutos, que tem mais gente nessa situação. E o que significa a pandemia [nesse cenário]? Temos que pensar o que o auxílio emergencial compra em São Paulo e o que compra em uma cidade pequena no interior de Pernambuco. Os R\$ 600 podem ser suficientes lá, mas aqui não paga um aluguel. E agora, metade disso.

Qual sua avaliação da atuação das três esferas de governo contra a fome durante a pandemia? São três esferas diferentes, mas que estão caminhando juntas no combate à fome fazendo muito aquêdo que deveriam nesse momento. Vale lembrar que o valor do auxílio emergencial não foi definido no Executivo, mas no Legislativo. É uma medida importante, mas não é o suficiente. Há algumas políticas públicas que deveriam ser implementadas ou mantidas nesse momento, como o programa de aquisição alimentar para o PNAE, que é o programa de alimentação escolar, que praticamente acabou.

A escola é um lugar privilegiado para acessar essas famílias em vulnerabilidade. As escolas públicas têm o mapeamento dessas famílias, elas têm um programa de aquisição alimentar que é muito importante, porque 30% desses alimentos precisam vir da agricultura familiar. Quando você desmonta esse programa, não são só essas famílias que são prejudicadas, como também esses agricultores. Defendemos a implementação de algumas políticas como o auxílio aluguel, a intensificação dos restaurantes populares, e nada disso tem sido feito. Não há uma política de contenção de fome em nenhuma das esferas de governo.

Isso te surpreende de alguma forma, ou em que medida, após o país ter conseguido reduzir de forma expressiva a fome? Saímos do Mapa da Fome da FAO em 2014. Mas, em minha concepção, enquanto tivermos alguém passando fome, precisamos falar sobre isso. São inegáveis os avanços dos governos anteriores na erradicação da fome, e todos os dados mostram isso. E não só o Brasil avançou. Mas pensando nos governos que estão instalados hoje, não me surpreende. Quando a pandemia chegou, com o entendimento que tenho e olhando para os trabalhos de Josué de Castro, já sabia o que iria ocorrer. As crises são fatores geradores de fome.

O que mudou para mim? Não posso mais ficar só nos livros. Sei o que está acontecendo e é hora de agir. Aí vem o Quebrada Alimentada e o Gente Nasceu para Brilhar.

Se esse Estado que está hoje colocado não entende que essa população precisa sair dessa situação de fome, temos que fazer uma mobilização da sociedade civil para colocar esse problema na pauta e criar esses enfrentamentos com o Estado.

Mas o Estado não tem condições de responder a isso minimamente? É papel do Es-

tado. Ele tem todas as ferramentas. Tem o cadastro único, que mapeia as pessoas em vulnerabilidade alimentar, CCAs [Centros para Crianças e Adolescentes, serviço municipal] que acolhem as crianças e podem fazer a distribuição por lá, tem os restaurantes populares, o programa de merenda escolar. Tem todas as ferramentas, o que falta é vontade política para que isso aconteça. Não à toa, na nossa campanha não são mais de cem grupos que se mobilizaram.

Agente fala muito que estamos enxugando gelo porque não estou resolvendo o problema. Se eu dou uma marmitta hoje, essa família vai estar com fome de novo amanhã, porque ela não tem acesso a renda para se alimentar de forma adequada e saudável. É papel do Estado fornecer essa alimentação. O papel da sociedade civil nesse momento se dá para levantar essa bandeira. Esse Estado que está colocado não vai fazer isso por conta própria, a não ser que tenha uma cobrança.

Você já sentiram algum tipo de censura a esse tipo de mobilização? Já. Agente escuta muito que tem gente que pega as marmittas para vender. Tem críticas de quem diz que essa fome é resultado, porque mandaram todo mundo ficar em casa [durante a pandemia]. Mas acredito que o saldo ainda é positivo.

Há pouco tempo a primeira dama do estado de São Paulo, Bia Dória, disse que viver na rua é uma situação cômoda. Qual sua avaliação sobre essa afirmação? Acredito que é problemático pelo lugar que ela está e atribuiu essa fala à falta de conhecimento sobre o estado que o marido dela governa. Se você começar a entender os mecanismos que vão gerar população de rua e de pessoas com fome, você não pode culpar o indivíduo por estar ali. São as dinâmicas sociais que vão gerar essa situação e a falta de conhecimento que vai gerar uma fala equivocada como essa.

De que forma isso faz parte da sua pesquisa? O entendimento desse fenômeno é justamente o centro da minha pesquisa. Essa leitura da fome enquanto crise não deixou de existir. Quando você olha para a fala do presidente Jair Bolsonaro quando ele disse que não existia fome no Brasil porque não existe pessoas esqueléticas na rua, está defendendo uma posição. Ele tira de campo a noção de fome estrutural. Isso não é algo único e posto. É uma disputa.

Existiam as teorias neomalthusianas de que a população crescerá mais do que a produção de alimentos. Isso caiu por terra porque já produzimos muito para alimentar o mundo, mas ainda somos um mundo com fome porque as pessoas têm acesso diferentes ao alimento. Esses debates e essas disputas existem inclusive sobre os níveis de insegurança alimentar. Hoje, a FAO considera como fome apenas insegurança alimentar grave, só que a insegurança alimentar moderada já é uma familiar pular refeição. Os nomes formam as coisas. Se eu tiro o termo fome, para boa parte da sociedade isso muda a intensidade do fenômeno.

O Nobel da Paz para o PMA, da ONU, te surpreendeu? Nesse momento de crise, no qual a fome no mundo pode chegar a índices inimagináveis e o Brasil pode se tornar um dos epicentros emergentes da fome no mundo, segundo a Oxfam, o prêmio deixa seu recado de quais estratégias é que queremos. Josué de Castro, lá nas décadas de 1950 e 1960, já falava que guerra e fome estão interligadas, por isso alimento e paz também.

Acredito que é uma boa resposta aos ataques que essas organizações vêm sofrendo de políticas nacionalistas como as de Trump e Bolsonaro.

mercado

Desigualdade entre servidores varia por atividade, Poder, região e gênero

Sem carreiras jurídicas, diferença salarial entre setor público e privado cai de 13% para 4%

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Uma das principais justificativas para a realização de uma reforma administrativa é acabar com os privilégios de servidores públicos, argumento o governo. Entidades que representam a categoria, porém, afirmam que altos salários e benefícios generosos não são a regra, e exceções, sim, devem ser combatidas.

Segundo essas entidades e especialistas na área de gestão pública, existe desigualdade entre os funcionários públicos e a reforma administrativa do governo federal pode contribuir para ampliá-la, já que não afeta justamente carreiras mais favorecidas, como juizes, desembargadores, procuradores e promotores.

"Não mexe com as estruturas mais caras, com a cúpula do Judiciário, não mexe com os políticos e nem com os militares. A média de salário dos professores de R\$ 12.000 no município é menor que o auxílio-moradia de um juiz", diz Sérgio Antiquiera, presidente do Sindsep (Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo).

Dados sobre a remuneração nos setores público mostram grandes desigualdades por Poder, sexo e região do país. Também se destacam as diferenças nos rendimentos dos servidores da saúde na comparação com as carreiras jurídicas e dentro da área de educação.

De acordo com levantamento do economista e pesquisador do Ipea Sandro Sachet de Carvalho, divulgado pela Fonaacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), entre as ocupações de nível superior, as maiores diferenças entre salários do setor público e privado se concentram em três ocupações: advogados e juristas, outros profissionais do Direito de nível superior e especialistas em organização da administração pública e de empresas.

Segundo o estudo, ao retirar as carreiras jurídicas da conta, a diferença salarial entre estatutários e empregados privados com carteira cai de 13% para 4%. A proporção de ocupados que recebem acima de R\$ 8.000 torna-se praticamente a mesma.

Os dados também mostram defasagem nos salários de funcionários de saúde no setor público. Entre as ocupações de nível superior listadas, ape-

nas médicos recebem menos no setor público (R\$ 9.798) do que no privado (R\$ 10.976).

Médicos estão praticamente no mesmo patamar salarial de professores universitários e profissionais de TI no setor público. Já no setor privado, os salários de médicos são 90% maiores na comparação com as outras duas categorias.

Médicos também ganham cerca de 50% menos no setor público do que advogados e juristas. No setor privado, essa situação se inverte: médicos têm remuneração 84% superior à dessas categorias.

Há também desigualdades dentro da área educacional. Professores do ensino fundamental e médio recebem R\$ 2.950, o que corresponde a 30% do salário de um professor universitário no setor público, segundo o estudo.

No setor privado, a distância entre as remunerações é menor, com esse esse percentual subindo para 44%.

Segundo o estudo, nesse caso "as diferenças se refletem claramente na qualidade da universidade pública em comparação às privadas".

Entre os profissionais de nível médio, os dados mostram uma vantagem salarial entre servidores dos serviços de proteção e segurança, de operações financeiras e administrativa e ocupações que congregam agentes da administração tributária, inspetores de polícia, detetives e policiais.

Por outro lado, há desvantagem entre os profissionais de nível médio da saúde e serviços pessoais.

"Nos municípios, os salários são em geral baixos. É o analista do Banco Central que ganha muito ou o professor do Rio Grande do Sul que ganha pouco?", questiona Rudinei Marques, presidente da Fonaacate.

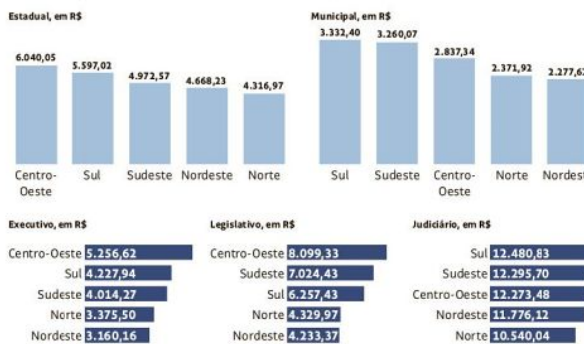
A diferença salarial entre homens e mulheres também é mais acentuada no setor público. Homens recebem 7% a mais nas carreiras de nível superior e 41% mais nas de nível médio que as mulheres. Entre trabalhadores com carteira no setor privado, as diferenças são de 50% e 25%, respectivamente.

"O governo não tem intenção de mexer nos privilégios de uma elite do setor público formada por homens brancos. Isso vem associado a um discurso de desqualificação dos servidores, [categoria] na maior

Diferença nas remunerações no setor público



Remuneração de servidor é maior no Sul e Centro-Oeste



*Comparação entre 1986 e 2017. Fonte: Elaborado a partir do Atlas do Estado brasileiro, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

O governo não tem intenção de mexer nos privilégios de uma elite do setor público formada por homens brancos. Isso vem associado a um discurso de desqualificação dos servidores, na maioria mulheres

Denise Carreira
professora e coordenadora da Ação Educativa e da Coalizão Direitos Valem Mais

ria composta por mulheres, muitas vinculadas a políticas sociais que vêm sofrendo cortes. São mulheres que recebem salário muito distante dessa elite do setor público", afirma Denise Carreira, professora de política educacional e coordenadora da Ação Educativa e da Coalizão Direitos Valem Mais, que divulgou uma nota técnica defendendo a instituição de um piso emergencial de gastos para serviços essenciais.

As discrepâncias podem ser grandes dentro de um mesmo município. João Batista Gomes, servidor que faz parte do Sindsep e também da diretoria nacional da CUT, afirma que o menor piso entre as carreiras na prefeitura de São

Paulo é de R\$ 755, valor abaixo do mínimo, mas que sobe para R\$ 1.132 com gratificações.

Na outra ponta, há carreiras que ganham mais que os cerca de R\$ 24 mil pagos ao prefeito da capital paulista. Em alguns casos, a renda está acima do teto federal (cerca de R\$ 39 mil), como auditores fiscais e procuradores municipais. "Tem gente que ganha acima de R\$ 40 mil, o que é inconstitucional", diz.

De acordo com o Atlas do Estado brasileiro, documento divulgado no ano passado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o salário médio de um servidor no Poder Judiciário federal corresponde a seis vezes o ganho médio do funcionário de uma

prefeitura, que por sua vez recebe um terço do que é pago no Executivo federal.

Segundo o documento do Ipea, a concentração de remunerações mais altas em cargos federais pode ser explicada pelo fato de esses servidores desempenharem normalmente funções mais complexas, de gestão e controle.

No nível municipal, a grande maioria atua em funções executoras, operacionais ou de menor complexidade gerencial. O nível estadual apresenta as remunerações com valores intermediários, "o que talvez reflita a natureza híbrida das atividades", diz o Ipea.

Do tratar da diferença entre os setores público e privado, o documento ressalta que ela é menor (cerca de 20%) quando se compara com o Executivo municipal, que está na base dos salários do funcionalismo e abrange prefeituras dos mais diferentes portes.

Outra forma de enxergar a questão é olhar para a evolução dos salários. No Judiciário, eles subiram em média quase 90% de 1986 a 2017, já descontada a inflação, tanto no nível federal como estadual.

No Executivo, os salários cresceram 76% no plano federal, 28% no estadual e 41% no municipal. No Legislativo, houve queda nos salários federais e municipais e alta de 24% nos ganhos nas Assembleias Legislativas.

As desigualdades no funcionalismo também podem ser vistas em termos regionais. No nível estadual, o Centro-Oeste (puxado por Brasília) e o Sul possuem os melhores salários. No municipal, destacam-se o Sul e Sudeste.

Reforma levanta discussão sobre definição de servidor público

SÃO PAULO A decisão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de deixar de fora da reforma administrativa categorias como juizes, membros do Ministério Público, militares e parlamentares levanta uma questão: magistrados são servidores públicos?

Quando apresentou a proposta, o Ministério da Economia disse que o Poder Executivo não tem autonomia para propor mudanças de regras para membros de outros Poderes, embora a proposta também tenha impacto sobre servidores da área administrativa do Judiciário.

O governo diz que juizes, desembargadores, procuradores, promotores e congressistas obedecem a normativas próprias, que não podem ser alterados pelo Executivo.

Continua na pág. A14

Servidores admitem reforma, mas divergem sobre mudanças

SÃO PAULO Entidades de servidores públicos afirmam que são a favor de aperfeiçoamentos nas regras da gestão administrativa, mas não há consenso sobre quais temas poderiam avançar no Congresso.

Uma reforma como a proposta pelo governo federal, que busca cortar gastos, é amplamente rejeitada e vista como uma tentativa de reduzir o tamanho do Estado e precarizar a prestação de serviços.

As entidades avaliam que o número de funcionários e os gastos com servidores não são elevados, quando comparados a outros países com sistemas de saúde, educação e segurança públicos semelhantes aos do Brasil.

Algumas entidades defendem regulamentar o teto salarial do setor público, que varia de acordo com o nível de governo, mas não deixam claro se seria possível acabar com todos os "penduricalhos".

A redução do número de carreiras, o fim da promoção

por tempo de serviço e a regulamentação da demissão por problemas de desempenho também estão entre as propostas na mesa, mas sem consenso entre a categoria.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público e a Fonaacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) lançaram uma série chamada "Cadernos da Reforma Administrativa" para discutir o tema.

Entre as sugestões estão cargos com atribuições mais amplas (sem prejuízo do princípio da especialidade), a revisão da progressão de carreiras (desde que se permita chegar ao topo após 15 ou 20 anos) e a regulamentação da avaliação de desempenho para aquisição da estabilidade, com base em critérios transparentes e com direito a recurso.

Os autores sugerem ainda manter o regime estatutário para praticamente todas as carreiras, permitindo a intro-

dução de alguns desses pontos. Dois cadernos dedi-

cados especificamente à demissão após avaliação de desempenho, por exemplo, praticamente descartam a possibilidade de se adotar tal sistema no setor público.

"Mas do que avaliação de desempenho, a gente precisa de uma gestão de desempenho. Faltaram insumos? Falta capacidade? Ou que vai fazer para resolver?", questiona o presidente da Fonaacate, Rudinei Marques.

"A gente está trazendo questões propositivas. O que poderia melhorar a eficiência, se esse for o caso. De repente não é o caso. Se for, tem como acelerar a implementação do governo digital, que está na Câmara, a desburocratização, com criação de guichês únicos, e, mesmo na avaliação de desempenho, tem como avançar nessa questão".

O material divulgado pela Fonaacate, que conta com autores de diversos órgãos públicos, mostra divergências em relação a alguns desses pontos. Dois cadernos dedi-

estar atrelado à questão da capacitação e com desempenho e merecimento. Esse é um ponto que deve ser atacado. Assim como deve ser feito um processo de racionalização das carreiras, pois há muitas com pouca mobilidade", afirma.

Ele também defende instituir efetivamente o teto remuneratório e rever o acúmulo de adicionais, conhecidos como "penduricalhos". "Tem coisas que fazem sentido e outras que são privilégios decididos pelos próprios Poderes", afirma.

Líderes de entidades também avaliam que a postura do atual governo de pressionar órgãos públicos gera desconfiança para se avançar em questões que permitam demitir servidores e contratar pessoas sem concurso.

"A avaliação tem de ser para estimular, para que as pessoas cresçam no seu trabalho. Não vejo problema nenhum nisso, mas o espírito da PEC

"O critério correto deveria

e com o histórico do governo Bolsonaro de perseguir funcionários públicos, a gente não teria surpresa se isso servisse para dar plenos poderes para os gestores mandarem embora aqueles que pensam diferente", afirma Sérgio Antiquiera, presidente do Sindsep (Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo).

Relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado do projeto de lei que regulamenta a demissão de servidores por insuficiência de desempenho (PLS 116/2017), o senador Lasier Martins (Podemos-RS) afirma que o dispositivo não é uma ameaça aos servidores, mas uma medida que reconhece a hipótese de meritocracia, com critérios de avaliação claros e objetivos.

"Para a eventual demissão, o desempenho funcional dos servidores deverá ser apurado anualmente por uma comissão avaliadora, garantindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa", afirma.

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Tendências Debates
Data: 11/10/2020	Página: A3

FOLHA DE S.PAULO



Não devemos aumentar a complexidade tributária

É preciso aperfeiçoar legislações do ICMS e do ISS

Jorge Rachid

Consultor tributário e ex-secretário da Receita Federal (2003-2008, governo Lula; e 2015-2018, governos Dilma e Temer)

É imprescindível promover mudanças estruturais no Brasil para garantir maior estabilidade nas contas públicas e um ambiente favorável ao investimento. A alteração no sistema tributário está na agenda nacional há décadas, mas o que se deseja efetivamente mudar para permitir um melhor ambiente de negócios e propiciar justiça tributária?

A tributação é complexa no Brasil e no mundo, visto que é da natureza do assunto, influenciado por diversos fatores que compõem a relação tributária. E, por óbvio, há ausência de homogeneidade entre os países para permitir um padrão mundial de tributação. Cada nação tem sua peculiaridade cultural, política, econômica, jurídica, social e educacional que moldam a construção de uma sociedade e as relações com o Estado.

A alegação de que a carga tributária deve ser distribuída de forma igualitária não se sustenta, pois, nos projetos priorizados no deba-

te, não constam alterações nas outras bases de incidência, tais como renda e folha de salários. A propósito, não foram apresentados estudos, memórias de cálculos e estimativas que justifiquem nenhuma das propostas priorizadas até o momento.

Com a promulgação de emenda constitucional que autoriza a criação de novo tributo, haverá necessidade de mais deliberações para aprovação de leis e de normas complementares para regulamentar a nova imposição.

Enquanto isso, os atuais tributos permanecem com os conhecidos problemas. O momento exige mecanismos para a superação da crise, e não a adoção de medidas que aumentam a complexidade do sistema tributário brasileiro. Em se tratando de Constituição, quanto mais conciso for o texto, melhor, pois possibilita avanços para o aperfeiçoamento do sistema.

O diagnóstico do sistema tributário brasileiro é conhecido. Por que

não iniciar as mudanças necessárias corrigindo os dispositivos infraconstitucionais que acarretam disputas administrativas e judiciais que afastam o investidor devido à falta de segurança jurídica?

O caminho pode ser o aperfeiçoamento das legislações do ICMS e do ISS, por lei complementar, para estabelecer um padrão nacional. E assim ampliar o conceito de aproveitamento dos créditos para fins de apuração das contribuições sobre o PIS/Cofins, por lei ordinária, permanecendo a forma simplificada de apuração das contribuições para determinados setores.

Adicionalmente, por que não intensificar a unificação das obrigações tributárias acessórias ou mesmo eliminá-las, como ocorreu em alguns estados e no âmbito federal para alguns tributos?

A integração das administrações tributárias dos três níveis de governo está autorizada na Constituição Federal, e os avanços tecnológicos permitem cada vez mais reduzir o custo de cumprimento das obrigações por parte dos contribuintes perante o fisco. Para tanto, são necessários comandos legais e infralegais, e não alterações constitucionais.

O endereçamento da solução passa por processo permanente de conhecer as melhores práticas internacionais e buscar introduzi-las e adaptá-las de acordo com a realidade brasileira para propiciar um ambiente de negócios mais favorável.

Veículo: Estadão	
Data: .10 a 13.10.2020	Caderno: Economia



Auditoria tributária: quais são os benefícios e os incentivos fiscais para a sua empresa

Rodrigo Mariano*

10 de outubro de 2020 | 05h30

A carga tributária devida pelas empresas é demasiadamente complexa, e deve ser identificada com precisão. Portanto, a gestão dos tributos é essencial para a manutenção de um negócio, visto que o não recolhimento pode acarretar sanções e penalidades diversas.

Dessa forma, a administração empresarial precisa agir de forma preventiva, no momento de levantar a carga tributária e seu valor exato. A atividade das empresas importa em movimentações e transações financeiras diversas, nas quais ocorrem o fato gerador de diferentes tributos.

Deste modo, a auditoria tributária é uma ferramenta de prevenção interna da empresa, contra possíveis penalizações por parte da Receita Federal. No processo de auditoria tributária, são avaliados os principais tributos recolhidos pelas empresas, como o IRPJ, IOF, PIS/COFINS, IPI e CSLL.

Assim, ao submeter a atividade fiscal de uma empresa ao processo de auditoria tributária, haverá o estudo aprofundado de todas as obrigações, principais e acessórias. Conseqüentemente, a empresa passará a seguir rigorosamente o que está previsto na legislação tributária, por meio de um sistema eficiente de fiscalização interna.

A auditoria tributária permite a identificação de eventuais falhas, de forma rápida, para que a gestão possa aperfeiçoar o trabalho desenvolvido pelo setor contábil e financeiro. Dessa forma, este recurso propicia a reestruturação do planejamento tributário do negócio, bem como o aproveitamento de diversos benefícios fiscais.

Portanto, além de garantir o correto cumprimento das obrigações legais, a auditoria tributária proporciona inúmeros benefícios e incentivos fiscais, decorrentes da atividade regularizada do negócio.

O processo de auditoria tributária é dividido em algumas etapas. Após a contratação deste serviço, os profissionais irão se reunir com a empresa, explicando todos os pontos principais, e no que consistirá o processo de auditoria tributária.

Nesta etapa, será possível que o profissional esclareça sobre a legislação aplicável à empresa e quais serão os benefícios provenientes da auditoria. Sendo assim, realizada a reunião inicial, o processo de auditoria tributária começará a ser, de fato, executado.

Deste modo, serão coletados todos os dados financeiros e contábeis da empresa, com a posterior análise minuciosa dos documentos. Através desta avaliação inicial, o profissional terá uma visão mais ampla sobre a saúde financeira do negócio.

Para a identificação do recolhimento dos tributos, e possíveis falhas no levantamento da carga tributária, os documentos da empresa são analisados por um software, que procede com o cruzamento dos dados.

Assim, a auditoria tributária especializada garante uma avaliação mais técnica e precisa, proporcionando o feedback necessário para a adequação das atividades empresariais.

Após o cruzamento dos dados, realizados pelo software, a empresa terá acesso a relatórios e pareceres, detalhando todo o procedimento, com seus respectivos resultados.

A auditoria tributária, como prática de prevenção gerencial, proporciona inúmeros benefícios para as empresas.

Conseqüentemente, a empresa se desenvolverá economicamente, adquirindo maior destaque no mercado.

Com a realização da auditoria tributária, a empresa reduz os riscos de ser penalizada pela Receita Federal. Dessa forma, eventuais falhas no processo de identificação da carga tributária serão apontadas pelos profissionais da auditoria, permitindo sua rápida correção. Assim, o controle interno torna-se mais eficiente, evitando a exposição ao Fisco.

A auditoria tributária é um dos procedimentos que permitem a identificação de valores pagos a maior, a título de tributos. A empresa poderá recuperar créditos tributários, e utilizar o montante para novos investimentos no crescimento corporativo.

A auditoria tributária proporciona que a gestão da empresa tenha maior conhecimento sobre a legislação fiscal e administrativa e

propicia que a empresa adote uma postura de prevenção, voltada para o total controle dos procedimentos internos.

O trabalho desenvolvido pelos auditores permite, inclusive, que a empresa conheça os incentivos fiscais aplicáveis ao seu modelo de negócio.

Portanto, os governos federal, estadual e municipal, podem conceder incentivos, que consistem na isenção ou redução do pagamento de alguns tributos, como contrapartida à determinadas ações realizadas pela empresa.

Deste modo, o governo se utiliza dos incentivos fiscais para fomentar o investimento em regiões específicas, bem como a realização de ações de cunho social e cultural.

***Rodrigo Eduardo Mariano é advogado tributarista de inteligência de negócios, Mestre em Direito pela USP- Universidade de São Paulo e sócio fundador do R Mariano Advogados.**

Veículo: Estadão	
Data: .10 a 13.10.2020	Caderno: Economia



Crime na esfera tributária: os dois lados da moeda

Júlio Oliveira*

13 de outubro de 2020 | 05h00

O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que sócios/administradores de pessoas jurídicas que deixam de pagar ICMS apurado e declarado não podem ser considerados criminosos, exceto se o fazem intencionalmente. Em outras palavras, a mera inadimplência do contribuinte não configura crime previsto na legislação criminal/penal brasileira. Segundo o STF, para que haja condenação (reclusão de 2 a 5 anos, e multa), é necessário comprovar dolo, ou seja, vontade consciente de se apropriar do tributo e não o repassar aos cofres públicos.

Naquele caso, não bastasse a possibilidade de penhorar bens da pessoa jurídica, nem mesmo, como mais recentemente se viu, solicitar a decretação de sua falência, tentou-se qualificar as pessoas físicas (sócios/administradores) como criminosas por terem deixado de repassar o ICMS ao estado.

No Brasil, há casos em que o STF declara a inconstitucionalidade de um tributo, mas a declaração só vale para o contribuinte diretamente

envolvido no processo. Outros contribuintes, na mesma situação, podem sofrer autuações relacionadas ao mesmo tributo por não contarem com decisões judiciais que afastem as cobranças. Seria o mesmo que se dizer que, para os que chegaram ao STF e obtiveram decisões favoráveis, o tributo é inconstitucional; para os demais, devido.

Pois bem, sob outra ótica, nesses casos hipotéticos, seriam criminosos os agentes fiscais que, sabedores da declaração de inconstitucionalidade, agem para cobrar o mesmo tributo de outras pessoas jurídicas na mesma situação? Seria de se averiguar se houve dolo nas condutas dos agentes? O fato de as outras pessoas jurídicas não contarem com decisões judiciais seria suficiente para excluir a hipótese de crimes praticados pelos agentes? Estariam os agentes fiscais obrigados a conhecer a decisão do STF?

Aqui não se pretende responder a cada uma dessas perguntas, mas, tão-somente, trazer o assunto à reflexão. Afinal de contas, o parágrafo primeiro, do artigo 316, do nosso Código Penal (grifos nossos), ainda não foi revogado.

Art. 316 – Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Excesso de exação

- **1º** – Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido,

emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa.

Não se trata de tolerar o crime, muito menos incentivá-lo. Ao contrário, de atribuí-lo (e a devida punição) a quem quer que o pratique, nos limites do direito criminal/penal.

***Júlio Oliveira é sócio do AZM Advogados Associados**

Veículo: Estadão	
Data: .10 a 13.10.2020	Caderno: Economia



Às vésperas da eleição, Estados enfrentam resistências para aprovar ajuste fiscal

Cancelamento de sessões após pandemia empurrou negociação nas Assembleias de SP e do RS para o período pré-eleitoral, quando oposição a corte de salários e renúncias fiscais é maior

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

13 de outubro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Não foi só em Brasília que a pandemia e, agora, a proximidade das eleições municipais ajudaram a travar a votação de medidas de ajuste fiscal. São Paulo e Rio Grande do Sul, que tinham saído na frente e apresentado **propostas de contenção de gastos e renúncias fiscais**, também enfrentam dificuldades para aprovar seus pacotes nas Assembleias Legislativas.

As medidas foram propostas para tentar diminuir o rombo previsto no ano que vem. A urgência é maior porque, em dezembro, termina o alívio financeiro de R\$ 125 bilhões dado pela União a Estados e

São Paulo projeta déficit de R\$ 10,4 bilhões, enquanto o Rio Grande do Sul fala em R\$ 8,1 bilhões. A expectativa era de que as medidas fossem aprovadas até setembro, para entrarem em vigor em janeiro. Mas a

pandemia embaralhou a previsão, com o cancelamento de sessões. Agora, às vésperas das eleições, a negociação dos governadores é ainda mais difícil, diante das resistências que partem, principalmente, de empresas que gozam de incentivos e de servidores.

Para o ano que vem, o cenário projetado para os Estados ainda é de arrecadação comprometida pela desaceleração da economia. De outro lado, com o nível de desemprego alto, a previsão é que os gastos estaduais com saúde, educação, assistência social e segurança subam.

“A dificuldade é por estarmos saindo na frente naquilo que os outros Estados já deveriam estar fazendo. Não perceberam que o nosso maior problema será 2021”, diz o secretário de Projetos, Orçamento e Gestão de São Paulo, Mauro Ricardo.

Ele estima que, a cada mês de atraso na aprovação do pacote fiscal, **São Paulo perde cerca de R\$ 410 milhões da economia prevista**. Na Assembleia paulista, onde o governador João Doria (PSDB) não tem uma base segura de votos, as resistências têm impedido o quórum para votação.

O pacote do tucano prevê um corte de 20% das renúncias, remanejamento de recursos em áreas onde há sobra de dinheiro e extinção de dez fundações e autarquias para recuperar parte da capacidade de investimento. Por conta desse enxugamento, está prevista a demissão de 5.600 profissionais celetistas que foram contratados até 1983.

Sem regime de urgência

No **Rio Grande do Sul**, o governador Eduardo Leite (PSDB) decidiu não submeter à votação em regime de urgência os **três projetos de**

reforma tributária. O pacote contava também com corte de renúncias fiscais, modernização tributária sobre consumo e elevação da tributação sobre patrimônio, como IPVA.

“O governador retirou (o pedido de urgência) considerando o momento eleitoral. O calendário das eleições desvia as atenções. Os deputados têm as suas bases, muitos são candidatos. A decisão foi de não votar”, diz o secretário de Fazenda do Estado, Marco Aurélio Cardoso.

Para reduzir o déficit de R\$ 8,1 bilhões, o governo gaúcho conta com o não pagamento da dívida à União em 2021. Uma fatura de cerca de R\$ 3,5 bilhões. Assim como Minas e Goiás, o Rio Grande do Sul tem uma liminar do STF desde 2017 que permite não pagar as parcelas mensais da dívida com o governo federal. Essa liminar não tem relação com a pandemia, quando a dívida de todos os demais Estados ficou suspensa. Com o pacote, o governo do Estado esperava reduzir em mais R\$ 2 bilhões o déficit.

Rio, Minas e Rio Grande do Sul esperam que seja aprovado ainda este ano projeto do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) que reformula o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o programa de socorro do governo federal do qual só faz parte o Rio, e a criação de novo sistema para os Estados que não têm dívida tão elevada. Há três anos, o governo gaúcho tenta entrar no regime sem sucesso e precisa de mudanças nas regras para conseguir a adesão. Desde 2019, o governo gaúcho conseguiu aprovar reformas previdenciária e administrativa para melhorar as contas do Estado, que possui uma das piores situações fiscais do País.

Veículo: O Globo	Online
Data: 11/10/2020	Coluna: Opinião



Congresso precisa incluir servidores atuais na reforma administrativa

Não haverá como acabar com os descabros sem enfrentar as corporações do funcionalismo

Na agenda que apresentou ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a Frente Parlamentar da Reforma Administrativa sugeriu a inclusão dos atuais servidores no projeto encaminhado pelo governo ao Congresso. É uma medida fundamental para que a reforma tenha um mínimo de credibilidade. As corporações do funcionalismo não param de testar os limites legais dentro da própria burocracia estatal — e têm vencido.

Basta lembrar a promoção extravagante de 607 procuradores pela Advocacia-Geral da União (AGU), numa manobra para driblar a lei que congela os salários dos servidores até 2021. Se o

trem da alegria não tivesse sido noticiado pela imprensa, teria chegado ao destino sem sobressalto, como tantos outros que passam despercebidos.

Do ponto de vista fiscal, pouco significa a AGU ter recuado, porque as condições para a repetição dessas promoções automáticas, sem avaliação de mérito, continuam intocadas. Antes da revelação, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) — encarregado de fiscalizar o caso — fez o mesmo com 39 servidores. Promoveu quatro funcionários e fez a “progressão de carreira” de 35 outros, todos auditores federais.

O Ministério Público de Contas pediu ao TCU liminar contra as benesses distribuídas na AGU, e o subprocura-

dor Lucas Rocha Furtado tachou a benevolência de “inoportuna e indecorosa”. Teve de incluir os reajustes concedidos no próprio tribunal na mesma reclamação contra a AGU.

O que aconteceu na AGU é apenas um exemplo de como funcionam as coisas na gestão do funcionalismo. Casos pontuais alertam para o descabro que é baseá-la numa legislação ultrapassada, contaminada por incontáveis alterações no Legislativo, feitas sempre de forma nada transparente, sob pressão do lobby influente das corporações. Não haverá como promover uma reforma decente sem enfrentá-las. É essencial que o Congresso inclua no texto também os atuais servidores.

MÍRIAM
LEITÃO
oglobo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@oglobo.com.br

Por Alvaro Gribel (Interno)

Erros fiscais
criam armadilha

Muitos economistas têm minimizado a alta da inflação, mas para economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, esse é um problema que precisará ser monitorado com atenção daqui para frente. Mesquita estima que o IPCA continuará acelerando nos próximos meses, até 4,5% em maio do ano que vem, para só então começar a cair. O problema é que muita coisa pode dar errado até lá, especialmente na política fiscal. Uma nova disparada do dólar pode deixar o Banco Central pressionado para aumentar os juros em plena recuperação. “O ambiente se tornou mais delicado para a inflação do que era há alguns meses”, explicou.

A inflação vem subindo mesmo na recessão e, por mais que se diga que ela está concentrada nos alimentos, não é boa notícia. O governo sairá desta crise muito endividado, e isso tem provocado aumento na cotação do dólar. Mesmo que o repasse de preços para muitos produtos seja menor, pela ociosidade da economia, isso pode acabar batendo mais fortemente nos índices.

— Podemos ter depreciação sobre depreciação (do real) e aí, mesmo com ociosidade, tudo fica mais intenso. Se o dólar for para R\$ 6 no final do ano, o BC pode ter que iniciar o movimento de alta dos juros no início de 2021 para atingir a meta de 3,75% em dezembro. Por ora, as expectativas de inflação continuam “ancoradas”. Mas tudo vai depender do fiscal — explicou.

Esse é mais um ingrediente na discussão do Renda Cidadã. O governo não sabe de onde cortar para viabilizar o programa e qualquer medida que aumente o déficit no ano que vem será mal recebida pelo mercado, com reflexo no câmbio. Acionar o orçamento de guerra para driblar o teto de gastos teria o mesmo efeito negativo, porque vai significar aumento de despesa, de qualquer forma. Mesquita acha que o Banco Central não hesitaria em elevar a Selic, em caso de piora das expectativas.

Sobre o ritmo da recuperação, o Itaú esti-

DÍVIDA DAS FAMÍLIAS

% sobre a renda anual



Fonte: Banco Central

ma que o PIB deste ano cairá 4,5%, para crescer apenas 3,5% no ano que vem. Ele explica que três pontos dessa alta em 2021 já estão assegurados pelo chamado “carregamento estatístico”. Ou seja, o crescimento, de fato, será pequeno.

— Na prática, se a economia não crescer nada no ano que vem ela já garante um crescimento de 3% na média, por efeito estatístico. Então a alta de verdade será pequena, parecida com a que a gente já vinha tendo antes da pandemia — afirmou.

O país ainda está longe de uma recuperação plena na economia. E agora ganhou um complicador a mais, o risco de aumento da inflação e da taxa básica de juros.

Veículo: O Globo	Online
Data: 13/10/2020	Coluna: Opinião

O GLOBO



O Globo | 13 out. 2020 ▾

Competição externa pode aumentar a transparência nas licitações públicas

Adesão ao acordo internacional sobre compras governamentais representaria avanço para o Brasil

O governo apresentou à Organização Mundial do Comércio (OMC) na semana passada uma lista de iniciativas já adotadas para a adesão do Brasil ao Acordo sobre Compras Governamentais, sistema de normas usado por 48 países na aquisição de bens e serviços. Iniciou a coleta, por consulta pública, de sugestões do setor privado para mudanças na legislação nacional sobre contratos e licitações públicas.

Desse acordo, conhecido pela sigla em inglês GPA, participam União Europeia, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Canadá e Suíça. Somam US\$ 1,7 trilhão por ano em compras governamentais.

O GPA permite, com reciprocidade, a abertura à concorrência estrangeira nas compras realizadas por organismos ligados ao Estado signatário. Empresas dos países do grupo

têm garantias legais de acesso às licitações de todos os governos em igualdade com fornecedores nacionais.

Para o Brasil, isso representaria uma evolução. Há tempos tenta-se, sem êxito, modificar a base regulatória desenhada na Lei de Licitações (nº 8666, de 1993). Sucodem-se escândalos sobre corrupção, como os revelados pela Operação Lava-Jato, sem avanço nas regras concorrenciais.

A integração é oportunidade para melhorar o controle e a transparência, com base nos padrões adotados onde a competição capitalista está consolidada. Poucos países em desenvolvimento têm condições de fazer parte do GPA, por causa das limitações impostas nas compras governamentais, e, também, porque esse acordo tende a ser mais benéfico às nações com potencial exportador de bens e serviços adequados ao setor público.

Uma das consequências imediatas da adesão ao GPA é o aumento da

participação de produtos importados nas compras públicas locais. A substituição do suprimento nacional pelo estrangeiro pode resultar, inicialmente, em desequilíbrios para fornecedores tradicionais. Em contrapartida, a abertura externa proporciona às empresas brasileiras ganhos suficientemente compensatórios. Pelas projeções oficiais, as contas setoriais se tornariam superavitárias a partir do aumento de apenas um ponto percentual nas exportações de bens e serviços aos 48 integrantes do GPA.

O prêmio maior, no entanto, seria a eficiência no gasto público. A instauração de um regime mais equilibrado de concorrência oxigenaria os negócios entre as empresas privadas e o setor público. Tradução: menos corrupção. Só isso já seria motivação necessária e suficiente para justificar o avanço do país na integração ao acordo.

Senado negocia decretos para votar Lei do Gás

Será feita uma tentativa de se votar a proposta antes das eleições

Por Renan Truffi e Daniel Rittner — De Brasília

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



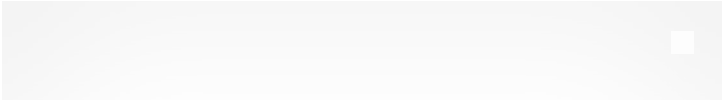


Eduardo Braga: emedebista defende regulamentação complementar à lei — Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Para aprovar a nova Lei do Gás antes das eleições municipais e sem alterações - como pedem dezenas de associações industriais -, o Senado quer que o governo se comprometa com a edição de decretos que tenham como foco o incentivo às térmicas na base. Na prática, a sugestão visa expandir a infraestrutura de gás por meio da interiorização da malha de gasodutos pelo país. O governo se comprometeu a apresentar uma versão desses textos até o dia 19 de outubro.

A partir disso, caso haja consenso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tentaria mobilizar os líderes para colocar o tema em votação ainda neste mês.

As negociações avançaram nos últimos dias e são capitaneadas pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e pelo líder do MDB na Casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM), ainda cotado para assumir a relatoria do projeto. Ambos tiveram reuniões, na semana passada, com técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME) e com o titular da pasta, Bento Albuquerque.



Braga é um dos principais defensores da necessidade de uma regulamentação complementar à lei, para que termelétricas possam operar na base do sistema elétrico, e não só como complemento às hidrelétricas. Nas conversas, ele tem deixado claro que, se a demanda não for atendida, o texto deve, sim, sofrer alterações e retornar à Câmara dos Deputados, o que atrasaria ainda mais a sanção da Lei do Gás. Além disso, os senadores rejeitam que as sugestões sejam contempladas por mecanismos considerados “frágeis”, como portarias.

“Portaria não resolve. Tem que ser por decreto. Se não for por decreto, alguém vai fazer uma emenda e levar essas mudanças [sobre térmicas na base] para o plenário do Senado”, disse uma fonte envolvida nas tratativas. Na avaliação da fonte ouvida pelo **Valor**, a chance de essa emenda ser aprovada é alta, e o texto voltaria para análise da Câmara.

A proposta tem força no Senado porque beneficiaria, principalmente, as regiões Centro-Oeste e Norte. Segundo interlocutores, há algum tempo Braga vem convencendo Alcolumbre de que essas regulamentações podem ajudar a desenvolver a indústria brasileira fora do Sul e Sudeste.

O raciocínio dos senadores é que as térmicas na base, ou térmicas inflexíveis, incentivam a interiorização dos gasodutos e, por consequência, possibilitam transformar a matriz energética brasileira. “Quando você leva matriz energética, você está criando políticas de indução econômica: petroquímica, fertilizantes, mineração. Ter uma térmica a gás no Rio de Janeiro e levar uma linha de transmissão para o Amapá não é matriz energética. É energia elétrica, que não transforma minério em aço”, argumenta um técnico.

A maior parte da indústria, no entanto, vê esse argumento com fortes ressalvas. Para empresários, seria uma forma de estimular gasodutos sem viabilidade econômica e demanda de mercado, atendendo apenas ao interesse dos construtores de infraestrutura.

A indústria teme um aumento das tarifas de energia - o oposto do que se pretende com a lei - como resultado do incentivo às térmicas locais. Para viabilizar a construção dessas usinas, que precisariam arcar com o custo bilionário dos gasodutos e dificilmente conseguiriam ganhar leilões, seria necessário criar subsídios e jogar a conta no colo dos consumidores.

Um grupo de 65 associações industriais - incluindo Abiquim (setor químico), Abiplast (plásticos), ABCP (cimento portland), Abal (alumínio), Aço Brasil - enviou carta aos senadores pedindo a aprovação do projeto sem mudanças. Na carta, elas afirmam que "o texto aprovado [na Câmara] reflete um consenso possível e necessário para a abertura do mercado".

Bezerra tem costurado uma solução que evite mais atrasos. "Estou me reunindo direto com o pessoal do MME. A posição do governo é clara: manter o texto da Câmara. Estamos atuando junto aos grupos que querem modificar [o texto] para que eles possam entender que algumas das demandas deles podem ser tratadas por resolução ou decreto, sem que seja necessário que o texto retorne à Câmara", disse o líder do governo.

Segundo ele, se as negociações andarem, é possível levar o tema a plenário ainda neste mês. "O objetivo é votar a Lei do Gás ainda em outubro. O pessoal do Norte e do Centro-Oeste acha que, do jeito que está, o projeto inviabiliza os gasodutos para o interior."

O próprio Bezerra foi autor de uma emenda de incentivo aos gasodutos, em outro projeto (sobre a alocação do risco hidrológico de usinas hidrelétricas), que foi aprovada pelo Congresso e vetada pelo presidente Jair Bolsonaro. A emenda criava o Brasduto, fundo que destinaria parte dos recursos do pré-sal para novos gasodutos.

O **Valor** apurou que, no total, são três os decretos sugeridos ao MME: um sobre térmicas na base; outro que trata de dar maior detalhamento na classificação de infraestrutura de transporte e distribuição; e um terceiro sobre a desverticalização do mercado de gás.

Sem atualização, ITR tem receita pequena

Denúncia pede correção da tabela de rendimentos da pecuária, que elevaria a arrecadação com o imposto

Por **Andrea Jubé** — De Brasília

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Denúncia no TCU contra secretário da Receita, José Tostes, diz que atualização poderia elevar receita do ITR para R\$ 14 bi — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

O Tribunal de Contas da União (TCU) terá de julgar se obriga a Secretaria da Receita Federal a atualizar a Tabela de Rendimentos Mínimos da Pecuária, que serve de

base de cálculo para o imposto sobre a propriedade rural. Estudos indicam que a defasagem da tabela, que não é atualizada há 40 anos, viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e gera prejuízo bilionário para as contas públicas, num cenário de recessão na pandemia.

A denúncia protocolada na última sexta-feira no TCU pelo Instituto Escolhas, associação da sociedade civil sem fins econômicos, contra o secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, afirma que a atualização da tabela poderia elevar a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) para R\$ 14,3 bilhões - quase sete vezes mais do que a obtida em 2019, no valor de R\$ 1,8 bilhão.

Num momento em que o governo bate cabeça para encontrar fontes de financiamento para o novo programa de renda social, uma das soluções poderia ser a revisão das regras de cobrança do ITR: uma receita estimada em R\$ 14,3 bilhões, segundo o Escolhas, viabilizaria o pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 300 para 47,6 milhões de brasileiros em situação de pobreza.

Na denúncia endereçada ao TCU, o Instituto Escolhas argumenta que o produto agropecuário brasileiro cresceu mais de quatro vezes entre 1975 e 2016, de acordo com informações do Ministério da Agricultura. Isso contribuiu para a valorização dos preços da terra em 308%, entre 2002 e 2013.

Em contrapartida, a maioria dos contribuintes paga valores irrisórios de ITR, que, por essa razão, tornou-se conhecido como o “imposto dos 10 reais”. Dados da Receita Federal mostram que, em 2019, dos 3,9 milhões de proprietários rurais que arcaram com o tributo, 830 mil pagaram boletos de R\$ 10.

A gerente de projetos do Instituto Escolhas, Jaqueline Ferreira, diz que, num momento em que o país rediscute suas finanças, por meio da reforma tributária, é oportuno levar o debate sobre o ITR ao órgão fiscalizador das contas públicas. Simultaneamente, o Escolhas encaminhou propostas para atualização da norma do imposto sobre a propriedade rural ao relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). “É um escândalo que um país que tem a atividade agropecuária como grande impulsionador da economia não cobre dela o imposto proporcional”, questiona Jaqueline.

Advogado do Instituto Escolhas e autor da petição ao TCU, Eduardo Fleury observa que, com o passar do tempo, a produtividade da pecuária aumentou, de forma que a desatualização da tabela gera perda de arrecadação, e isso viola a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fleury explica que o TCU foi provocado porque é o órgão responsável pela fiscalização da aplicação da LRF. “A atualização da forma de cobrança do ITR trará, além de justiça tributária, uma parcela de contribuição com o esforço fiscal necessário para que o Brasil coloque as contas públicas em dia, ainda mais relevante em um cenário de crise causada pela pandemia”, afirma a petição.

O documento cita dispositivo da LRF que impõe ao administrador público a obrigação de “efetiva arrecadação” dos tributos. “Daí se depreende que a não atualização dos índices de lotação por zona de pecuária implica não cumprir com este requisito”, afirma o texto.

Não é o primeiro movimento para tentar reajustar a tabela que rege a cobrança do imposto sobre a propriedade rural. Em 2005, no governo Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual estava vinculado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), elaborou um alentado estudo, com a participação da Unicamp, para revisar os números.

Segundo o documento de 2005, a tabela de 1980 foi elaborada a partir de dados da produção agropecuária com base no Censo Agropecuário de 1975. Isso elevaria a defasagem atual, portanto, a 45 anos.

O documento de 2005 alegou que, apesar da exigência legal e da existência de dados suficientes sobre a expansão da atividade agropecuária, a tabela nunca foi reajustada “em decorrência da resistência ativa dos setores contrários à reforma agrária”.

Uma fonte do governo Dilma Rousseff relatou ao **Valor** que a mesma resistência persistiu quando houve nova tentativa de rever os números da tabela.

A Receita Federal não é indiferente à pífia arrecadação do ITR, mas não fez gestos para atualizar a tabela. Em outra frente, criou uma equipe nacional especializada no

tributo para estimular os prefeitos a celebrarem convênio com o órgão para dobrarem a arrecadação. Pela lei, metade da receita fica com a União. Se as prefeituras assumirem a fiscalização e cobrança do ITR, recebem 100% da arrecadação.

Procurada por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria da Receita Federal não quis se pronunciar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Trump de alta e defesa do teto de gastos em Brasília turbinam Ibovespa

Prefeitos abrem cofres e capitais investem em fim de mandato

Investimento cresce 34% sobre 2019, apesar da pandemia

Por Marta Watanabe — De São Paulo

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Investimentos das capitais

Valores liquidados de janeiro a agosto - em R\$ milhões

Capitais	2020	2019*	2016*	Variações 2020/2019 (%)	Variações 2020/2016 (%)
Rio Branco	8,20	36,66	44,80	-77,64	-81,70
Manaus	532,76	409,99	309,10	29,94	72,36
Macapá	52,89	21,67	18,55	144,03	185,10
Salvador	341,69	189,59	178,77	80,22	91,13
Fortaleza	404,40	253,72	274,72	59,39	47,20
Vitória	94,37	40,02	31,74	135,78	197,27
Goiânia	170,67	81,82	64,87	108,59	163,08
São Luís	130,07	33,61	90,93	287,05	43,04
Belo Horizonte	319,26	270,33	268,67	18,10	18,83
Campo Grande	71,26	98,15	22,03	-27,40	223,54
Cuiabá	82,43	89,89	94,92	-8,30	-13,16
Belém	136,68	69,41	186,32	96,91	-26,64
João Pessoa	57,88	27,89	45,66	107,51	26,75
Recife	234,35	169,14	162,97	38,56	43,80
Teresina	87,82	140,52	154,71	-37,51	-43,24
Curitiba	129,16	54,75	33,93	135,91	280,63
Rio de Janeiro	270,53	354,91	2.942,86	-23,77	-90,81
Natal	16,62	6,70	20,02	148,21	-16,99
Boa Vista	72,89	66,57	65,16	9,50	11,87
Porto Alegre	113,72	74,70	177,39	52,24	-35,89
Florianópolis	120,84	105,86	60,37	14,14	100,16
Aracaju	115,17	55,38	30,92	107,96	272,46
São Paulo	1.450,75	1.105,67	1.607,17	31,21	-9,73
Palmas	41,96	15,93	37,85	163,40	10,84
Total	5.056,36	3.772,89	6.924,45	34,02	-26,98
Total sem Rio	4.785,82	3.417,98	3.981,59	40,02	-14,16

37,8%

foi a queda real de investimentos

11

capitais tiveram queda de investimentos

9,5%

foi a queda real na mesma

dos mesmos municípios no ano de 2019, contra 2015**

em 2019, contra 2015, sendo que em dez deles o recuo real foi superior a 10%**

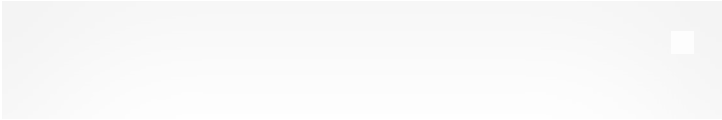
comparação, retirando-se o município do Rio de Janeiro**

Fontes: STN/Siconfi e IBGE. Elaboração: Valor Data. *a valores de ago/20, corrigidos pelo IPCA **Valores empenhados no ano. Comparação feita sem Boa Vista, cujo relatório do sexto bimestre de 2015 não se encontrava disponível na STN

Mesmo em meio à pandemia, os atuais prefeitos das capitais tentam recuperar investimentos no último ano do atual mandato. Levantamento do **Valor** com 24 capitais mostra que os investimentos somaram R\$ 5,06 bilhões de janeiro a agosto, com avanço de 34% em termos reais em relação a igual período de 2019. Apesar desse aumento, ainda há queda real de 27% em relação aos investimentos dos mesmos municípios em 2016, ano que representa mesmo período dentro ciclo eleitoral, já que foi o último ano do mandato anterior.

Na comparação contra 2016 são oito capitais que apresentam retração de investimentos. Já em relação ao ano passado, apenas cinco reduziram esses valores. Nas duas comparações, o município do Rio faz diferença expressiva no número do agregado, já que registrou investimentos expressivos em 2016 em razão dos Jogos Olímpicos sediados na capital fluminense naquele ano. Sem o Rio, o aumento do investimento no agregado das 24 capitais avança para 40% em relação ao ano passado e a redução em relação a 2016 cai para 14,2%. Consideraram-se os investimentos liquidados, com valores de 2016 e 2019 atualizados pelo IPCA. Não foram contemplados os investimentos intraorçamentários.

Entre as 24 capitais, em 15 o avanço dos investimentos ficou acima de 30% reais de janeiro a agosto de 2020 na comparação com igual período do ano passado. E em nove capitais o investimento até agora supera o dobro do ano passado, em igual critério.



No agregado os números deste ano apresentam também melhora quando se compara os investimentos do ano cheio de 2019 com os de 2015, também considerando a lógica de igual período dentro do ciclo eleitoral. No ano passado, os investimentos empenhados das mesmas prefeituras caíram 37,8% em relação a 2015. A queda contemplou 11 capitais, sendo que em dez delas o recuo real foi superior a 10%. Retirando-se o Rio da amostra, a queda foi de 9,5% reais.

Sol Garson, professora de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz que o esforço pelo aumento do investimento no ano de eleição em si não surpreende porque dentro do ciclo político é comum supor que nos dois primeiros anos de mandato recursos são poupados para se gastar nos dois últimos anos. O que propiciou a elevação de investimentos das capitais mesmo com a pandemia, diz ela, foram as transferências federais e a suspensão da dívida, que ajudaram a cobrir ao menos parte dos efeitos das medidas de isolamento social na receita dos municípios.

Além disso, diz ela, os recursos carimbados para a saúde contribuíram para acelerar investimentos nessa área, já que estruturas e equipamentos foram montados e adquiridos para atender pacientes de covid-19. E nas capitais, destaca, o serviço de saúde costuma atender também a demanda da população dos municípios do entorno. “O que é preciso verificar é se investimentos feitos neste ano resultarão em restos a pagar sem cobertura nos exercícios seguintes”, diz Sol, que já foi secretária municipal de Finanças do Rio. Também é preciso verificar quais recursos financiaram os investimentos. O acesso mais restrito a crédito, diz ela, provavelmente propicia mais investimentos por quem conseguiu poupar mais recursos próprios.

Em São Paulo, a expectativa é encerrar o ano com o maior investimento dos últimos cinco anos, diz o secretário de Fazenda, Philippe Duchateau. No acumulado de 2020 os investimentos liquidados no município somaram R\$ 1,45 bilhão, com alta de 31,2% contra 2019 e queda de 9,7% ante 2016, sempre de janeiro a agosto, em termos reais. A meta atual, diz, é encerrar o ano com investimentos empenhados de R\$ 5,4 bilhões. No ano todo de 2019, esses investimentos somaram R\$ 3,5 bilhões.

Segundo Duchateau, até a primeira semana de outubro deste ano os investimentos empenhados somaram cerca de R\$ 3,2 bilhões. Empenhar outros R\$ 2 bilhões até fim de dezembro, diz, é algo “desafiador, mas possível”. Ele conta que há processos licitatórios que estão na iminência de ser finalizados, o que já dará origem a novas ordens de serviços e empenhos. Entre eles, a compra de cerca de R\$ 400 milhões em tablets para a área de educação e outros quase R\$ 200 milhões para ciclovias.

O plano para o último ano do atual mandato de Bruno Covas (PSDB) era de investimentos mais ambiciosos. O secretário de Fazenda lembra que a prefeitura da capital paulista originalmente previa investimento de R\$ 7,5 bilhões no projeto de orçamento para este ano. Na Câmara dos Vereadores isso se ampliou para R\$ 8 bilhões.

O valor, diz, era factível porque o município fez uma série de ajustes de despesas nos últimos anos, com revisão de contratos, redução de cargos comissionados e reforma previdenciária em 2018, além de maior fiscalização na arrecadação e otimização de receitas. No início de 2020, segundo ele, havia R\$ 2,5 bilhões em superávit financeiro do Tesouro. Esses, afirma, eram recursos livres, além dos valores com destinação vinculada.

Em março, lembra, veio a crise sanitária. “Nossa situação era confortável, mas a crise foi muito forte”, diz Duchateau. A queda de receita projetada para 2020 chegou a R\$ 9,5 bilhões e hoje, com uma melhora do quadro, a perda estimada caiu para R\$ 7,1 bilhões. A perspectiva de redução de receitas com aumento de despesas deu origem a uma diferença orçamentária de R\$ 10 bilhões. O rombo foi coberto com as transferências extraordinárias da União e com a suspensão da dívida. Como isso não cobriu toda a diferença, parte do investimentos foi contingenciada.

Entre as áreas que mais devem receber investimentos neste ano, estão infraestrutura urbana, habitação, saúde e educação. Na área de saúde, diz, oito hospitais foram colocados em operação ou reativados para atender pacientes de covid-19 e deverão depois integrar a estrutura permanente de saúde do município.

Em Curitiba, mesmo com a pandemia, a projeção de investimentos empenhados entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões para o ano foi mantida, o que vai

praticamente dobrar o que foi aplicado em 2019. Até agosto, o município liquidou R\$ 129,2 milhões em investimentos, com avanço de 136% em relação a 2019 e 280% contra 2016, sempre considerando iguais períodos e em termos reais. Segundo o secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento do município, Vitor Puppi, o que propiciou a manutenção dos investimentos foi o Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal montando com superávits financeiros de períodos anteriores.

Ao lado do socorro da União e da suspensão da dívida, diz Puppi, os recursos do fundo cobriram a frustração de receitas com a pandemia. A perda estimada inicialmente no ano em R\$ 500 milhões, diz ele, é projetada hoje em R\$ 200 milhões. “O fundo evitou corte de investimentos, despesa que costuma ser a conta de ajuste em momentos de crise.” Entre as principais áreas de destinação de recursos, afirma o secretário, estão obras de drenagem, pavimentação e revitalização do bairro da Caximba, em que predominam moradias construídas sobre palafitas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Instale esse app e venda online grátis direto de Salvador
OLIST

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Novos planos de internet móvel são mais baratos do que nunca. Veja ofertas
PLANOS DE CELULAR | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Saiba como combinar cores e deixar sua casa ainda mais linda
LIVE

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse
THERAPY JOKER



Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

O desafio de manter a retomada da economia

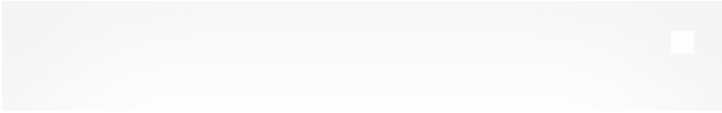
Parte da reação mais rápida do que o previsto se deve ao pagamento do auxílio emergencial, que deve terminar abruptamente na virada do ano

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Em meio à tristeza de 150 mil mortes pela covid-19, a economia brasileira apresentou nas últimas semanas uma série de dados positivos. Números como a alta recorde das vendas do varejo motivam revisão generalizada de previsões para o PIB.

O movimento mais recente foi do Banco Mundial, que havia irritado o governo com sua catastrófica projeção de queda de 8% e que passou a prever recuo de 5,4% no ano. Ainda é um tombo feio, mas embute uma recuperação bem mais rápida.

Ipea e BC também têm dúvidas sobre a duração da retomada



Nos bastidores, a equipe econômica tem comemorado o ritmo de expansão e acreditam que isso terá continuidade. A visão é que o setor de serviços começará a ter um ritmo melhor daqui para frente, consolidando a recuperação do PIB.

Mas é necessário cautela. Os dados que mostram forte ritmo no varejo e na indústria têm efeito de medidas como o auxílio de R\$ 600 pagos a quase 70 milhões de pessoas. Só isto já injetou R\$ 237 bilhões na economia. A partir de setembro, porém, ele foi reduzido a R\$ 300 e assim deve seguir até dezembro.

Como a economia se comportará com o corte pela metade de seu principal impulso fiscal? É verdade que o auxílio e outras medidas, como a liberação do FGTS, devem injetar cerca de R\$ 150 bilhões entre setembro e dezembro. Não é pouco. Mas a dúvida mais inquietante é para 2021, quando não só o auxílio, mas os outros programas, como o benefício para o emprego e as ações de crédito às empresas, chegam ao fim. Qual será a resposta do setor privado à contração fiscal prevista, em meio às sequelas deixadas pelo coronavírus, como os milhões de desempregados e o fim de milhares de empresas?

A equipe econômica parece mais preocupado em sustentar o discurso de que a partir de 1º de janeiro a vida fiscal do país volta ao limite do teto de gastos, salvo uma segunda e forte onda da covid-19, do que em responder a essas perguntas.

É preciso reconhecer que de forma geral, Paulo Guedes e sua equipe tiveram uma ação econômica correta, com medidas relativamente bem calibradas - sem, claro, esquecer da atuação do Congresso em seu desenho final. Essa retomada do crescimento reflete isso, ainda que não se deva deixar de comentar que o resultado final seria muito melhor não fosse a sabotagem do presidente da República às medidas de isolamento social, que prejudicou o combate ao vírus e até hoje cobra seu preço em vidas e resultados econômicos.

Agora, cabe se discutir a transição da política econômica. É verdade que esse processo já começou com a redução do auxílio emergencial, mas seu fim parece abrupto em 2021. O problema é que a vida no tecido econômico não muda só

porque o calendário passou de 31 de dezembro para 1º de janeiro. E aí reside uma enorme incerteza.

Documentos do próprio governo lançam dúvidas sobre a persistência desse ritmo de recuperação. Em seu relatório de inflação, o Banco Central disse que a ausência de uma clara retomada do mercado de trabalho “pode impor restrições à velocidade futura de recuperação da economia, especialmente após redução das transferências extraordinárias”.

Já o Ipea aponta que a questão relevante é como manter a economia em ritmo satisfatório, no restante do ano e ao longo de 2021. “O desafio reside em buscar um ritmo adequado de transição das medidas excepcionais de política voltadas para a preservação de empregos, renda e produção para um regime de política que continue a prover suporte ao setor produtivo e assistência aos mais necessitados, mas que seja fiscalmente sustentável”, diz.

É essa sinalização que a equipe econômica falha em dar. O problema não é trivial, dada o elevado endividamento do país. Mas o desempenho do PIB é parte do processo de ajuste fiscal. O ponto é que a discussão econômica se tornou binária em torno do teto de gastos, algo que equivocadamente tem sido estimulado pelo próprio Ministério da Economia. É um tudo ou nada que já está cobrando o seu preço.

“A grande questão é como se consegue tirar o estímulo fiscal sem causar uma recessão. É muito difícil a economia resistir a uma retirada de estímulos de 8% a 10% do PIB. Devia ser gradativo, enquanto o setor privado vai se recuperando”, comentou o pesquisador do Ibre/FGV e ex-secretário de Política Econômica, Manoel Pires.

Ele explica que não é uma questão de calendário, e sim econômica. “Tem o outro lado: é evidente que isso pode gerar outra crise se não houver clareza sobre como retirar esse incentivo fiscal. Tem um dilema de curto prazo a ser resolvido”, afirmou, explicando que isso deve ser feito sem se descuidar de uma solução fiscal de longo prazo para o país.

Para a especialista em contas públicas e procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo Élide Graziane, planejar a transição de 2020 para 2021 “é esforço de justiça fiscal que pode ser feito de forma transparente e equilibrada até para que seja resguardado o custeio dos serviços essenciais”.

Ela lembra que o país já alterou o teto para repassar os recursos do petróleo e adotou o Orçamento de Guerra diante da necessidade da pandemia. “Não podemos interditar reflexão equitativa sobre nossas regras fiscais em um plano bienal de enfrentamento da pandemia”, disse a procuradora ao **Valor**.

Guedes tem discutido com o Congresso uma boa e engenhosa ideia: prever de forma permanente, dentro da PEC do Pacto Federativo, a possibilidade de se acionar o Orçamento de Guerra, que hoje só vale para essa pandemia. A medida poderia ser uma saída caso haja uma intensa segunda onda de covid-19 no Brasil, que force uma ação do governo em 2021.

Mas esse arcabouço jurídico poderia ser complementado, definindo-se alguma margem de manobra para o governo fazer uma retirada gradual desse tipo de estímulo, mesmo com a “operação de guerra” já encerrada. Isto evitaria o que Pires chama de “abismo fiscal”.

Para o ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, faz sentido falar em algum mecanismo de transição para o início de 2021. Mas ele alerta que isso só é viável se o país demonstrar compromisso de voltar ao teto de gastos, com a adoção de medidas estruturais de ajuste fiscal. “Tem que ter força política e mostrar que quer o teto”, afirmou.

Ao defender com unhas e dentes o teto de gastos, Guedes e sua equipe miram na confiança de investidores do mercado financeiro. Falta também falar com o restante da sociedade.

Fabio Graner é repórter em Brasília

E-mail: fabio.graner@valor.com.br

 **COMENTÁRIOS**

Novo dono ressuscita projeto que foi da Odebrecht

PPP chegou a ter caducidade declarada após problemas com os sócios originais do consórcio Move São Paulo, pegos na Operação Lava-Jato da Polícia Federal

Por **Letícia Fucuchima** — De São Paulo

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Novos trilhos

Grupo espanhol retoma obra de R\$ 15 bi da Linha-6, paralisada há anos

"Linha das Universidades"

■ 15 estações

■ 15,3 km da extensão

■ Prevista para entrar em operação em 2025



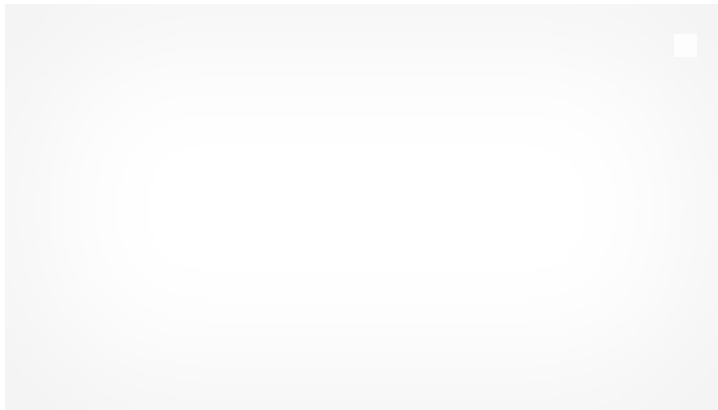
Fonte: Acciona

A entrada da Acciona na Linha 6-Laranja do metrô traz novo fôlego a um projeto que já sofreu diversas idas e vindas desde seu anúncio pelo governo paulista, há mais de uma década, e que, nos últimos anos, parecia ter poucas chances de ser de fato concluído.

O empreendimento foi lançado em 2008, no governo José Serra. Seu traçado foi mudando com os anos, mas desde início já se previa uma linha passando ao lado de universidades da capital paulista - daí o apelido de “Linha das Universidades”. Ainda em fase de estruturação, sofreu resistência entre moradores do bairro de Higienópolis, que alegavam temer “gente diferenciada” na vizinhança.

A PPP foi licitada em 2013 e vencida pelo consórcio Move São Paulo, na época formado por Odebrecht Transport, Queiroz Galvão, UTC e um fundo. As obras foram iniciadas em 2015, num momento em que os donos do projeto já enfrentavam problemas financeiros e de imagem pelo envolvimento em crimes investigados pela Operação Lava-Jato. Em setembro de 2016, as obras foram totalmente paralisadas.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Desde então, o governo paulista vinha tentando “ressuscitar” a linha por meio da venda da concessão. A PPP chegou a ter caducidade declarada, mas o prazo para entrada em vigor do decreto foi sendo prorrogado durante as negociações com grupos privados.

De sua parte, a Acciona garante que tem capacidade para entregar o megaprojeto. Suas credenciais envolvem a construção de 3 mil km de vias de metrô e ferrovias pelo mundo, em cidades como Madri, Barcelona, Caracas, Medellín, Hong Kong e Dubai.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul

Funcionalismo pode 'perder' 105 mil vagas para automação

Estudo mostra que funções de baixa qualificação no Executivo federal poderiam ser eliminadas com processos modernos

Por Ana Conceição — De São Paulo

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Máquina pública

Potencial de automação no Executivo Federal

Ministérios	Total de servidores*	Quantidade Automatizável	% do total
Educação	252.272	47.296	18,8
Saúde	66.465	11.904	17,9
Desen. Social	32.358	1.727	5,3
Fazenda	29.815	5.295	17,8
Justiça	29.273	3.816	13,0
Outros	111.518	34.632	31,1
Total	521.701	104.670	20,1

Salários dos servidores em posições com alta chance de automação somam R\$ 594 mi por mês

Maior parte dos servidores (73 mil) está em funções como auxiliar administrativo

Fonte: Estudo "Impacto da automação no futuro do emprego do setor público" Considera apenas jornadas de pelo menos 40 horas

O Executivo federal tem 105 mil servidores alocados em posições com alta probabilidade de automação, segundo estudo que será apresentado no Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), em dezembro.

O trabalho considera apenas os servidores civis ativos com jornada igual ou superior a 40 horas semanais em dezembro de 2017. Assim, foram considerados 521,7 mil de um total de 627,3 mil funcionários registrados no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape), do governo federal.

O trabalho é do economista Willian Adamczyk, doutorando da PUC-RS, em coautoria com Leonardo Monastério, coordenador-geral de ciências de dados na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), e Adelar Fochezatto, professor na pós-graduação em economia da PUC-RS.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

As funções mais “automatizáveis” são, em geral as de escolaridade mais baixa e com remuneração abaixo da média de R\$ 9.913 mensais do Executivo federal. “Essa tendência está em linha com a conclusão de outras pesquisas que consideram maior impacto da automação sobre profissões de menor qualificação e menor nível salarial”, diz Adamczyk.

Entre os profissionais em ocupações de alta propensão à automação, destacam-se os assistentes administrativos (73 mil servidores), seguidos de longe pelos auxiliares de escritório (8 mil), funções comuns a vários ministérios. Os cerca de 105 mil servidores em posições com alta probabilidade de automação recebiam em 2017 uma massa de salários de R\$ 594 milhões por mês, ou 11,5% dos R\$ 5,2 bilhões da folha mensal do Executivo Federal.

Há diferentes estudos sobre automação do trabalho, sob diferentes abordagens, mas é a primeira vez que se estima o impacto específico sobre o setor público brasileiro, afirma Adamczyk. O trabalho, que foi apresentado a técnicos no Ministério da Economia, surge num momento oportuno, em que se discute a reforma da administração pública no país. “O estudo pode ajudar o poder público na projeção de demanda de servidores para o futuro, reduzindo custos e elevando produtividade”, diz.

A inovação do trabalho, afirma, é a criação de um algoritmo chamado BOT (de Bartik Occupational Tasks), que identifica as tarefas em que tecnologias de automação podem ser introduzidas. O método evita o uso de classificações subjetivas, como as encontradas em outros estudos sobre o tema, diz o pesquisador.

“Os estudos basicamente perguntam para os especialistas das áreas de automação, inteligência artificial, ‘machine learning’, quais as atividades ou ocupações que eles acreditam que serão automatizadas. Isso é muito subjetivo. Então, aplicamos um método aos dados da realidade brasileira para ver o que está acontecendo e apontar qual será o caminho dessa automação.” O método proposto pelos autores pode ser aplicado ao Executivo de Estados e municípios.

Para chegar aos 105 mil servidores, ou 20% do total dos funcionários que trabalham 40 horas ou mais por semana, o BOT extraiu informações dos textos que descrevem as tarefas das 2.627 ocupações existentes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que depois foram cruzadas com dados do Siape e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Um dos diferenciais do estudo, segundo Adamczyk, é que ele parte da abordagem da automação de tarefas, em vez de ocupações. A automação com base em ocupações busca encontrar as profissões que tendem a desaparecer nas próximas décadas e o impacto do desemprego tecnológico sobre salários. Uma das críticas a esse método é que ele superestima o potencial de perda de empregos. Um estudo bastante conhecido dos economistas Benedikt Frey e Michael Osborne, da Universidade de Oxford, estimou que cerca de 47% dos empregos dos Estados Unidos possuem elevado risco de desaparecer em três décadas.

Uma adaptação desse estudo feito para o mercado de trabalho brasileiro encontrou um percentual ainda maior, de 54,5%. Já estudos a partir da abordagem que toma a chance de automação com base em tarefas estimaram que na média dos países desenvolvidos apenas 9% dos trabalhadores estavam em ocupações com alto risco de desaparecer. No Brasil, esse percentual seria de 29%, fatia bem maior porque a maior parte da mão de obra está em atividades intensivas em habilidades rotineiras e de baixa escolaridade.

Em que pese existir um grande debate sobre ambos os métodos, o estudo permite concluir que há grande potencial de automação no serviço público brasileiro. Os órgãos do Executivo federal que lideram a probabilidade de automação são o Ministério da Educação, com 18,8% das funções “automatizáveis”, seguido de perto por Saúde e Fazenda, com 17,9% e 17,8%. No Ministério da Justiça, a fatia chega a 13%. O estudo considera o Ministério da Fazenda antes de sua transformação em Economia, que juntou vários outros órgãos da Esplanada em um só.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Violeta

R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Blusa Feminina Renda Alças Finas

R\$ 29,99 - MARISA

LINK PATROCINADO

Instale esse app e venda online grátis direto de Salvador

OLIST

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Novos planos de internet móvel são mais baratos do que nunca. Veja ofertas

PLANOS DE CELULAR | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Havan adia sua estreia na bolsa após frustração com valor

Decisões autorizam excluir PIS e Cofins da própria base de cálculo

Julgamentos sinalizam possível mudança jurisprudencial em Tribunais Regionais Federais

Por Joice Bacelo e Adriana Aguiar — De Brasília e São Paulo

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





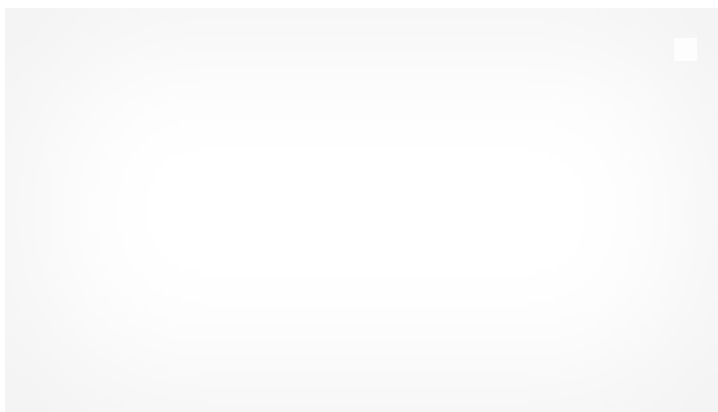
Leonel Pittzer: esse caso não se assemelha ao do ICMS por dentro — Foto: Luciana Whitaker/Valor

Pelo menos três empresas obtiveram, recentemente, autorização de Tribunais Regionais Federais (TRFs) para excluir o PIS e a Cofins das próprias bases de cálculo. Uma delas no TRF da 3ª Região, em São Paulo, e as outras duas no TRF da 2ª Região, no Rio de Janeiro. Advogados dizem que essas decisões podem sinalizar o começo de uma mudança jurisprudencial.

O TRF da 2ª Região e o da 3ª Região vinham, até então, julgando o tema de forma desfavorável ao contribuinte. Assim como os demais tribunais regionais. Nas Cortes da 1ª, 4ª e 5ª Regiões não se têm notícias de decisão de turma que permita a exclusão do PIS e da Cofins das próprias bases de cálculo.

Essa é uma das chamadas “teses filhotes” da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins - a maior discussão tributária dos últimos anos. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgarem o tema, em março de 2017, entenderam que o imposto pertence ao Estado e, por esse motivo, não poderia ser considerado como receita da empresa - a base de incidência das contribuições.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Os contribuintes, a partir desta decisão, passaram a defender que a mesma tese tem de ser aplicada nas discussões que envolvem outros tributos também inseridos no cálculo do PIS e da Cofins. Por isso, a denominação de “teses filhotes”.

Afirmam, no caso dos próprios PIS e Cofins, que essas contribuições pertencem à União e, sendo assim, não deveriam ser consideradas como parte da receita das empresas. Por isso, o caminho natural - seguindo o mesmo raciocínio do ICMS - seria a exclusão de tais valores do cálculo, o que reduziria a carga tributária.

Os desembargadores da 1ª Turma do TRF da 3ª Região deram razão ao contribuinte ao julgarem um desses pedidos no dia 23 de setembro. Eles entenderam, de forma unânime, que há similaridade entre as teses e concederam liminar em agravo de instrumento à uma empresa de comunicação (processo nº 5003556-02.2020.4.03.0000).

Só se tem notícias de mais uma decisão colegiada do TRF da 3ª Região com posição favorável ao contribuinte. Foi proferida pela 4ª Turma em dezembro do ano passado (processo nº 5022842-67.2018.4.03.6100). É pouco se comparado com a quantidade de negativas que as empresas vêm recebendo - existe mais de uma dúzia de decisões desfavoráveis.

O TRF da 2ª Região, até o dia 22 de setembro, era totalmente contrário à exclusão do PIS e da Cofins das próprias bases de cálculo. Nesta data, no entanto, dois processos foram julgados pela 3ª Turma Especializada e as decisões, em ambos, foram favoráveis (nº 5000953-83.2019.4.02.5119 e nº 5015731-61.2019.4.02.5118).

Uma delas atendeu pedido de uma metalúrgica. Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, atuou nesse caso. "Um excelente precedente", diz. "O voto vencedor conclui que impostos e contribuições não integram o patrimônio do contribuinte, em nada se distanciando do entendimento do STF."

Existe, no entanto, uma peculiaridade em relação aos processos com decisão favorável no TRF da 2ª Região. Na data dos julgamentos, especificamente, o juiz Firly Nascimento foi convocado para substituir o desembargador Marcus Abraham na turma. Esse desembargador tem entendimento contrário à exclusão do PIS e da Cofins das próprias bases e, se tivesse participado da sessão, provavelmente teria votado contra o contribuinte.

O placar, nos dois processos, foi de dois a um. A desembargadora Cláudia Neiva votou contra o contribuinte e ficou vencida. Prevaleceu o entendimento do

desembargador Theophilo Antonio Miguel Filho, relator em um dos casos, pela exclusão do PIS e da Cofins das próprias bases. Ele foi acompanhado por Firly Nascimento, o juiz convocado para a sessão.

“Mas isso não prejudica em nada. Ao contrário, o precedente pode arejar a jurisprudência do tribunal”, afirma Leonel Pittzer, do escritório Fux Advogados, que atuou para a outra empresa que obteve decisão favorável.

O STF decidiu, em outubro do ano passado, que julgará o tema em repercussão geral. A relatora, ministra Cármen Lúcia, não suspendeu, no entanto, o andamento dos processos e, por esse motivo, os tribunais regionais continuam a julgar os pedidos das empresas.

Há uma guerra de teses. Existe um movimento jurisprudencial, nos tribunais, para aplicar ao caso uma decisão mais antiga do STF. Os ministros, em 2011, validaram o chamado “ICMS por dentro”. Entenderam como constitucional a incidência do imposto sobre ele mesmo.

Como, agora, se está tratando do PIS e da Cofins sobre as próprias bases de cálculo, há entendimento de que se estaria discutindo tributo sobre tributo. Por isso, a defesa de ser aplicável a tese do ICMS por dentro e não a da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

“Só que não é isso o que nós estamos discutindo. Esse caso não se assemelha ao do ICMS por dentro porque nós não estamos alegando que o sistema não permite a incidência de tributo sobre tributo. Estamos alegando que o conceito constitucional de receita bruta é incompatível com o ônus fiscal e por isso o tributo tem de ser excluído do cálculo”, defende o advogado Leonel Pittzer.

Para o tributarista Bruno Sigaud, do Sigaud Advogados, os julgados dos TRFs da 2ª e da 3ª Região, favoráveis à exclusão do PIS e da Cofins das suas próprias bases de cálculo, “são extremamente valiosos”. “Demonstram uma possível alteração na jurisprudência desses tribunais”, diz.

O advogado menciona uma decisão do ministro Edson Fachin, de julho de 2019, no RE 1213429, em que ele sustentou que “embora não seja idêntica, está diretamente atrelada à compreensão jurisprudencial expressa no Tema 69 [exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins]”.

“Demonstra que, de fato, há similaridade nas discussões e que o mesmo raciocínio firmado para a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins deve ser utilizado para permitir a exclusão das contribuições de suas próprias bases”, diz o advogado. Ele chama a atenção que essa decisão foi reconsiderada posteriormente, mas “somente para que o tema fosse julgado de maneira individualizada em sede de repercussão geral”.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma, porém, que o precedente firmado pelo STF não se aplica, por analogia, à discussão. “Isso porque não há, no sistema tributário brasileiro, vedação à incidência de tributo sobre tributo”, diz o órgão, acrescentando “que inexistente mudança jurisprudencial relevante nem no TRF da 2ª Região nem no TRF 3ª Região, mas apenas decisões isoladas”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Instale esse app e venda online grátis direto de Salvador
OLIST

LINK PATROCINADO

Novos planos de internet móvel são mais baratos do que nunca. Veja ofertas
PLANOS DE CELULAR | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.
CI ACTIVE

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!
KIT BRANDS

Covid já tirou R\$ 1,3 bi da renda do país, aponta FGV

Estudo leva em conta média de rendimento dos mortos em idade ativa até 6 de outubro

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Claudio Considera: “A vida não tem preço, mas podemos tentar medir o impacto das mortes na economia” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

As mortes por covid-19 são tragédia incalculável para família e amigos das vítimas. Cada vida perdida no combate à doença tinha história singular, experiência única - e a ausência delas também é grande perda de capital humano para economia brasileira, informam especialistas da Fundação Getulio Vargas (FGV). Levantamento

da fundação divulgado ao **Valor** alerta sobre impacto, na atividade, da retirada do potencial econômico dos falecidos, causado pela pandemia. O estudo usou como base dados do Portal de Transparência do Registro Civil, que indica 63,1 mil vidas perdidas para a enfermidade entre 20 e 69 anos, de 16 de março a 6 de outubro.

Essas mortes representaram retirada de R\$ 108,6 milhões por mês da massa de rendimento total do país. No ano até 6 de outubro, isso corresponde a R\$ 1,3 bilhão a menos de renda, pontuam os economistas Claudio Considera e Marcel Balassiano, autores do estudo.

Essas pessoas, acrescentaram os especialistas, poderiam gerar renda total de R\$ 36,1 bilhões até o falecimento dentro de expectativa de vida média do país.

“Essas pessoas são insubstituíveis”, ressaltou Balassiano. “Estamos tentando medir aspecto que não é o mais relevante em um indivíduo - mas que é importante também”, completou.

Ao falar sobre os dados, Considera detalhou que o estudo levou em conta conceito de capital humano, detalhado em guia das Nações Unidas de 2016. O especialista admitiu, no entanto, que a ideia é subjetiva. Um indivíduo não pode ser mensurado em um único número ou somente por um aspecto, ressaltou o técnico.

“A vida não tem preço, mas podemos tentar medir o impacto [das mortes] em termos de contribuição econômica para a sociedade”, disse.

Partindo dessa premissa, os especialistas cruzaram dados de Registro Civil com óbitos relacionados a covid-19, separados por sexo e idade, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na Síntese de Indicadores Sociais de 2019 do instituto, consta informações de renda real separadas por sexo, idade e nível de instrução.

Também foi levado em conta anos de sobrevivência que cada uma das vítimas, separadas por faixas de idade, ainda poderia ter, com base em relatório de 2018 do IBGE sobre Expectativas de Vida em Idades Exatas. Até aquele ano, a expectativa média de vida do brasileiro era de 76,3 anos.

Usando essa base de dados, outro aspecto apurado no estudo foi ausência de renda de 72,3 mil pessoas acima de 70 anos, mortas por covid-19, originada de pensões e aposentadorias. Essas pessoas tinham rendimento mensal total de R\$ 138,3 milhões. Isso corresponde à retirada de R\$ 1,7 bilhão da economia, no ano até 6 de outubro.

Para Considera, o cenário atual também levanta questões preocupantes para produtividade futura do país. Ele mencionou o grande volume de pessoas fora do mercado de trabalho, atualmente no país - o IBGE calcula 13,1 milhões de desempregados até o trimestre encerrado em julho desse ano. "Vamos supor que o espaço dessas pessoas falecidas, no mercado de trabalho, tente ser ocupado por desempregados; não há certeza se isso acontecerá. Pois, obviamente, a pessoa que se foi levou com ela experiência de trabalho. Isso foi perdido", frisou. "O desempregado não tem como ocupar esse espaço de forma completa" disse, comentando que é preciso tempo e custo para treinar pessoas.

Na análise de Considera, a retirada de rendimento na economia, bem como diminuição de produtividade provocada pelas mortes, tende a se agravar. Isso porque a contagem de vítimas da covid-19 continua. "A pandemia não acabou. Infelizmente, muitas pessoas ainda vão morrer", afirmou o economista.

Até ontem foram contabilizadas 150.709 mortes por covid-19 no país, segundo levantamento do consórcio de veículos de imprensa, a partir de dados de secretarias estaduais de Saúde.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul

R\$ 1.189,99 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Blusa Feminina Renda Alças Finas

R\$ 29,99 - MARISA

LINK PATROCINADO

Em Salvador temos uma plataforma completa pra você investir o dinheiro do seu filho

Congresso pode suspender recesso para votar reformas econômicas

Congresso pode suspender recesso de janeiro para votar reformas

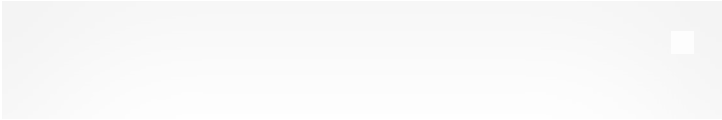
Por **Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro** — De Brasília

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cogitam suspender o recesso parlamentar de janeiro a fim de avançar em propostas consideradas prioritárias por eles e pelo Palácio do Planalto. A sugestão foi levada a eles por parlamentares da base governista, apurou o **Valor**, e já chegou também ao presidente Jair Bolsonaro.

No topo dessa agenda de propostas, constariam avanços na reforma tributária e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial, a chamada PEC dos gatilhos. Essa PEC, relatada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), deve conter também o Renda Cidadã, programa social bolsonarista que está sendo elaborado para substituir o Bolsa Família.

O período extra de trabalho no Congresso poderia também ser usado para o término da análise do Orçamento 2021, caso ela não seja concluída neste ano.



A suspensão do recesso vem sendo analisada há semanas entre Maia, Alcolumbre, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e a articulação política do Planalto. Um ministro confirmou ao **Valor** conversas sobre o adiamento do recesso, mas disse que ainda não há “nada concreto” definido. Outras fontes veem na suspensão do recesso uma tentativa de recuperar o tempo perdido por conta da pandemia e das eleições municipais. Porém, essas fontes afirmam que o Planalto não deve interferir no ritmo do andamento das propostas no Congresso.

“Tratamos do cancelamento do recesso com Maia e Alcolumbre há umas duas semanas, mas para o martelo ser batido ainda precisaremos de novas conversas para definir se e quando votaremos o projeto de resolução [que autoriza o cancelamento]”, disse Barros ao **Valor**.

Por trás dessa postura do governo, está o receio de interferir na eleição das mesas da Câmara e do Senado, que ocorrerá em fevereiro, no período que marca o retorno da atividade legislativa após o recesso.

Embora todas as pautas listadas sejam de interesse tanto de Maia e Alcolumbre como do governo - especialmente, do ministro da Economia, Paulo Guedes -, a votação desses projetos na véspera da eleição das mesas do Congresso pode ser um vetor de turbulência política.

Essas discussões ocorrem também em meio a um clima de indefinição no Congresso acerca da possibilidade de reeleição de Alcolumbre e Maia.

Atualmente, a lei proíbe a reeleição do presidente de qualquer das duas Casas em uma mesma legislatura. Alcolumbre, porém, vem atuando intensamente nos bastidores para viabilizar sua recondução. O presidente da Câmara, não vem se mexendo tão ativamente, mas também se beneficiaria de eventual mudança.

Alguns ministros da Corte já entendem que a reeleição das mesas é um tema sobre o qual cabe ao próprio Congresso decidir. Essa foi a posição defendida pela

A empresa do público

Capitalismo do 'stakeholder' não substitui a regulação do Estado, a complementa

Por Dani Rodrik

13/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



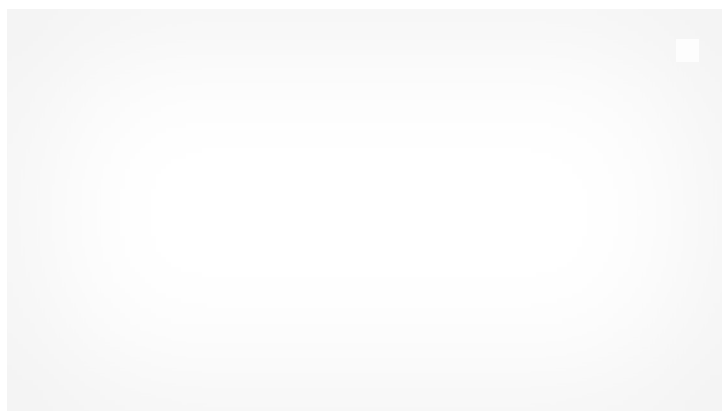
Há 50 anos, Milton Friedman publicou um artigo no “The New York Times” sobre o que ficaria conhecido como a doutrina Friedman: “a responsabilidade social das empresas é aumentar seus lucros”. Era um tema que ele havia desenvolvido em seu livro “Capitalismo e Liberdade”, de 1962, no qual argumentava que a “única e

exclusiva" responsabilidade que a empresa deve à sociedade é a busca do lucro dentro das regras legais do jogo.

A doutrina deixou sua marca em nossa era. Legitimou o capitalismo sem amarras que produziu insegurança econômica, fomentou maior desigualdade, aprofundou divisões regionais e intensificou mudanças climáticas e outros problemas ambientais. No fim, também provocou uma reação contrária política e social. Muitas grandes empresas responderam engajando-se na noção de responsabilidade social empresarial - ou fingindo, pelo menos na retórica.

A solução é tornar as empresas mais democráticas, dar aos funcionários e comunidades locais voz direta na forma como são governadas. Empresas podem se tornar parceiras confiáveis do bem social só quando falarem com as vozes dos que têm as vidas moldadas por elas

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Essa noção está refletida em outro aniversário neste ano. O Pacto Global da Organização das Nações Unidas, lançado há 20 anos, tem sua mira voltada diretamente contra a doutrina Friedman e tenta persuadir as empresas a se tornarem agentes de um bem social mais amplo. Mais de 11 mil empresas com operações em 156 países assinaram o pacto, assumindo compromissos de seguir padrões ambientais, trabalhistas, de direitos humanos e de combate à corrupção.

John Ruggie, acadêmico que teve papel fundamental na criação e gestão do Pacto Global, descreve essa e outras iniciativas similares como esforços transnacionais

para ajudar as firmas a desenvolverem identidades sociais. Ao promoverem normas comportamentais, essas iniciativas permitem que as firmas se autorregulem. Dessa forma, argumenta Ruggie, elas preenchem o vácuo criado após o declínio das formas tradicionais de regulamentação pelos governos tradicionais e organizações públicas internacionais, o que as torna uma importante ferramenta para o reequilíbrio do mercado e da sociedade que precisamos.

Importantes professores de administração de empresas, como Rebecca Henderson, de Harvard, e Zeynep Ton, do MIT, têm argumentado que está no interesse de longo prazo dos líderes de empresas preocupar-se com o ambiente e seus trabalhadores. Há um ano, a Business Roundtable, organização formada por executivos-chefes de empresas dos EUA, aderiu à onda e revisou sua declaração sobre qual deve ser o propósito da empresa, passando a defender o compromisso de criar valor não apenas para os acionistas, mas para “todos os ‘stakeholders’”, para todas as partes interessadas, incluindo funcionários, clientes, fornecedores e comunidades. A declaração foi assinada pelos executivos-chefes de quase 200 grandes empresas, com valor de mercado somado superior a US\$ 13 trilhões.

Ainda assim, continua incerta a eficácia de que se dependa do interesse próprio “iluminado” das empresas. Uma análise recente de Lucian Bebchuk e Roberto Tallarita, da Faculdade de Direito de Harvard, traz um contraponto realista.

Bebchuk e Tallarita concluem que iniciativas como a da Business Roundtable são “em grande medida uma jogada retórica de relações públicas”: elas não estão refletidas nas práticas reais de governança das empresas e não se empenham nas difíceis escolhas que seriam necessárias caso os interesses das partes interessadas fossem levado em conta. Além disso, tais iniciativas poderiam sair pela culatra por “aumentar esperanças ilusórias em torno dos efeitos positivos para os stakeholders”. Portanto, as políticas governamentais para regulamentar a forma como as empresas lidam com seus trabalhadores, comunidades locais e ambiente continuam de importância fundamental.

Os proponentes do “capitalismo do stakeholder” não subestimam necessariamente o papel dos governos. Alguns, como Henderson, argumentam que empresas socialmente responsáveis facilitam a realização de um trabalho adequado pelos governos. Em outras palavras, como acreditam Bebchuk e Tallarita, a

regulamentação pelos governos e o capitalismo das partes interessadas são complementos, e não um substituto um do outro.

E se as empresas, no entanto, forem tão poderosas a ponto de elas próprias elaborarem a regulamentação? O colunista Martin Wolf do “Financial Times” escreveu recentemente: “Eu achava que Milton Friedman estava certo. Mas mudei de ideia”. O erro na doutrina Friedman, explicou Wolf, é que as regras do jogo segundo as quais as empresas buscariam o lucro não são moldadas de forma democrática, mas pela “influência dominante” do dinheiro. As regras são corrompidas pela subversão do processo político por parte das empresas por meio de contribuições financeiras.

O problema, contudo, não seria solucionado inteiramente extirpando o dinheiro da política, como recomenda Wolf. O motivo é que a chamada captura epistemológica é tão importante quanto a captura financeira. A elaboração de políticas e de regulamentações requer conhecimento detalhado das circunstâncias vividas pelas firmas, das possibilidades disponíveis e de como essas possibilidades provavelmente evoluiriam.

Na regulamentação ambiental e nas políticas antitruste, de finanças, de segurança do consumidor e de comércio exterior, as autoridades governamentais têm cedido o controle às empresas porque são elas as que determinam como o conhecimento é produzido e disseminado. Isso lhes dá poder para determinar como os problemas são definidos, quais soluções são consideradas e quais devem ser as inovações e limites tecnológicos.

Em tais circunstâncias, os governos têm dificuldade em determinar regras básicas socialmente desejáveis sem grande participação e, portanto, influência, das firmas. Isso pede uma forma diferente de governança da regulamentação, segundo a qual os objetivos econômicos, sociais e ambientais mais amplos sejam definidos pelas autoridades públicas, mas refinados (e ocasionalmente revisados) em um processo contínuo de colaboração constante com as firmas. Embora seja difícil conseguir o equilíbrio público-privado certo, há exemplos bem-sucedidos desse tipo de colaboração nas regulamentações sobre a qualidade da água, a segurança alimentar e a promoção de tecnologia.

Em última análise, a única solução real para o quebra-cabeça é tornar as próprias empresas mais democráticas. Isso significa dar aos funcionários e comunidades locais voz direta na forma como as firmas são governadas. As empresas podem se tornar parceiras confiáveis do bem social apenas quando falarem com as vozes daqueles que têm as vidas moldadas por elas. **(Tradução de Sabino Ahumada).**

Dani Rodrik é professor de economia política internacional na John F. Kennedy School of Government, em Harvard. Copyright: Project Syndicate, 2020.

www.project-syndicate.org

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Preto
R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Você pode ter o Free com limite mínimo de R\$ 300
SANTANDER

LINK PATROCINADO

Blusa Feminina Renda Alças Finas
R\$ 29,99 - MARISA

LINK PATROCINADO

Instale esse app e venda online grátis direto de Salvador
OLIST

LINK PATROCINADO

Novos planos de internet móvel são mais baratos do que nunca. Veja ofertas
PLANOS DE CELULAR | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE